ISSN 1808-8880

TEOLOGIA PARA VIDA

Volume I - nº 2 - Julho - Dezembro 2005



ISSN 1808-8880

NÚMERO 2

TEOLOGIA PARA VIDA



Junta de Educação Teológica: Rev. Wilson do Amaral Filho (Presidente), Pb. Adonias Costa da Silveira (Vice-Presidente), Pb. Wagner Winter (Secretário), Rev. Arival Dias Casimiro (Tesoureiro), Rev. Paulo Anglada, Rev. Sérgio Victalino e Pb. Uziel Gueiros.

Junta Regional de Educação Teológica: Pb. Amaro José Alves (Presidente), Rev. Reginaldo Campanati (Vice-Presidente), Pb. Ivan Edson Ribeiro Gomes (Secretário), Rev. Marcos Martins Dias e Rev. Rubens de Souza Castro.

Diretoria da Fundação Educacional Rev. José Manoel da Conceição: Pb. Dr. Paulo Rangel do Nascimento (Presidente), Pb. José Paulo Vasconcelos (Vice-Presidente), Pb. Haveraldo Ferreira Vargas (Secretário) e Rev. Jones Carlos Louback (Tesoureiro).

Congregação do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição: Rev. Paulo Ribeiro Fontes (Diretor), Rev. Osias Mendes Ribeiro (Deão), Rev. Daniel Piva, Rev. Donizete Rodrigues Ladeia, Rev. George Alberto Canelhas, Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa, Maestro Parcival Módolo, Rev. Wilson Santana Silva, Rev. Fernando de Almeida, Sem. Wendell Lessa Vilela Xavier, Rev. Alderi Souza de Matos e Rev. Márcio Coelho.

Conselho Editorial: Rev. Ageu Cirilo de Magalhães Junior, Rev. Daniel Piva, Rev. Donizete Rodrigues Ladeia, Rev. George Alberto Canelhas, Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa, Maestro Parcival Módolo, Rev. Paulo Ribeiro Fontes e Rev. Wilson Santana Silva.

Editor: Rev. Ageu Cirilo de Magalhães Junior

Versão para o inglês: Andréa A. D. Carvalho

Revisão: Flávia Fornazari Toledo

Capa e Projeto Gráfico: Idéia Dois Design

Gravura da capa: *Entretien de Robert Olivétan avec le jeune Calvin* [Robert Olivetan em conversa com o jovem Calvino] de H. Van Muyden. As outras gravuras da obra são do mesmo artista.

Teologia Para Vida / Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. — São Paulo: Vol. 1, n. 2 (jul./dez.2005) — Seminário JMC, 2005 —

Semestral
ISSN 1808-8880
1.Teologia — Periódicos. I. Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição.

CDD 21ed. – 230.0462
280

Endereço para correspondência

Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição
Rua Pascal, 1165, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04616-004
Telefone: 5543-3534 – Fax: 5542-5676
Site: www.seminariojmc.br
E-mail: seminariojmc@seminariojmc.br

Os artigos da revista são escritos pelos membros do Conselho Editorial, professores e alunos do Seminário. Ex-professores e ex-alunos poderão escrever, quando convidados pelo Conselho.

A revista *Teologia para Vida* é uma publicação semestral do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. Permite-se a reprodução desde que citados fonte e autor.

Sumário

Editorial 05

Artigos

Presbíteros e Diáconos: servos de Deus no corpo de Cristo (Parte II)
Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa 09

A entrega do dízimo: Prática cristã ou legalismo farisaico institucionalizado?
Rev. Valdeci da Silva Santos 29

Gideão e a formação do exército de Deus: Uma análise biblico-teológica de Juízes 6-7
Rev. Ageu Cirilo de Magalhães Jr. 55

Relatório pastoral do Rev. José Manoel da Conceição (Edição Diplomática)
Rev. Wilson Santana Silva 69

A crise atual
Rev. Donizete Rodrigues Ladeia 89

A música na igreja (Parte I)
Maestro Parcival Módolo 111

Resenhas

Rumor de anjos: A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural
Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa 131

Artigos e sermões dos alunos

Pensamentos bioéticos romano e reformado: existe diferença?
Sem. Fernando Jorge Maia Abraão 149

Princípios bíblicos para projetos pessoais: Tiago 4.13-17
Sem. Wanderson Luiz da Silva Souza 163

Editorial

Este número 2 da Revista Teologia Para Vida evidencia um dos aspectos mais importantes do nosso seminário: a formação pastoral. Com professores que são pastores dedicados ao ministério, o JMC tem formado homens que têm cuidado do rebanho, apascentando-os pessoalmente e alimentando-os com boa doutrina. Esse cuidado está refletido nesta revista.

O primeiro artigo trata do presbiterato, explicando um a um os requisitos necessários para este ofício. No segundo artigo, o assunto é o dízimo. Respondendo a alegações de que o dízimo é algo restrito ao Antigo Testamento, o autor trabalha com o tema de modo bíblico e teológico e apresenta a verdade escriturística sobre o assunto. Na seqüência, temos um estudo sobre a vitória que Deus deu a Gideão, na época dos Juízes. O autor mostra quais são alguns dos princípios usados por Deus na formação de seu povo.

A edição diplomática deste número também reflete zelo pastoral. Apresentamos, nestes 25 anos de organização do seminário, o relatório ministerial do Rev. José Manoel da Conceição, de quem o seminário herdou o nome. É impressionante observarmos a dedicação evangelística de Conceição — um legado deixado a nós.

Na área de Teologia e Cultura temos um artigo analisando a crise por que passa o homem moderno. O autor apresenta os aspectos filosóficos e históricos desta crise, bem como a resposta

dada pela Bíblia, ecoada há séculos pelos reformadores. O próximo artigo pertence ao Departamento de Música do seminário. Nele o autor trata sobre os elementos formadores da música e indica qual é o verdadeiro papel dela na igreja.

Por fim, trazemos nesta edição mais um artigo produzido por um de nossos seminaristas. Um assunto novo e pouco tratado em nosso meio: bioética. Vale a pena conferir. A edição conta ainda com uma resenha e um sermão pregado por um dos alunos, no seminário.

Tudo — tanto os artigos, quanto o sermão e a resenha —, apontando para o chamado que Deus nos deu: Pastorear o rebanho de Deus. Não por constrangimento, nem por sórdida ganância, tampouco como dominadores, mas como modelos do rebanho (1Pe 5.1-4). Alimentando-nos da boa teologia reformada e nutrindo as ovelhas com o fiel ensino da Palavra de Deus, até que o Supremo Pastor se manifeste. Maranata!

O editor

Artigos



DEPARTAMENTO DE TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Presbíteros e Diáconos: Servos de Deus no Corpo de Cristo

SEGUNDA PARTE

Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa

Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul

Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Pós-graduação: Estudo de Problemas Brasileiros pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Pós-graduação: Didática do Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Mestre em Teologia e História pela Universidade Metodista de São Paulo

Doutor em Teologia e História pela Universidade Metodista de São Paulo

Pastor da Igreja Presbiteriana Ebenézer, em Osasco

Presbíteros e Diáconos: Servos de Deus no Corpo de Cristo

SEGUNDA PARTE

RESUMO

Este artigo é a continuação do que foi publicado na revista anterior (volume I – nº 1). Agora, o autor passa a analisar o ofício de presbítero. Rev. Hermisten mostra o uso do termo na literatura clássica, no Antigo e Novo Testamentos, define os termos empregados e expõe quais os requisitos necessários para aquele que deseja o presbiterato. Útil para quem já é presbítero e para quem anseia por ser.

PALAVRAS-CHAVE

Eclesiologia; Ofícios; Presbiterato.

ABSTRACT

This article is the continuation of the one that was published in the previous magazine (volume I – nº 1). From hereon, the author begins to consider the role of the elder. The Rev. Hermisten M. P. Costa explains the use of the term 'elder' as used in the classic literature of both the Old and New Testaments, and defines the terms used in the text as well as explaining the necessary requirements for those who aspire to the eldership. This article is certainly very useful both to those who are already in the office and to those who desire it.

KEYWORDS

Ecclesiology; Office; Eldership.

II. PRESBÍTERO

1. Introdução Geral

1.1. Terminologia

"*Presbítero*" é uma transliteração do grego Πρεσβύτερος que significa "mais velho" (em relação ao mais novo), "ancião", indicando também um ofício eclesiástico. "*Bispo*" é a tradução da palavra grega ἐπίσκοπος,[1] passando pelo latim (*episcopus*) que significa "supervisor", "guardião", "superintendente".

1.2. Presbítero na literatura clássica

Este vocábulo, que já era usado desde Píndaro (c. 518- c. 445 a.C.), parece ter passado por três sentidos: "mais velho",[2] depois, o de "maior importância" e, finalmente, o "mais honrado", não havendo nenhuma associação do "mais velho" como sendo, por exemplo, o "mais fraco". A idéia presente é de honra e respeito, daí o conceito de "tomar o primeiro lugar";[3] e, aquilo que, comparativamente, é mais importante ou "imperativo".[4]

A partir disso, concebe-se a idéia de alguém que assume determinadas funções oficiais, como "embaixador" e comandante de um exército, estando, portanto, a idéia embutida de alguém que "sustenta", "cuida de" e "preocupa-se com" os que estão sob a sua guarda; ou, ainda que não oficialmente constituído, um "conselheiro".

1.2.1. No Antigo Testamento

O Antigo Testamento emprega a palavra no sentido literal, de "mais velho" (Gn 18.11; 19.4; 43.33; 1Sm 2.22; Sl 71.18; Is 20.4) e, também, referindo-se aos "anciãos do povo" e "anciãos de Israel" — que algumas vezes representavam concílios locais —, os quais tiveram grande relevância na vida de Israel, participando inclusive da administração pública (Êx 3.16; 4.29; 12.21; Dt 16.18; 21.2ss; 22.15; Js 20.4; Rt 4.2; 1Sm 4.3; 8.4; 30.26; Ed 5.9ss; 6.7; 10.14;

[1] At 20.28; Fp 1.1; 1Tm 3.2; Tt 1.7; 1Pe 2.25.
[2] PLATÃO, *Defesa de Sócrates*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. II), 1972, 31b. p.22.
[3] BORNKAMM, Guenter. *Presbítero*: In: KITTEL, G. ed. *A Igreja do Novo Testamento,* São Paulo: ASTE, 1965, p.219.
[4] HERÓDOTO, *História*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, (s.d.), V.63. p.444; TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso,* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, IV.61. p. 208; PLATÃO. *O Banquete*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. III), 1972, 218d, p.55.

Jr 29.1; Ez 14.1; 20.1). Nota-se que este costume não era exclusivo de Israel; outros povos também tinham seus "anciãos" [Gn 50.7 [ARA: "principais" (2 vezes) LXX: πρεσβύτεροι; Nm 22.7].

Posteriormente, no período interbíblico, conforme podemos ver os reflexos ainda no Novo Testamento, o "ancião" era o membro do Sinédrio que, segundo compreensão corrente, tinha suas origens ligadas aos 70 anciãos escolhidos por Moisés (Nm 11.16ss).

O "Presbítero" era certamente o "mais velho" em contraste com o "jovem". Quanto à idade para ser considerado presbítero, não sabemos; tem sido sugerido entre 50 e 56 anos; no entanto, a comunidade de Qumran exigia a idade mínima de 30 anos para exercer o ofício de Presbítero.[5] No Egito, documentos antigos indicam a existência de presbítero de 45, 35 e 30 anos.[6]

1.2.2. No Novo Testamento

a) Conforme o uso corrente

No Novo Testamento encontra-se a associação dos "anciãos" como aqueles que perseguiram a Jesus e aos apóstolos (Mt 16.21; 27.1; At 6.12). Também são relacionados às tradições recebidas dos rabinos, que eram consideradas no mesmo nível da Palavra de Deus:[7] *"tradição dos anciãos"* (Mt 15.2; Mc 7.3,5).

O Novo Testamento emprega o termo – como já era habitual – referindo-se ao mais velho em relação ao mais moço (Lc 15.25/ 1Tm 5.1; 1Pe 5.5); à geração mais velha em contraste com a mais nova (At 2.17) e aos nossos ancestrais (Hb 11.2).

Entre os judeus, até o ano 70 d.C. – quando o Templo de Jerusalém foi destruído – os oficiais da sinagoga de Jerusalém eram denominados de "Presbíteros".[8]

b) Na incipiente igreja

A palavra presbítero aparece 66 vezes no Novo Testamento. A primeira vez que ocorre referindo-se à Igreja é em Atos 11.30, in-

[5] GLASSCOCK, Ed. *The Biblical Concept of Elder*: In: *Bibliotheca Sacra,* Dallas: Dallas Theological Seminary, jan/mar., 1987, p.67.
[6] BORNKAMM, Guenter. *Op. cit.,* p.221.
[7] HENDRIKSEN, William. *Mateus,* São Paulo: Cultura Cristã, 2001, Vol. 2, (Mt 15-1-2), p.150-151.
[8] Cf. Πρεσβύτερος· In: ARNDT William F. & GINGRICH, F.W. *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Eearly Christian Literature,* 2.ed. Chicago: University Press, 1979, p.706b.

dicando a liderança destes irmãos. Os presbíteros participam com os apóstolos das decisões conciliares de Jerusalém (At 15.2, 4, 22, 23; 16.4); Paulo dá as últimas orientações aos presbíteros de Éfeso (At 20.17); os presbíteros de Jerusalém reúnem-se com Tiago, Paulo e Lucas (At 21.18).

2. O Ofício de Presbítero

Não sabemos precisar quando surgiu o ofício de Presbítero. Conforme acentua Bavinck (1854-1921),

> quando nós nos lembramos que entre os judeus o governo do ancião, seja na vida cívica ou nas sinagogas, era uma prática comum, não devemos nos surpreender com o fato de que dentre os outros membros da igreja alguns tenham sido escolhidos para assumir a responsabilidade pela supervisão e disciplina.[9]

Como vimos, o texto de Atos 11.30 já registra a sua existência nas Igrejas da Judéia. Pouco antes do ano 50 d.C. Paulo promove nas igrejas da Galácia a eleição de Presbíteros; é relevante aqui o plural (At 14.23). Em 1 Coríntios 12.28, eles aparecem sob o nome de "governos",[10] provavelmente, referindo-se àqueles que *presidem* (Rm 12.8/1Ts 5.12),[11] que seguram bem o leme da igreja

[9] BAVINCK, Herman. *Our Reasonable Faith,* 4.ed. Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1984, p.536.

[10] CALVINO, João. *Exposição de 1 Coríntios.* São Paulo: Paracletos, 1996, (1Co 12.28), p.391; BAVINCK, Herman. *Our Reasonable Faith,* p.536-537; KISTEMAKER, Simon. *1 Coríntios.* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, (1Co 12.28), p.615-616; MILLER, Samuel. *O Presbítero Regente:* Natureza, Deveres e Qualificações. São Paulo: Os Puritanos, 2001, p.13.

[11] CALVINO, João. *Exposição de Romanos*. São Paulo: Paracletos, 1997, (Rm 12.8), p.433-434. [Veja também: HODGE, Charles. *Commentary on the Epistle to the Romans*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1994 (Reprinted), p.392-393; HENDRIKSEN, William. *Romanos*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001, (Rm 12.6-8), p.541-542; MURRAY, John. *Romanos*. São José dos Campos, SP.: Editora Fiel, 2003, (Rm 12.3-8), p.489]. Em outro lugar, Calvino explica a amplitude do seu conceito sobre o assunto: "O que Paulo demonstra claramente quando inclui os que presidem entre os dons que Deus distribui diversamente aos homens e que devem ser empregados para a edificação da igreja. Conquanto na citada passagem o apóstolo fale da assembléia dos anciãos ou presbíteros que eram ordenados na Igreja Primitiva para presidir ou administrar a disciplina pública, ofício que na Epístola aos Coríntios ele chama de governos, todavia, como em nosso conceito o poder civil visa ao mesmo fim, não há nenhuma dúvida de que ele nos recomenda que lhe atribuamos toda sorte de preeminência justa." (CALVINO, João. *As Institutas,* (1541), III.16).

mantendo-a na direção certa.[12] Por volta do ano 62 d.C. os encontramos na Igreja de Filipos juntamente com os diáconos, parecendo indicar algo comum na estrutura da igreja (Fp 1.1). Pouco mais tarde, Paulo orienta Tito a promover a eleição de presbíteros (Tt 1.5). A epístola de Tiago, escrita a diversas igrejas, aponta para a estrutura comum de vários presbíteros em cada igreja (Tg 1.1/5.14/1Pe 5.1-2). O Novo Testamento mostra que as Igrejas eram governadas por presbíteros, não apenas por um (At 14.23/ Tt 1.5).

O Presbítero é eleito pela Igreja, entre os crentes e com profundo senso de reverência (At 14.23).[13] Calvino comenta que

> porque eles sabiam muito bem que era coisa de suma importância, não se atreviam a intentá-la senão com grande temor, considerando detidamente o que tinham em mãos. E cumpriam seu dever

[12] O substantivo usado em 1Co 12.28 para "governar", κυβέρνησις – do verbo κυβερνάω (pilotar um navio) (Usado desde Homero e Heródoto, porém ausente no NT) – tem o sentido figurado de governar, administrar, dirigir. Este sentido já fora dado por Platão, aplicando a palavra ao "estadista" (*Fedro*, 247c; *Eutidemo,* 291c) e à arte de bem dirigir (governar) a "nau do Estado" (*República,* 488a-b). Κυβερνήτης (piloto) ocorre duas vezes no Novo Testamento (At 27.11; Ap 18.17) (LXX: Pv 23.34; Ez 27.8,27,28). O substantivo κυβέρνησις aparece três vezes na LXX: apresenta a idéia de bem conduzir a nossa inteligência na tomada de decisões (Pv 1.5); sábia direção na condução do povo (Pv 11.14) e condução prudente na execução da guerra (Pv 24.6). O verbo κυβερνάω ocorre uma única vez na LXX com o sentido de pensamento justo e reto (Pv 12.5). (Vejam-se: BEYER, Hermann W. Κυβέρνησις: In: KITTEL, G. & FRIEDRICH, G. eds. *Theological Dictionary of the New Testament.* Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1983 (Reprinted), Vol. III, p.1035-1037; ARNDT William F. & GINGRICH, F.W. *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Eearly Christian Literature,* p. 457; COENEN, L. *Bispo*: In: BROWN, Colin. ed. ger. *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1981-1983, Vol. I, p.305; KISTEMAKER, Simon. *1 Coríntios* (1Co 12.28). p.615-616.

[13] A eleição aqui descrita parece ter sido feita pelo levantar das mãos (Χειροτονέω = χείρ = "mão" & τείνω = "estender"), ainda que não necessariamente (At 14.23; 2Co 8.19). Aliás, este costume não era estranho na Antigüidade. A votação era normalmente feita pelo ato de levantar as mãos; em Atenas por aclamação, ou por folhas de votantes ou pedras; em caso de desterro, o voto era secreto. (Veja-se o enriquecedor artigo de BARKER, Sir Ernest. *Eleições no Mundo Antigo*. In: *Diógenes* (Antologia), Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982, n° 2, p. 27-36).

A expressão usada por Paulo em Tt 1.5 recomendando a Tito que em cada cidade constituísse presbíteros, não indica o modo de escolha, mas sim a necessidade de, seguindo a prática da igreja, "constituir" homens para este ofício. O termo usado por Paulo (καθίστημι) ocorre algumas vezes no NT com os seguintes sentidos: Mt 24.45,47; Lc 12.42,44 (confiar); Mt 25.21, 23/At 17.15 (colocar sobre, no sentido de responsabilidade); At 6.3 (encarregar); Rm 5.19 (2 vezes) (tornar-se, no sentido de ser constituído); Lc 12.14; At 7.10,27,35; Tt 1.5; Hb 5.1; 7.28; 8.3; Tg 4.4 (constituir); Tg 3.6 (situada, com o sentido de constituída); 2Pe 1.8.

principalmente pedindo a Deus que lhes desse espírito de conselho e discernimento.[14]

No Livro de Atos, vemos que os Presbíteros dirigiam a igreja junto com os apóstolos (At 15.2,4,6,22,23; 16.4),[15] sendo inclusive as suas sugestões acatadas, como foi o caso particular de Paulo (At 21.18-26); competindo também a eles "alimentar" (ποιμαίνω = pastorear, cuidar, apascentar)[16] o rebanho (At 20.28). Presbítero e Bispo descrevem o mesmo ofício nas páginas do Novo Testamento (At 20.17,28).[17] É o Espírito quem constitui os Bispos, contudo, é natural que aqueles que são vocacionados por Deus se sintam chamados para este ofício (1Tm 3.1). No entanto, como comenta Calvino, "... visto ser o mesmo um ofício laborioso e difícil; e os que o aspiram devem ponderar prudentemente se são capazes de suportar uma responsabilidade tão pesada."[18]

Este ofício é excelente (1Tm 3.1) (καλός = bom, útil). A palavra grega revela algo que é essencialmente bom, formoso, gentil – a idéia de beleza estética está classicamente presente nesta palavra – útil e honroso. Portanto, quem se sente chamado ao episcopado, deseja algo que é em si mesmo de grande beleza, utilidade e honradez.[19]

[14] CALVINO, Juan. *Institución de la Religión Cristiana*. Nueva edición revisada. Rijswijk (Países Bajos): Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1967, IV.3.12.

[15] "Em Atos 15 e 16.4 os apóstolos e presbíteros funcionam claramente como suprema instância judiciária e instância doutrinal normativa para toda a igreja, e como tais tomam uma decisão a respeito das exigências mínimas da Lei que devem ser impostas aos gentios." (BORNKAMM, Guenter. *Op. cit.,* p.237).

[16] Mt 2.6; Lc 17.7; Jo 21.16; At 20.28; 1Co 9.7; 1Pe 5.2; Jd 12; Ap 2.27; 7.17; 12.5; 19.15.

[17] "Tenhamos em mente, portanto, que esta palavra [bispo] significa o mesmo que ministro, pastor ou presbítero." [CALVINO, João. *As Pastorais*. São Paulo: Paracletos, 1998, (1Tm 3.1), p. 83]. Ver também: TURRETIN, Francis. *Institutes of Elenctic Theology*. Phillipsburg, New Jersey: P & R Publishing, 1997, Vol. III, p.201ss (apresenta ampla comprovação histórica); BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. Campinas, SP: Luz para o Caminho, 1990, p.590; SMITH, Morton. *Systematic Theology*. Greenville: Greenville Seminary Press, 1994, Vol. II, p.572; LENSKI, R.C.H. *Commentary on the New Testament*. Peabody, Mass.: Hendrickson Publishers, 1998, Vol. 9, (1Tm 3.1), p.577.

[18] CALVINO, João. *As Pastorais* (1Tm 3.1), p.81. Calvino acrescenta: "... os homens piedosos o desejam [o presbiterato], não porque tenham alguma confiança em sua própria iniciativa e virtude, mas porque confiam no auxílio divino, o qual é a nossa suficiência, no dizer de Paulo (2Co 3.5)." (CALVINO, João. *As Pastorais* (1Tm 3.1), p.83).

[19] "Por demais freqüentemente um cargo na igreja é caracterizado pela crítica, pela obstrução, pela justiça própria e pela presunção; deve ser caracterizado pelo encanto do serviço, do encorajamento, do apoio e do amor." [BARCLAY, William. *Palavras Chaves do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1988 (reimpressão), p.111].

Deve ser observado que esta vocação, como os talentos em geral, não visa auferir lucro ou benefícios pessoais: Deus não desperdiça os dons "por nada e nem os destina para que sirvam de espetáculo."[20] O objetivo é claro: *"Com vistas ao aperfeiçoamento* (καταρτισμός[21] = "preparar", "equipar para o serviço") *dos santos"* (Ef 4.12). Deve ser acentuado que "sempre que os homens são chamados por Deus, os dons são necessariamente conectados com os ofícios. Pois Deus não veste homens com máscara ao designá-los apóstolos ou pastores, e, sim, os supre com dons, sem os quais não têm eles como desincumbir-se adequadamente de seu ofício."[22] Deus digna-se em utilizar-se de seus servos neste honroso serviço.

Entre os presbíteros há os que presidem e outros que, além disso, dedicam-se à pregação e ao ensino; todos devem ser honrados com justiça (1Tm 5.17/1Pe 5.5). A esfera do trabalho do Presbítero não se limitava a estas atividades, estando embutida também, a visita solidária aos enfermos (Tg 5.14).

Devido à responsabilidade e honra do presbiterato, no caso de disciplina, esta deve ser exemplar, a começar do processo em si (1Tm 5.19-20).

Para falar do cuidado com o rebanho, Pedro emprega duas palavras antagônicas para estabelecer o contraste, dizendo que o pastorado deve ser espontaneamente (ἑκουσίως = intencionalmente, deliberadamente: 1Pe 5.2; Hb 10.26), não por constrangimento ἀναγκαστῶς = forçadamente, compulsoriamente: 1Pe 5.2), como se fosse um fardo, algo aflitivo.[23] Em outro contexto, Calvino comenta:

[20] CALVINO, João. *Exposição de 1 Coríntios* (1Co 12.7), p.376.

[21] A idéia da palavra é de preparar de forma adequada e própria (espiritual, intelectual e moral) para a execução de determinada tarefa. O seu sentido é mais funcional do que qualitativo (Cf. SCHIPPERS, R. *Retidão*: In: BROWN, Colin. ed. ger. *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Vol. 4, p.215). O verbo καταρτίζω tem um amplo sentido de restauração: consertar as redes (Mt 4.21; Mc 1.19); boa instrução (Lc 6.40); perfeita união (1Co 1.10); aperfeiçoar/equipar [2Co 13.11; Hb 13.21; 1Pe 5.10; 2Co 13.9 (κατόρτισις)]; correção (Gl 6.1); reparo (1Ts 3.10), formar (Hb 10.5; 11.3). Veja: LLOYD-JONES, David M. *A Unidade Cristã*. São Paulo: Publicações Evangélicas Selecionadas, 1994, p.172; BARCLAY, William. *Efésios.* Buenos Aires: La Aurora, 1973, p.156; CALVINO, João. *Efésios*. São Paulo: Paracletos, 1998, (Ef 4.12), p.124.

[22] CALVINO, João. *Efésios* (Ef 4.11), p.119.

[23] "Grande prudência é requerida daqueles que têm a incumbência da segurança de todos; e grande diligência, daqueles que têm o dever de manter vigilância, dia e noite, para a preservação de toda a comunidade" [CALVINO, João. *Exposição de Romanos* (Rm 12.8), p.434].

> O Senhor espera que seus servos sejam solícitos e prazerosos em obedecê-lo, em demonstrar alegria, agindo sem qualquer hesitação. Resumindo, Paulo quer dizer que a única maneira para se fazer justiça à sua vocação seria desempenhando sua função com um coração voluntário e de forma solícita.[24]

Contudo, isto não indica ausência de responsabilidade, nem negligência; pelo contrário, nós, conscientes do nosso chamado, devemos aceitar com alegria o ônus do nosso ofício (1Co 9.16,17; Jd 3),[25] sem querer exercer um domínio senhorial (κατακυριεύω = subjugar: Mt 20.25; Mc 10.42; At 19.16; 1Pe 5.3) que seria prejudicial à igreja (1Pe 5.3), mas tornar-se modelo (τύπος = padrão): 1Pe 5.3/Fp 3.17; 1Ts 1.7; 2Ts 3.9; 1Tm 4.12; Tt 2.7). Deve-se ter sempre consciência de que servimos a Deus por meio do rebanho que pertence a ele — comprado com o seu próprio sangue (At 20.28) — e, foi ele mesmo quem nos confiou (At 20.28; 1Pe 5.2-4). O nosso supremo pastor é quem por sua graça nos recompensará (1Pe 5.4).

3. Requisitos para o Ofício de "Presbítero"

3.1. Negativamente considerando

No Novo Testamento, especialmente em Paulo, encontram-se as características que os Presbíteros devem ter e aquelas que não devem fazer parte da sua vida. Primeiramente destacam-se as características que devem estar ausentes no seu caráter e distantes de seu comportamento.

1) Não arrogante: (μὴ αὐθάδης) Tt 1.7. Obstinado em sua própria opinião, teimoso, arrogante, pretensioso. Descreve o homem que se recusa a ouvir os outros, mantendo-se irredutível nas suas "verdades" que privilegiam os seus interesses, em detrimento dos direitos, sentimentos e necessidades dos outros (2Pe 2.10; LXX: Pv 21.24).[26] Ele, como seu mestre, se basta a si mesmo. Calvino (1509-

[24] CALVINO, João. *Exposição de 1 Coríntios* (1Co 9.17), p.278.
[25] Nestes textos, aparecem a palavra ἀνάγκη que é da mesma raiz de ἀναγκαστῶς
[26] TRENCH, Richard C. *Synonyms of the New Testament*. 7.ed. London: Macmillan and Co. 1871, § xciii, p.329-332.

1564) comenta que os presbíteros que agem deste modo, afastam as pessoas de si, sendo eles próprios cismáticos,

> porque o companheirismo e a amizade não podem ser cultivados quando cada um busca agradar-se a si mesmo e se recusa a ceder ou a acomodar-se aos outros. E de fato todos os au)qa/dhj (obstinados), quando se lhes divisa alguma oportunidade, imediatamente se transformam em cismáticos.[27]

É lamentável constatar historicamente, que os cismas promovidos dentro das igrejas – quer pela parte que supostamente permanece fiel, quer pela parte que sai, julgando-se fiel – são, em geral, iniciados pelos líderes locais. Muitas vezes isso ocorre pela presunção de entender que a sua percepção é de todo suficiente. Não tarda acontecer de outros assim pensarem dentro deste novo grupo por mim formado. O Presbítero, de fato, não pode se arrogar como proprietário único e absoluto da verdade.

2) Não dado ao vinho: (μὴ τάπτοινος) 1Tm 3.3; Tt 1.7. A afirmativa indica alguém que se detém freqüente e continuamente com a bebida: bêbado, viciado em vinho. A orientação de Paulo é para que o Presbítero não seja assim. A embriaguez traz consigo uma série de conseqüências danosas para a vida de qualquer pessoa, ainda mais para aquelas que precisam de toda sensatez e firmeza para conduzir o povo de Deus. "Beber com excesso não é só indecoroso num pastor, mas geralmente resulta em muitas coisas ainda piores, tais como rixas, atitudes néscias, ausência de castidade e outras que não carecem de menção."[28] Em outro contexto, Calvino enfatiza:

> [Paulo] quer dizer, pois, que os beberrões logo perdem a modéstia e não mais conseguem conter-se pelo pudor: que onde o vinho reina, o desregramento prevalecerá: e, conseqüentemente, que todos aqueles que cultivam algum respeito pela moderação ou decência, devem fugir e abominar a bebedice.[29]

[27] CALVINO, João. *As Pastorais* (Tt 1.7), p.312.
[28] CALVINO, João. *As Pastorais* (1Tm 3.3), p.88.
[29] CALVINO, João. *Efésios* (Ef 5.18), p.164.

3) Não violento: (μὴ πλήκτης) 1Tm 3.3; Tt 1.7. "Não dado à violência", "briguento", "espancador". A palavra pode ser literal: "não pronto a bater em seu oponente".

4) Não irascível: (μὴ ὀργίλον) Tt 1.7.[30] Inclinado à ira, de temperamento "quente" e "explosivo". Esta palavra indica algo habitual. O presbítero não deve ser "famoso" pela sua disposição à ira; esta predisposição tende a aumentar o problema ao invés de contribuir para resolvê-lo. Quando trata-se com pessoas assim, a possível angústia da reunião, justamente por sua densidade, é antecipada e agravada em muito, justamente pela perspectiva de que a "coisa vai esquentar".

5) Inimigo de contendas: (ἄμαχος) 1Tm 3.3. "Não lutador", "não contencioso", "não altercador" (Tt 3.2). O Presbítero não deve ser briguento, mas sim, pacífico. O texto não quer sugerir uma atitude de passividade pecaminosa que se acovarda diante dos desafios próprios de seu ofício; antes, ele combate aqueles que amam a contenda pelo simples fato de contender. É curioso que a palavra que descreve a atitude que Paulo combate, sempre é empregada negativamente no Novo Testamento, tanto o substantivo (μάχομαι = lutar, contender, brigar, disputar: 2Co 7.5; 2Tm 2.23; Tt 3.9; Tg 4.1) como o verbo (μάχη = batalha, luta , briga, contenda, disputa: Jo 6.52; At 7.26; 2Tm 2.24; Tg 4.2).

6) Não avarento: (ἀφιλάργυρος) 1Tm 3.3. Não amante do dinheiro (Hb 13.5). O amor ao dinheiro (avareza) torna o homem egoísta e tremendamente suscetível a manipulações, cabalas e interesses pessoais; subordinando as necessidades da igreja às suas aspirações pecaminosas. O desejo incontrolado de possuir torna o homem possuído pelo seu desejo e, sob esse domínio, passa a dirigir todas as coisas sob esta perspectiva, alienando-se de Deus e do seu próximo, olhando a realidade apenas sob o prisma de cifras e lucros. Daí Paulo dizer que "o amor do dinheiro (φιλαργυρία) é raiz de todos os males" (1Tm 6.10).

[30] Pv 21.19; 22.24; 29.22.

Curiosamente, Platão (427-347 a.C.), com discernimento correto, entendia que um dos males de sua época era a corrosão da religião praticada por supostos sacerdotes e profetas — que ele chama de mendigos e adivinhos — os quais exploravam a credulidade das pessoas, especialmente das ricas. Dentro do quadro descrito, uma das fórmulas usadas por esses líderes religiosos era fazer as pessoas crerem que poderiam mudar a vontade dos deuses mediante a oferta de sacrifícios ou, por determinados encantamentos; os deuses seriam, portanto, limitados e aéticos, sem padrão de moral, sendo guiados pelas seduções humanas:

> Mendigos e adivinhos vão às portas dos ricos tentar persuadi-los de que têm o poder, outorgado pelos deuses devido a sacrifícios e encantamentos, de curar por meio de prazeres e festas, com sacrifícios, qualquer crime cometido pelo próprio ou pelos seus antepassados, e, por outro lado, se quiser fazer mal a um inimigo, mediante pequena despesa, prejudicarão com igual facilidade justo e injusto, persuadindo os deuses a serem seus servidores — dizem eles — graças a tais ou quais inovações e feitiçarias. Para todas estas pretensões, invocam os deuses como testemunhas, uns sobre o vício, garantindo facilidades (...). Outros, para mostrar como os deuses são influenciados pelos homens, invocam o testemunho de Homero, pois também ele disse: 'Flexíveis até os deuses o são. Com as suas preces, por meio de sacrifícios, votos aprazíveis, libações, gordura de vítimas, os homens tornam-nos propícios, quando algum saiu do seu caminho e errou' (Ilíada IX. 497-501).[31]

Paulo mostra que é possível forjar uma aparente piedade — conforme os falsos mestres que, privados da verdade, o faziam pensando em obter lucro (1Tm 6.5) —; contudo, esta carece de poder e da alegria resultantes da convicção de que Deus supre as nossas necessidades. Logo, esses falsos mestres não conhecem o "lucro" da piedade: *"De fato, grande* ***fonte de lucro*** (πορισμός) *é a* ***piedade*** (ἐυσέβεια) *com o* ***contentamento*** (αὐτόρκεια[32] = "suficiência",

[31] PLATÃO, *A República*. 364c-e.
[32] 2Co 9.8; 1Tm 6.6.

"satisfação"). Porque nada temos trazido para o mundo, nem coisa alguma podemos levar dele. Tendo sustento e com que nos vestir, estejamos contentes" (1Tm 6.6-8/2Tm 3.5).

Em outro contexto, perfeitamente aplicável aqui, Calvino adverte quanto ao perigo de transformarmos o nosso trabalho em objeto de avareza justamente pela falta de fé na provisão do Senhor:

> O que nos torna mais avarentos do que deveríamos em relação ao nosso dinheiro é o fato de sermos tão precavidos e enxergarmos tão longe quanto possível os supostos perigos que nos podem sobrevir, e assim nos tornamos demasiadamente cautelosos e ansiosos, e passamos a trabalhar tão freneticamente como se devêssemos suprir de vez as necessidades de todo o curso de nossa vida, e afigura-se-nos como grande perda quando uma mínima parcela nos é tirada. Mas aquele que depende da bênção do Senhor tem o seu espírito livre dessas preocupações ridículas, enquanto que, ao mesmo tempo, tem suas mãos livres para a prática da beneficência.[33]

7) Não cobiçoso de torpe ganância: (μὴ αἰσχροκερδής) Tt 1.7/1Pe 5.2.[34] (1Tm 3.8). Conforme já comentamos no artigo sobre os diáconos: "Cobiçoso de lucro vergonhoso", isto é, alguém que lucra desonestamente, adaptando, modificando o ensinamento aos interesses de seus ouvintes a fim de ganhar dinheiro deles. Também pode se referir ao envolvimento em negócios escusos. A torpe ganância é uma decorrência natural da avareza. O lucro em si não é pecaminoso; contudo, ele pode se tornar vergonhoso se a sua obtenção passar a ser o nosso objetivo primário, em detrimento da glória de Deus. Pedro contrapõe este sentimento à boa vontade (προθύμως: 1Pe 5.2), que denota um zelo e entusiasmo devotado.

8) Não ser neófito: (νέοφυτος) 1Tm 3.6. O sentido literal é de "recém-plantado" (Jó 14.9; Sl 128.3; 144.12; Is 5.7). A palavra era

[33] CALVINO, João. *Exposição de 2 Coríntios*. São Paulo: Paracletos, 1995, (2Co 8.2), p.167-168.
[34] A palavra usada por Pedro só ocorre aqui: αἰσχροκερδῶς, que significa "lucro vergonhoso", "ambiciosamente". Ela é da mesma raiz de αἰσχροκερδής

usada para as árvores recém-plantadas. No Novo Testamento tem o sentido figurado de "novo plantado na igreja de Cristo", "novo convertido", "neófito". A idéia parece a mesma de 1 Timóteo 3.10, quando fala que o diácono deve ser "primeiramente experimentado". É preciso maturidade para não se deixar levar pelo orgulho que é próprio de Satanás. É necessário que o Presbítero antes de ser eleito, tenha demonstrado ao longo dos anos a sua firmeza e temperança; não devemos nos precipitar no processo.

3.2. Positivamente considerando

1. Irrepreensível (ἀνεπίλημπτος) 1Tm 3.2. Reputação inatacável (1Tm 5.7; 6.14). "A doutrina será de pouca autoridade, a menos que sua força e majestade resplandeçam na vida do bispo como o reflexo de um espelho. Por isso ele diz que o mestre seja um padrão ao qual os discípulos possam seguir."[35]

2. Irrepreensível como despenseiro de Deus: (ἀνέγκλητος) Tt 1.6,7. Irrepreensível. Esta exigência é para todos os crentes, tendo um sentido escatológico (1Co 1.8; Cl 1.22; 1Tm 3.10). No entanto Paulo acrescenta a cláusula, *"como despenseiro* (οἰκονόμος)[36] *de Deus"* (Tt 1.7). A palavra traduzida por "*despenseiro*", tinha o sentido de "mordomo" (Lc 12.42); "administrador" (Lc 16.1); "tesoureiro" (Rm 16.23) e "curador" (Gl 4.2).

Façamos uma pequena digressão para analisar alguns aspectos da palavra "despenseiro". A graça de Deus é responsabilizadora. Paulo trabalha com esse princípio para demonstrar a loucura da arrogância de determinados mestres coríntios. Nos capítulos 1 e 3 de 1 Coríntios, Paulo indica o partidarismo existente na Igreja insuflado por falsos mestres. Agora, ele utiliza essa palavra para descrever o seu ministério, mostrando que pode ser aplicada ao trabalho de todos os que servem ao Senhor. *Somos despenseiros de Deus* (1Co 4.1-2).

A palavra empregada por Paulo (οἰκονόμος) foi usada por Cristo para se referir ao "mordomo fiel" (Lc 12.42). Em outra parábo-

[35] CALVINO, J. *As Pastorais* (Tt 2.7), p.331.
[36] οἰκονόμος (Lc 12.42; 16.1,3,8; Rm 16.23; 1Co 4.1,2; Gl 4.2; Tt 1.7; 1Pe 4.10).

la, o contraste é estabelecido pela referência que Cristo fez ao "administrador infiel" (Lc 16.8), que tem o sentido de "injusto", "iníquo", "perverso".[37]

Geralmente, o "despenseiro" era um escravo colocado à frente dos negócios do seu senhor (mordomo, gerente das terras, cozinheiros chefe, contador, etc). Deste modo, o senhor ficava livre de maiores encargos administrativos. Por sua vez, o mordomo usufruía de considerável autoridade no gerenciamento do que lhe fora confiado. No entanto, apesar de toda a sua relevância para o dia-a-dia do seu senhor, a verdade é que o *despenseiro* não passava de um escravo. "Em relação ao seu senhor, ele era um escravo; em relação aos escravos, era um superintendente".[38]

Além da competência, um ingrediente fundamental para este ofício era a honestidade; Paulo fala que "o que se requer dos despenseiros (οἰκονόμος) é que cada um deles seja encontrado fiel" (1Co 4.2).

Paulo aplica "despenseiro" aos presbíteros, dizendo que o bispo deve ser "irrepreensível como **despenseiro** (οἰκονόμος) de Deus" (Tt 1.7). Do mesmo modo, Pedro diz à Igreja que devemos servir uns aos outros "cada um conforme o dom que recebeu, como **bons despenseiros** da multiforme graça de Deus" (1Pe 4.10).

Portanto, o presbítero deve ser inatacável como administrador dos bens de Deus que lhe foram confiados; aliás, as características fundamentais do mordomo (administrador, despenseiro, tesoureiro) são fidelidade e prudência (Lc 12.42; 1Co 4.1-2; 1Pe 4.10).

3) Esposo de uma só mulher: 1Tm 3.2; Tt 1.6. Conforme foi visto no texto anterior sobre os diáconos, a poligamia era praticada entre os orientais, inclusive entre os judeus (At 15.29; Rm 1.27; 7.3; 1Co 5.1,8; 6.9-11; 7.2; Gl 5.19; 1Tm 4.3-8). Paulo proíbe os presbíteros da prática da poligamia "por ser ela o estigma de um homem impudico que não observa a fidelidade conjugal."[39]

[37] ἀδικία (Lc 13.27; 18.6; Rm 1.18,29, etc).
[38] MORRIS, Canon Leon. *1 Coríntios:* introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova/Mundo Cristão, 1981, (1Co 4.1), p.59.
[39] CALVINO, João. *As Pastorais* (1Tm 3.2), p. 84.

Muitos dos que se converteram tinham anteriormente uma vida depravada, com várias mulheres e filhos com algumas delas. Suponhamos que um homem destes converteu-se ao Senhor. Agora, transformado pela graça de Deus vê que não pode continuar com o seu modo anterior de vida. Como resolver a questão? Parece-nos simples no sentido de que ele deve permanecer com a sua primeira esposa de fato. Mas, e as outras mulheres e filhos? E aquelas que nem sequer sabiam que o seu pretenso "marido" era bígamo? Certamente ele teria que ajudar a cuidar de seus filhos; no entanto, a sua vida estaria para sempre marcada por este estigma, ainda que fosse perdoado por Deus. Só que tal homem estaria impossibilitado para o diaconato e o presbiterato. Ele seria um crente, como todos os outros, alcançado pela graça de Deus, mas não poderia exercer estes ofícios. Devemos prestar atenção ao fato de que o critério para a escolha de presbíteros e diáconos envolvia, necessariamente, um exemplo de vida tanto seu como de sua família.

4) Temperante: (νηφάλιος) 1Tm 3.2. "Sóbrio", "de mente limpa", "equilibrado". A palavra indicava na sua origem alguém que se abstinha do álcool ou que era temperante no uso do vinho; no entanto, aqui parece indicar um sentido mais genérico (1Tm 3.2,11; Tt 2.2). Analisando a palavra νήφω,[40] (sóbrio), de onde provém νηφάλιος, podemos ampliar a nossa compreensão bíblica. O presbítero deve ter uma temperança espiritual que permita-lhe avaliar todas as coisas sem se deixar influenciar somente pela beleza ou agradabilidade do que foi dito. Não deve estar pronto a abraçar novidades pelo simples fato de serem aparentemente novas, antes deve ter cautela para avaliar todas as coisas. Não deve se intoxicar praticando uma glutonaria espiritual sem saber digerir o que está sendo-lhe transmitido. Deste modo, deve estar desperto, vigilante, para não ser iludido com todo e qualquer ensinamento, tendo o seu entendimento "cingido" com a Palavra e com a "couraça da fé", permanecendo vigilante contra as artimanhas de Satanás que tenta induzir a igreja ao erro.

[40]Νήφω: 1Ts 5.6,8; 2Tm 4.5; 1Pe 1.13; 4.7; 5.8.

5) Sóbrio: (σώφρων) 1Tm 3.2; Tt 1.8. "Autocontrolado", "moderado", "sensato", "prudente", "solícito" (Tt 2.2,5): era uma das virtudes cardinais para a filosofia grega desde o 6º século a.C.[41] Ela se contrapunha à ignorância e à frivolidade.[42] Em Platão (427-347 a.C.) temos uma caracterização curiosa: "A palavra temperança [σωφροσύνη] é a salvadora [σωτηρία] da sabedoria [φρόνησις]".[43] Em outro lugar, identificando esta virtude como sendo divina, diz: "Aquele que é temperante será caro ao deus, já que é semelhante a ele."[44]

O que nos interessa de fato é o que nos ensinam as Escrituras. O presbítero não deve ser dado à frivolidade intelectual e moral, e sim prudente e sensato em sua forma de pensar e agir. Quando Paulo usa esta palavra, sempre a associa a pessoas maduras. "O homem de mente débil e infantil, apesar da sua fervorosa piedade, não se ajusta jamais à posição de governante, conselheiro e guia eclesiástico."[45]

Como tratar de questões tão difíceis na igreja sem o bom senso necessário? Como confiar nas decisões, orientações e governo de uma pessoa insensata e infantil que age ao saber de suas inclinações impensadas?

6) Modesto: (κόσμιος) 1Tm 3.2. "Ordeiro", "respeitável", "honroso". Aquele que, como um reflexo do que é interiormente — tendo uma mente bem organizada, não disparatada — tem hábitos ordeiros, cumpre ordeira, simples e honestamente as suas obrigações (ARC.; ACR.: "honesto") (1Tm 2.9 "ataviar"). Acrescentaria: aquele que cumpre as suas funções sem maiores preocupações atávicas; faz com honestidade e discrição. Quando o presbítero cumpre ordeiramente as suas atribuições, em geral, ele não apare-

[41] LUCK, U. Σώφρω: In: KITTEL, G. & FRIEDRICH, G. eds. *Theological Dictionary of the New Testament* Vol. VII, p.1099.
[42] WIBBING. S., *Domínio Próprio*: In: BROWN, Colin. ed. ger. *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Vol. I, p.684.
[43] PLATÃO. *Górgias*, 44e: In: PLATÃO, *Teeteto-Crátilo,* Belém: Universidade Federal do Pará, 1988, p.139.
[44] PLATÃO. *As Leis*. Bauru, SP.: EDIPRO., 1999, IV.716d., p.190.
[45] MILLER, Samuel. *O Presbítero Regente:* Natureza, Deveres e Qualificações. p.41.

ce, não chama atenção para si; as coisas funcionam bem, dentro dos conformes: há ordem e modéstia.

7) Hospitaleiro: (φιλόξενος) 1Tm 3.2; Tt 1.8; 1Pe 4.9. A palavra quer dizer "amigo do estrangeiro" (φίλος & ξένος). A hospitalidade fazia parte do ensino de Jesus (Lc 10.34-35; 11.5-8) e os discípulos em sua missão deveriam contar, ainda que não essencialmente, com a hospitalidade das cidades e aldeias que visitariam (Mt 10.11; Lc 10.5-9). O próprio Jesus usufruía da hospitalidade (Mc 1.29; 2.15). Vemos que os missionários dependeram inúmeras vezes da acolhida de irmãos fiéis, sendo inclusive Gaio elogiado por João por tal prática (At 10.6, 23; 16.15; 28.7; Rm 16.23/ 3Jo 1,5; Fm 22). A prática da hospitalidade é recomendada a toda igreja (Rm 12.13; 1Tm 5.10; Hb 13.2; 1Pe 4.9).

Creio que podemos dar um sentido mais amplo à palavra. Deixe-me contar uma experiência: Certa vez, após o culto em uma igreja de outra denominação — já fazia uns seis meses que havia pregado ali — uma senhora aproximou-se de mim e agradeceu a exposição bíblica que fizera; sorri e lhe disse: "ore por mim", ao que ela me abraçou e disse mais ou menos o seguinte: "tenho feito isso desde a outra vez que o senhor me pediu". Esta senhora me hospedou em seu coração. A hospitalidade começa pela recepção das pessoas em nossos corações. O presbítero deve estar disposto a abrir a sua casa para o estrangeiro, mas necessita também ter um grande coração para abrigar em sua atenção e oração todos os membros da igreja.

No próximo número, analisaremos mais 11 características necessárias ao ofício do Presbítero.

A entrega do dízimo: Prática cristã ou legalismo farisaico institucionalizado?

Rev. Valdeci da Silva Santos

Mestre em Teologia Sistemática (Th.M.) pelo
Reformed Theological Seminary, Jackson, Mississippi, EUA

Doutor em Estudos Interculturais (Ph.D.) pelo
Reformed Theological Seminary

Pastor da Igreja Evangélica Suíça de São Paulo

A entrega do dízimo: Prática cristã ou legalismo farisaico institucionalizado?

RESUMO

O debate sobre a obrigatoriedade da prática do dízimo para os cristãos é intenso e atual. De um lado estão os que defendem o fim deste procedimento na Nova Aliança. Do outro, os que afirmam que esta lei não foi revogada. Rev. Valdeci expõe os dois lados e, com muita propriedade, aponta as razões bíblicas para a sua posição.

PALAVRAS-CHAVE

Eclesiologia; Vida cristã; Dispensacionalismo; Teonomismo; Dízimo.

ABSTRACT

The debate on the mandatory character of tithing for Christians is intense and contemporary. On one side are those who defend the extinction of this procedure in the new covenant. On the other are those who claim that this practice was not revoked. Rev. Valdeci presents both sides and points out appropriately the biblical reason for his position.

KEYWORDS

Ecclesiology; Christian life; Dispensacionalim; Theonomism; Tithe.

Introdução

Um debate sobre o dízimo pode ser espinhoso e cansativo uma vez que abordagens cristãs relacionadas a finanças são, geralmente, marcadas por controvérsias e atritos. Lutero expressou essa dificuldade ao afirmar que "três conversões são necessárias: a conversão do coração, a da mente e a da bolsa".[1] Ao escrever sobre esse assunto, Caio Fábio também encontrou dificuldades e definiu a contribuição financeira como "uma graça que poucos desejam".[2] Mas ainda que delicado e árduo, esse assunto exige cuidadosa reflexão e estudo.

Que a entrega do dízimo é uma prática bíblica, poucos contestam. Que o cristão deve contribuir para com as atividades eclesiásticas, também há pouca dúvida. Porém, que os cristãos estão sujeitos à prática de entregar sistematicamente o dízimo é motivo de grande debate. Aqueles que entregam o dízimo crêem estar obedecendo aos mandamentos de Deus e julgam, com isso, tributar culto ao Senhor. Por sua vez, os antidizimistas entendem que a prática da contribuição na base de 10% seja um sistema mosaico e legalista e, portanto, incompatível com a liberdade que os cristãos gozam em Cristo. Segundo essa perspectiva, a única forma de contribuição permissível aos cristãos é aquela por meio das ofertas voluntárias, às quais devem obedecer ao princípio da espontaneidade pessoal, pois são segundo o ofertante "tiver proposto no coração" (2Co 9.7). Uma resposta adequada a essa questão demanda uma análise cuidadosa dos variados sistemas de contribuição registrados nas Escrituras.

É surpreendente notar que a entrega do dízimo, uma prática litúrgica prescritiva no Antigo Testamento, não recebe a mesma ênfase no Cristianismo neotestamentário. Jesus parece ter autenticado a prática do dízimo para os escribas e fariseus (Mt 23.33 e Lc 11.42), mas nunca deu semelhante mandamento aos seus discípulos. Igualmente o escritor de Hebreus argumentou que Abraão deu o dízimo ao sacerdote Melquisedeque (Hb 7.2 e 5), mas não exortou os seus leitores a continuarem tal prática. O apóstolo Paulo escreveu sobre o dever cristão de sustentar os necessitados (1Co

[1] *Apud* BAUMAN, Edward W. *Where your treasure is*. Arlington: Bauman Bible Telecasts, 1980, p.74.
[2] D'ARAUJO FILHO, Caio Fábio. *Uma graça que poucos desejam*. Niterói: Vinde, 1991.

16.1-3, 2Co 8-9 e Ef 4.28), de contribuir para com o ministério da palavra (1Co 9) e insistiu na generosidade da contribuição, mas nunca fez referência ao dízimo como um mandamento de Deus para os cristãos. Essas observações são suficientes para alguns defenderem que o dízimo é anticristão e que a insistência sobre o mesmo não passa de um zelo legalista e farisaico, não devendo fazer parte nem do culto nem da vida cristã.

A fim de analisar a continuidade ou descontinuidade da prática do dízimo no Novo Testamento, este artigo observará uma ordem progressiva. Primeiro, será feito um estudo sobre o dízimo e outras contribuições no Antigo Testamento. Em seguida, será feita uma análise do sistema de contribuições estabelecido no Novo Testamento. Finalmente, buscar-se-á elementos de continuidade e descontinuidade de ambos os Testamentos sobre o assunto. Assim se poderá decidir teologicamente sobre a propriedade ou impropriedade da prática do dízimo entre os cristãos contemporâneos.

1. O dízimo e as contribuições no Antigo Testamento

No Antigo Testamento, a entrega do dízimo baseava-se na convicção teológica de que o Senhor é o dono de toda a terra, o doador e o preservador da vida (Sl 24). O dízimo era santo ao Senhor e sua entrega seria uma demonstração prática do reconhecimento da soberania de Deus sobre a terra, seus frutos e a própria vida do ofertante. Essa era a razão pela qual reter os dízimos seria equivalente a roubar o Senhor (Ml 3.10). Ao mesmo tempo, a entrega dos dízimos era a expressão prática da gratidão a Deus por suas bênçãos e generosidade para com a nação israelita. Logo, aquele ato possuía significado cúltico e ocorria em cerimônias acompanhadas de intensa celebração e adoração a Deus (Dt 12.5-19). Todavia, a retenção do dízimo não estava sujeita às mesmas penalidades legais provenientes da desobediência civil da lei, como exclusão social e apedrejamentos. A infidelidade do povo seria disciplinada por Deus pelas catástrofes sociais e econômicas.

As razões para a adoção da décima parte como padrão de contribuição no Antigo Testamento não são específicas. Provavelmen-

te esse costume estivesse ligado ao sistema cultural antigo de contar as unidades em dez, o que teria sido facilitado pelos dez dedos das mãos e dos pés. Na numerologia bíblica, o número dez parece ser altamente significativo, uma vez que ele é o produto da soma de dois números sagrados: o três (Trindade) e o sete (o número da perfeição). A dezena foi comumente empregada na medição da arca (Gn 6.15), bem como na medição do tabernáculo e de sua mobília (Êx 26). O fato da entrega do dízimo ser uma prática comum entre outros povos antigos, mesmo aqueles que não tinham a mesma perspectiva hebraica sobre os números,[3] desestimula qualquer interpretação do mesmo como sendo somente uma medida sagrada. Nesse caso, a identificação do dízimo com o sistema de contar unidades em dez parece ser a razão mais plausível para a adoção da décima parte como padrão proporcional de contribuição entre os israelitas.

Aqueles que argumentam que o dízimo é prática meramente legalista do Antigo Testamento devem atentar ao fato de que esse costume precedia à instituição da lei mosaica. No período patriarcal, Abraão entregou o dízimo de tudo a Melquisedeque (Gn 14.20). O que foi entregue naquela ocasião, era a décima parte dos despojos de uma batalha e não do produto da terra ou do rebanho. O texto não traz mais informações quanto à forma ou o motivo de Abraão tê-lo feito, pois ao que se sabe, não havia ainda nenhum mandamento divino obrigando-o a entregar o dízimo. Alguns anos depois daquele episódio, Jacó fez um voto de dar a Deus o dízimo de tudo o que viesse a possuir em sua jornada a Padã-Harã (Gn 28.22). Não se sabe como aquele voto seria cumprido, como o dízimo seria entregue ou quem haveria de recebê-lo. Porém, esses casos apontam para duas verdades básicas: a prática de entregar o dízimo fazia parte da religiosidade dos patriarcas e ela era uma expressão direta do reconhecimento da generosidade de Deus para com os seus adoradores. Em ambos os casos, a entrega do dízimo foi associada à adoração ao Senhor.

[3] THOMSON, J. G. S. S. Dízimos. In *O Novo Dicionário da Bíblia*, vol. 1. São Paulo: Vida Nova, 1986, p.435.

Na lei mosaica, a prática religiosa dos patriarcas quanto à entrega dos dízimos foi incorporada às normas de contribuição instituídas por Deus à nação de Israel. Esse sistema consistia de dízimos e ofertas alçadas (quando o povo era divinamente *levantado* ou motivado a ofertar). Segundo essas normas, os judeus deveriam entregar o dízimo dos cereais do campo, dos frutos das árvores e do produto do rebanho (Lv 27.30-34). Se alguém quisesse entregar o valor monetário no lugar do cereal ou das frutas, poderia fazê-lo, desde que um quinto da soma fosse adicionado ao valor principal dos mesmos (Lv 27.31). No caso onde a prática do dízimo envolvia a entrega de animais, não havia a possibilidade de resgate (Lv 27.30s, Dt 12.6). Entregar animais defeituosos ou em condições inferiores ao restante do rebanho como parte do dízimo era terminantemente proibido e seria interpretado como um ato de ofensa à santidade de Deus.

O dízimo deveria ser entregue aos levitas e destinava-se, em grande medida, ao sustento do santuário e dos sacerdotes que nele oficiavam (Nm 18.21-24). Devido à natureza do trabalho que realizavam no santuário, os levitas não tinham outros meios de renda, nem gado e nem herança entre as tribos de Israel. Conseqüentemente, eles seriam sustentados pelos dízimos. Há que se notar que os levitas não tinham permissão para conservar para si a totalidade dos dízimos consagrados. Ao contrário, eles mesmos estavam sujeitos às normas de contribuição e deveriam entregar "os dízimos dos dízimos" (Nm 18.26 e 28). A parte oferecida pelos levitas seria sempre a melhor parte dos dízimos recebidos.

Os dízimos eram geralmente entregues no templo, em um ato de adoração, o qual assumia a forma de uma celebração festiva e familiar (Dt 12.5-19). Por meio da entrega dos dízimos o povo era incentivado a reverenciar o Senhor com todas as suas posses. Havia duas ocasiões para a entrega dos dízimos no Antigo Testamento: anualmente ou a cada três anos. Sobre a prática anual, os israelitas levavam o dízimo ao templo e ali participavam, juntamente com os sacerdotes, de uma refeição cultual envolvendo a família (Dt 12.5,11 e 14.23). Geralmente, os dízimos do triênio eram o produto do gado e do fruto da terra e poderiam ser substi-

tuídos por um equivalente monetário (Dt 14.24-27). A soma dessa contribuição trienal permanecia em diferentes cidades de Israel e era destinada ao sustento dos sacerdotes e dos necessitados (Dt 14.22-29). A lei previa que parte do dízimo seria utilizada como um imposto nacional destinado ao sustento da monarquia. Por essa razão, no final do período dos juízes, Samuel procurou desmotivar o povo que clamava por um rei, apelando para as conseqüências econômicas e advertindo que o rei teria que ser sustentado por meio dos dízimos do povo (1Sm 8.15 e 17).

A entrega dos dízimos era tão central à vida da nação de Israel que Neemias a restituiu tão logo o povo foi liberto do cativeiro babilônico (Ne 13.10-14). A desobediência dessa prática, de acordo com o profeta Malaquias, equivalia ao pecado de roubar a Deus e o povo seria repreendido e até punido por fazê-lo (Ml 3.6-12). Em épocas de intensa idolatria, os israelitas entregavam seus dízimos aos ídolos em cultos pagãos, multiplicando assim suas transgressões diante do Senhor (Am 4.4,5). Por essa razão, toda reforma religiosa e despertamentos espirituais em Israel incluía a restauração da prática da entrega dos dízimos, como aconteceu na época de Ezequias e Neemias (2Cr 31.10,11; Ne 13). Ao que parece, os dízimos eram recolhidos em um depósito que na época de Neemias eram chamadas "as câmaras da casa do tesouro" (Ne 10.38). É importante observar que a restauração da prática nacional da entrega dos dízimos era recebida com grande alegria por parte do povo, pois expressava o comprometimento do mesmo para uma adoração genuína a Deus (Ne 12.44).

Além dos dízimos, a lei mosaica prescrevia outros tipos de contribuições, como era o caso das ofertas das primícias e das ofertas alçadas (Êx 23.16, 19 e 34.22-26). Essas ofertas deveriam atender ao princípio da proporcionalidade, pois eram dadas segundo a bênção do Senhor sobre os ofertantes (Dt 16.10). Segundo as normas para essas contribuições, as ofertas das primícias eram especialmente apresentadas durante a Festa das Semanas, também chamada de Pentecoste ou Festa das Primícias, por ser realizada cerca de 50 dias após a Páscoa e por coincidir com os primeiros frutos da colheita anual em Israel (Nm 28.26). Parte dessas ofertas era

dedicada ao sustento do pobre, do órfão e da viúva, outra parte à realização de uma ceia comum e ainda uma terceira parte destinava-se ao sustento dos sacerdotes. Enquanto o dízimo era anual e trienal, as ofertas poderiam ser entregues em várias ocasiões do ano, especialmente na época das colheitas ou eventos festivos. Assim como os dízimos, as ofertas das primícias também eram entregues em reconhecimento da soberania e generosidade de Deus para com a nação de Israel (Dt 26.1ss). Assim como acontecia com o dízimo, a entrega das ofertas era acompanhada por grandes celebrações.

Algumas pessoas confundem as ofertas das primícias com o dízimo[4], mas o relato bíblico indica que se tratavam de duas formas distintas de contribuição na nação de Israel. Embora a oferta das primícias e os dízimos sejam mantidos lado a lado em alguns textos da Bíblia (Dt 26.1-15), as ofertas deveriam ser entregues várias vezes no ano, ao passo que o dízimo era anual e trienal. Não se deve ainda confundir as ofertas das primícias com outras ofertas de caráter mais devocionais como as ofertas de libações (Nm 15.1-15), ofertas de holocausto, ofertas de manjares e sacrifícios pacíficos (Lv 1-3). Ainda que as ofertas devocionais expressassem gratidão e consagração a Deus, elas não tinham qualquer propósito econômico.

As ofertas alçadas, ou contribuições esporádicas, eram aquelas que o próprio Deus movia o coração dos ofertantes para fazê-las. O povo era levantado (alçado) a contribuir de uma forma extraordinária para com a obra de Deus, quer por mera gratidão ou por alguma necessidade específica. Um exemplo desse tipo de oferta encontra-se em Êxodo 25-36, por ocasião da construção do tabernáculo. Aquela construção foi divinamente ordenada e providenciaria um local de adoração para o povo de Deus. O tabernáculo era a tenda da congregação, onde se encontrava a arca do testemunho e onde Deus encontrava-se com o seu povo por meio do sumo sacerdote (Êx 29.42-3; Nm 17.4). Para a construção do Tabernáculo, o Senhor ordenou que o seu povo ofertasse voluntariamente, pois

[4] MORLEY, Brian K. Tithe, tithing. In *Evangelical Dictionary of Biblical Theology*, org. Walter A. Elwell. Grand Rapids: Baker Books, 1996, p.779.

os dízimos já tinham a sua aplicação normal na vida da nação. Um outro exemplo pode ser encontrado nas ofertas de Davi e dos príncipes para a construção do templo (1Cr 29). Aquelas ofertas resultaram em "grande abundância" que foi dedicada ao Senhor e todos "comeram e beberam, naquele dia, perante o Senhor, com grande regozijo" (1Cr 29.22).

O princípio básico das ofertas alçadas encontra-se em Êxodo 25.2: "Fala aos filhos de Israel que me tragam oferta; de todo homem cujo coração o mover para isso, dele recebereis a minha oferta". Essas ofertas não eram compulsórias, mas voluntárias. Os contribuintes eram todos aqueles cujo coração era especialmente movido para tal. Esse mesmo princípio foi enfatizado em Êxodo 35.5 e o resultado foi que "veio todo o homem cujo coração o moveu e cujo espírito o impeliu e trouxe a oferta ao Senhor para a obra da tenda da congregação, e para todo o seu serviço, e para as vestes sagradas" (Êx 35.21). Porém, como afirma Solano Portela, "a voluntariedade da oferta não significava aleatoriedade. Ou seja, por ser voluntária não significava que não podia ser planejada".[5] No caso das ofertas para o tabernáculo, elas eram levadas a cada manhã, enquanto durou a construção do mesmo e quando havia o suficiente, o povo foi proibido de levar mais alguma coisa (Êx 36.4-7). Dessa forma, o planejamento não foi interpretado como contraditório à oferta de coração e nem como uma atividade sem espiritualidade.

Alguns princípios sobre o sistema de contribuição da lei mosaica devem ser corretamente entendidos e enfatizados. Primeiro, ainda que o propósito imediato dos dízimos era o sustento dos levitas e do santuário, todo o povo de Israel deveria entregá-lo como um reconhecimento de que o dízimo pertencia ao Senhor (Lv 27.30). As ofertas também expressavam o reconhecimento da soberania divina sobre a vida e os sucessos humanos. Ambos eram ordenanças divinas e a prática das mesmas era sempre em obediência e gratidão a Deus. Em segundo lugar, os dízimos eram destinados ao auxílio dos necessitados, especialmente o estrangeiro, o órfão e a viúva (Dt 14.28,29). Como adverte D. A. Carson: "há sempre que

[5] PORTELA, F. Solano. *Determinação bíblica para dízimos e ofertas alçadas*. Material não publicado.

se guardar contra o risco de isolar o dízimo de seu contexto maior relacionado à prática da generosidade e da justiça social".[6] Em terceiro lugar, uma parte tanto dos dízimos quanto das ofertas das primícias destinava-se à realização de uma refeição nacional onde todo o Israel, reunido em diferentes cidades, celebrava as bênçãos de Deus sobre a nação (Dt 12.12). Essa refeição tinha o propósito de celebrar a Deus por suas bênçãos e preservação da vida dos israelitas. Na comunidade pactual de Israel, a contribuição era um ato de adoração ao Senhor de toda a terra. Em quarto lugar, os dízimos atendiam o princípio da proporcionalidade, pois pela entrega dos 10% todos davam igualmente. Há que se observar ainda que essa era uma contribuição sistemática e não esporádica.

Por alguma razão, o montante da contribuição judaica no período intertestamentário e nos primeiros anos da era cristã passou a ser um imposto *per capita* de meio siclo por ano, o que Josefo afirma atender "ao costume da nação".[7] G. F. Hawthorne interpreta esse imposto como aquelas duas dracmas que foram cobradas de Pedro e de Jesus (Mt 17.24). Ele informa que essa dívida era cobrada não apenas dos judeus da Palestina como também daqueles que se encontravam a Diáspora.[8] Hoje em dia, muitos judeus piedosos contribuem com o dízimo para propósitos educacionais, religiosos e sociais.[9] Dessa forma, o princípio religioso foi incorporado às normas civis da nação.

2. O dízimo e as contribuições no Novo Testamento

É verdade que o Novo Testamento não apresenta diretrizes claras sobre a prática da entrega do dízimo pelos cristãos e esse fator é, no mínimo, surpreendente. Como afirma Hawthorne, "já que o dízimo desempenhou um papel tão importante no AT e no judaís-

[6] CARSON, D. A. *Are Christians required to tithe? Christianity Today*.15 de novembro, 1999, p.94.
[7] JOSEPHUS, Flavius. *Antiquities of the Jews*. Philadelphia: The John C. Winston Company, n.d., XIX.9.1.
[8] HAWTHORNE, G. F. Dízimo. In *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, vol. 1. São Paulo: Vida Nova, 1984, p.680.
[9] BRIDGER, David (org.). Maaser. In *The New Jewish Encyclopedia*. New York: Behrman House, p. 299.

mo contemporâneo do cristianismo primitivo, é surpreendente descobrir que, em nenhuma ocasião, o dízimo é mencionado em qualquer das instruções dadas à igreja".[10] Com base nessa observação, não se pode afirmar que essa prática foi ab-rogada no Cristianismo neotestamentário. Antes de tomar posição sobre esse assunto, há que se analisar três assuntos diretamente relacionados no Novo Testamento: dízimo, dinheiro e contribuições religiosas.

Os evangelhos possuem três referências ao dízimo. A primeira encontra-se na parábola do fariseu e o publicano, na qual o fariseu se orgulhava de entregar o dízimo de tudo quanto ganhava (Lc 18.9-14). O propósito de Jesus foi o de condenar a atitude daqueles que "confiavam em si mesmos, por se considerarem justos, e desprezavam os outros" (v.9). Dessa forma, são comparadas as atitudes do fariseu e do publicano que entraram no templo com o propósito de orar. Enquanto o publicano "não ousava nem ainda levantar os olhos ao céu" e clamava pela misericórdia divina (v.13), o fariseu "orava de si para si mesmo" e orgulhava-se por jejuar duas vezes por semana e dar o dízimo de tudo quanto ganhava (v.12). O orgulho do fariseu devia-se ao fato dele fazer mais do que a lei determinava, pois a mesma exigia apenas o dízimo do produto agrícola e pecuário (Dt 14.22,23). Dessa forma, o que foi condenado na parábola não foi a prática da entrega do dízimo, mas o fato do fariseu depender de sua justiça própria ao invés de apelar para a graça e misericórdia de Deus.

A segunda referência ao dízimo nos evangelhos encontra-se em Mateus 23.23 ou no texto paralelo de Lucas 11.42. Nesses versículos Jesus também faz referência a uma prática comum dos escribas e fariseus, que pareciam extremamente zelosos quanto à obediência dos aspectos mínimos da lei (dar o dízimo da arruda e do cominho), mas negligenciavam a prática da misericórdia, da justiça e da fé. Jesus os reprovou dizendo que deveriam "fazer estas coisas, sem omitir aquelas!" Como afirma Boanerges Ribeiro, "Jesus não censura os fariseus por darem o dízimo, mas por julgarem que o dízimo

[10] HAWTHORNE, G. F. Dízimo. In *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, vol. 1. São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 680.

substitui a base real das relações com Deus".[11] A reprovação de Jesus parece ter sido, por implicação, uma clara legitimação da entrega dos dízimos, posto que ele reprovou o fato dos fariseus negligenciarem a justiça, a misericórdia e a fé, não o zelo deles pela entrega do dízimo. Certamente seria um erro procurar formular uma teologia do tratamento de Jesus sobre o dízimo baseando-se apenas nesse fragmento do versículo. Mas há que se admitir que Jesus, a *priori*, condenou apenas a hipocrisia dos escribas e fariseus e não a prática da entrega dos dízimos. O que foi condenado por Jesus não foi a prática do dízimo, mas abusos farisaicos provenientes da mesma.

Além das referências ao dízimo encontradas nos evangelhos, há a passagem de Hebreus 7.1-10. A ênfase desse texto é primariamente dirigida ao sacerdócio de Cristo e não ao pagamento do dízimo. Conseqüentemente, ao defender a legitimidade do sacerdócio de Melquisedeque como um tipo de Cristo, o escritor de Hebreus lembra que Abraão pagou o dízimo "tirado dos melhores despojos" a ele (vs.2 e 4). Assim, os próprios sacerdotes levitas, descendentes de Abraão, pagaram o dízimo a Melquisedeque na pessoa do patriarca e reconheceram a superioridade daquele sacerdócio que figurava o ministério de Cristo (vs.5-9). Embora não seja o propósito do escritor da carta discutir aspectos de continuidade ou descontinuidade da entrega do dízimo, parece seguro afirmar que ele usou uma prática conhecida (e talvez até comum) entre os cristãos hebreus, a fim de ilustrar um princípio acerca da eternidade do sacerdócio de Cristo.[12] Há que se considerar que o escritor da carta aos Hebreus certamente não usaria o exemplo do dízimo se o mesmo não fosse uma prática conhecida por seus leitores.

Ainda que a abordagem de Jesus sobre o dízimo não seja extensa, o mesmo não pode ser dito a respeito de seu tratamento sobre o dinheiro. Conforme V. S. Azariah, "há poucos assuntos sobre os quais nosso Senhor tenha dado mais claro e mais completo ensino do que o referente ao dinheiro".[13] Certamente nem todas as vezes que Jesus

[11] RIBEIRO, Boanerges. *Um estudo bíblico sobre o dízimo*. Material não publicado.
[12] WILSON, Leland. El Antiguo Testamento y el diezmo. In *Dictionario de Teologia Prática: Mayordomía*. Grand Rapids: TELL, 1976, p.52
[13] AZARIAH, V. S. *Contribuição cristã*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1957, p.53.

falou sobre o dinheiro ele o fez em referência à contribuição. Exemplos disso são encontrados em sua comparação do reino dos céus a um tesouro escondido no campo (Mt 13.44), na exposição sobre o valor do evangelho (Mt 12.35), na parábola do administrador infiel (Lc 16.1-13) e outros textos. Mesmo assim, a atenção dada por Jesus à questão financeira foi notória: "vai da parábola do semeador à do rico proprietário, do encontro com o jovem rico ao encontro com Zaqueu, dos ensinamentos acerca da confiança de Mateus 6 aos ensinamentos acerca dos perigos das riquezas em Lucas 6".[14] Atentar para o ensino de Jesus sobre o dinheiro é especialmente elucidativo na reflexão sobre contribuições no Novo Testamento.

Para fins didáticos, a abordagem de Jesus sobre dinheiro pode ser analisada a partir de suas observações sobre o uso negativo e positivo do mesmo. Com relação ao uso negativo do dinheiro, Jesus deixa claro que o apego às riquezas pode ser um grande empecilho à salvação (Mt 13.22 e Lc 18.24,25), bem como ao relacionamento do ser humano com Deus (Lc 12.15, 16.13 e Mt 6.19). A crítica de Jesus é veementemente dirigida contra a avareza. Segundo ele, o cristão deve ser capaz até de vender os bens para dar esmolas e contribuir com o necessitado (Lc 6.30 e 12.33). Jesus ensinou que o apego ao dinheiro pode ser grande fonte de ansiedade na vida cristã, pois ninguém pode servir a Deus e a Mamon (o deus das riquezas). O dinheiro, na perspectiva de Jesus, deve ser servo e nunca senhor do cristão. Sempre que aquilo que foi determinado por Deus para servir as necessidades humanas adquire senhorio sobre as pessoas, desastres acontecem e dentre esses, a ansiedade dominante (Mt 6.24-34). Por essa razão, Richard J. Foster interpreta a referência de Jesus a Mamon como uma indicação de que as riquezas podem ser adoradas como um deus rival, uma potestade com poder de desviar o cristão do caminho do Senhor.[15] Parece ser suficiente afirmar que o apego ao dinheiro para Jesus é uma idolatria que os cristãos devem evitar, a fim de crescerem em comunhão, intimidade e dependência ao Senhor.

[14] FOSTER, Richard J. *Dinheiro, Sexo e Poder*. São Paulo: Mundo Cristão, 1988, p.18.
[15] FOSTER. *Op. cit,.* p.23-28.

Ainda que Jesus tenha advertido contra o perigo do apego ao dinheiro, ele não impôs qualquer voto de pobreza como condição à vida cristã. O que ele atacou foi a "fascinação das riquezas", o mau uso dos bens e a idolatria resultante dessas atitudes. No caso do jovem rico, por exemplo, o que Jesus exigiu foi que ele colocasse o reino de Deus em primeiro lugar em sua vida, o qual seria demonstrado pela renúncia dos seus bens em prol de seguir a Cristo (Mt 19.21). Jesus esclarece que qualquer tipo de riqueza é traiçoeiro quando o seu apelo consegue seduzir os homens e desviar-lhes a atenção da mensagem do reino de Deus. Qualquer coisa que leva o cristão a desejar a vida e o conforto terrenos mais do que a consumação do reino é nociva ao crescimento espiritual. Essa relação idólatra com o dinheiro parece ter sido uma das razões pelas quais Judas traiu Jesus, vendendo-o por trinta moedas de prata (Mt 26.15 e 27.3). O ensinamento de Jesus encontra repercussão nos escritos de Paulo, que afirmou ser a avareza uma terrível forma de idolatria capaz de controlar até mesmo os cristãos (Cl 3.5 e 1Tm 6.10).

Jesus ensinou que o dinheiro pode ser utilizado positivamente. Na parábola do bom samaritano ele ensinou que o dinheiro poderia ser usado para fazer o bem, pois o samaritano usou o dinheiro generosamente no cuidado do homem que ele encontrou ferido pelo caminho (Lc 10.25-37). Jesus ainda aprovou a decisão de Zaqueu em retribuir tudo o que havia defraudado e dar aos pobres a metade dos seus bens identificando-a como sinal de transformação na vida daquele publicano (Lc 19.1-10). Jesus também permitiu que ricas mulheres piedosas participassem do sustento de seu ministério (Lc 8.1-3) e comeu com pessoas ricas e privilegiadas (Lc 11.37). Outrossim, ele exortou os seus discípulos a darem esmolas (Mt 6.2-4). Quando empregados da maneira correta, os bens materiais e haveres podem ser instrumentos úteis para o auxílio ao próximo e o avanço da obra do reino.

Um exame detalhado da perspectiva de Jesus sobre o uso do dinheiro não seria completo sem uma análise de sua reação a dois assuntos: o pagamento do tributo civil e a contribuição religiosa. Com relação ao primeiro, o evangelista Mateus relata que Jesus, ainda que alegando isenção, pagou o imposto civil a fim de evitar

escândalo por parte dos judeus (Mt 17.24-27). Em outra ocasião, quando o interrogaram sobre a legalidade de se pagar tributo a César, Jesus prontamente respondeu: "Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mt 22.15-22). Dessa forma, Jesus reprovou pelo exemplo qualquer ato de sonegação civil.

Sobre as contribuições religiosas, há que se observar o caso da viúva pobre. O evangelista Marcos registra que Jesus observava as pessoas lançarem o dinheiro no gazofilácio e elogiou a viúva pobre por seu desprendimento, pois "da sua pobreza deu tudo quanto possuía" (Mc 12.41-44). Deve-se notar que, naquele episódio, a contribuição foi tratada por Jesus como um assunto público a ponto de observar a atitude das pessoas ao fazê-lo. A contribuição da viúva pobre e dos outros judeus fazia parte da liturgia na sinagoga e esse fato não recebeu qualquer palavra de desaprovação por parte de Jesus. Ao contrário, ao aprovar a oferta daquela mulher, Jesus valorizou a oferta humilde e abnegada, exaltando-a acima da oferta do soberbo e daqueles que ofertavam apenas daquilo que lhes sobrava. Pode-se inferir que o Senhor se agrada de que seus servos cumpram seus compromissos financeiros, tanto civis quanto religiosos.

No que diz respeito a contribuições financeiras na igreja primitiva, a Escritura não permite nenhuma dúvida quanto às realizações das mesmas. O livro de Atos contém alguns relatos sobre o compartilhamento de posses com o objetivo de atender aos necessitados na igreja (At 2.45, 4.34 e 36,37). A própria eleição dos diáconos teve o propósito de promover certa assistência material a alguns menos favorecidos (At 6.1-6). A prática de cuidar dos necessitados tornou-se comum entre os cristãos a ponto do apóstolo Paulo exortar os membros de uma igreja gentílica, Éfeso, a trabalharem para terem "com que acudir ao necessitado" (Ef 4.28). O escritor de Hebreus lembrou os seus leitores o tempo em que eles, com alegria, aceitaram o espólio dos bens em favor daqueles que estavam encarcerados (Hb 10.34). Ainda que essas contribuições fossem parte do dever religioso dos cristãos primitivos, nota-se que elas tinham objetivos meramente sociais e eram esporádicas, não podendo, portanto, ser comparadas ao costume da entrega dos dízimos no Antigo Testamento.

A prática sistemática da contribuição financeira no Cristianismo primitivo que mais se aproxima da entrega do dízimo é aquela descrita como uma coleta a favor dos santos (1Co 16.1-3; 2Co 8-9). A palavra empregada por Paulo para descrever essa forma a coleta é λογείας (*logeía*) que "pode significar uma cobrança de impostos, bem como contribuições voluntárias coletadas no culto". Além do mais, pode-se supor que a escolha que Paulo fez desse verbete incomum dê a entender um imposto oficial pago pelas igrejas paulinas (...) semelhante a taxa per capita paga anualmente ao templo pelos judeus fiéis que viviam fora, bem como dentro, da Palestina, e muito semelhante ao dízimo quanto ao conceito.[16]

É importante observar que alguns cristãos receberam a exortação de Paulo com alegria e interpretaram a contribuição como um privilégio (2Co 8.4). Aquela coleta foi incluída na liturgia da igreja de Corinto (1Co 16.1,2) e deveria ser interpretada como uma expressão de generosidade, gratidão e adoração a Deus (2Co 9.10-13). Em outra ocasião, Paulo insistiu que aquela prática fosse interpretada como um ato de obediência ao evangelho de Cristo (2Co 9.13). Deve-se considerar o aspecto sistemático e o planejamento envolvido naquela coleta, a ponto de Paulo afirmar que a igreja de Corinto estava preparada há um ano para fazê-la (1Co 16.1,2 e 2Co 9.1,2). Por último, aquela contribuição seria proporcional, conforme a prosperidade do contribuinte (1Co 16.2). Assim, todos contribuiriam igualmente, não em valor, mas em percentual.

O Novo Testamento fala de outras práticas de contribuição existentes na igreja primitiva. Há pelo menos um registro de uma contribuição levantada em favor de Paulo e a obra missionária que ele realizava (Fp 4.10-19); uma instrução extensa sobre o dever da igreja em sustentar aqueles que se afadigam no ministério da Palavra (1Co 9.1-18); uma exortação para que os ricos sejam generosos em dar e prontos a repartir (1Tm 6.17,18) e que nessa matéria os cristãos reflitam sobre a graça e o exemplo de Cristo que sendo

[16] HAWTHORNE, G. F. Dízimo. In *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, vol. 1. São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 680.

rico se fez pobre por amor a eles (2Co 8.9). Por essas e outras razões, o Novo Testamento ensina que as contribuições cristãs não devem se limitar, mas até exceder ao percentual estipulado pelo dízimo.[17]

3. Continuidade e Descontinuidade entre o Antigo e o Novo Testamentos

O debate sobre a continuidade e descontinuidade entre o Antigo e o Novo Testamento é outro assunto intenso e abrangente no meio acadêmico.[18] Pode-se dizer que a discussão sobre esse assunto ocupa um longo capítulo na história da igreja.[19] No geral, a discussão concentra-se em torno de temas como a tríplice função da lei e as diferenças existentes entre a lei e a graça.[20] Mas há os que defendem até mesmo uma diferença conceitual sobre Deus em ambos os testamentos. Movidos por falsos esteriótipos, alguns insistem na existência de um abismo insuperável entre a apresentação de Deus nos dois testamentos a ponto de argumentarem que o Deus do Antigo Testamento tenha se convertido no Novo Testamento. No entanto, um estudo mais aprofundado da Escritura revelará que o Deus do Antigo Testamento não é uma pessoa totalmente arbitrá-

[17] Ibid., p. 680; CARSON, *Are Christians required to tithe?*, p. 94; OLIVEIRA, *O dízimo*, p. 29; WILSON, *El Antiguo Testamento y el diezmo*, p. 58.

[18] Cf. FEINBERG, John S. (org.). *Continuity and discontinuity: Perspectives on the relationship between the Old and New Testaments*. Westchester, Illinois: Crossway Books, 1988; NORTHROP, Chuck. Old or New Testament: Which Should We Follow? Disponível em: <http://www.kc-cofc.org/39th/IBS/Tracts/oldornew.htm>. Acesso em: 05.03.2005.; FRITZ, Hedclea. The Old and New Testaments: Their Differences! Disponível em: <http://www.robertfritz.org/church/oldnew.htm>. Acesso em: 05.03.2005; The Old Testament In Relation To The New Testament. Disponível em: <http://www.teachmegod.com/home60.htm>. Acesso em: 05.03.2005.

[19] PETERSEN, Rodney. Continuity and discontinuity: The debate throughout church history. Em *Continuity and discontinuity:* Perspectives on the relationship between the Old and New Testaments, (org.) John S. Feinberg. Westchester, Illinois: Crossway Books, 1988, p.17-36.

[20] Cf. GREENHOUGH, Geoffrey. The Reformer's attitude to the law of God. *Westminster Theological Journal* 39, 1976: 81-99; PORTELA, F. Solano. *A lei de Deus hoje*. São Paulo: Os Puritanos, 2000; DE HAAM, M. R. *Law or Grace*. Grand Rapids: Zondervan, 1965; HESSELINK, John. Christ the Law and the Christian: An unexplored aspect of teh third use of the Law in Calvin's theology. In *Reformatio Perennis*. Pittsburg: Pickwick Press, 1981; MEISTER, Mauro F. *Lei e graça: A compreensão necessária para uma vida de maior santidade e apreço pelas verdades divinas*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003; BIENERT, Davi. A descontinuidade e a continuidade da lei mosaica na vida do cristão: Uma perspectiva paulina. *Vox Scripturae*, vol. VII, 2 (Dezembro 1997): p. 29-50.

ria e irada, assim como a pessoa de Jesus no Novo Testamento não proclama apenas bondade e amor ao próximo. Como Tremper Longman III afirma, "assim como o Deus do Antigo Testamento não é um ameaçador monolítico, também Jesus Cristo não é totalmente passivo ou pacifista".[21]

Na discussão sobre continuidade e descontinuidade entre os testamentos, duas perspectivas hermenêuticas opostas destacam-se. A primeira, e talvez mais conhecida no cenário latino-americano, é o dispensacionalismo. Em síntese, esse ensino defende que:

> não há na Palavra da Verdade divisão mais evidente e admirável que a estabelecida entre a Lei e a Graça. Realmente, esses dois princípios de tanto contraste **caracterizam** as duas mais importantes dispensações — a judaica e a cristã. (...) É da mais vital importância observar, entretanto, que as Escrituras, em qualquer dispensação, jamais misturam ou confundem esses dois princípios (...) A lei é Deus proibindo e exigindo. A graça é Deus suplicando e dando.[22]

Conseqüentemente, essa perspectiva demanda uma minimização da importância e aplicação da lei à vida cristã. Somente em alguns casos mais extremos, como afirma Bruce Waltke, os defensores dessa posição chegam a desconsiderar que "a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom" (Rm 7.12).[23] Segundo os dispensacionalistas, as normas estabelecidas no período da lei mosaica devem ser ignoradas pelos cristãos, pois não se aplicam àqueles que estão debaixo da graça.

Contrário ao dispensacionalismo, há a perspectiva do teonomismo, ou o movimento de reconstrução cristã. Essa corrente teológica defende que as exigências da lei mosaica ainda se aplicam aos cristãos nos dias atuais.[24] Certamente os teonomistas entendem que os as-

[21] LONGMAN III, Tremper. *Making sense of the Old Testament*. Grand Rapids: Baker, 1998, p.58.
[22] SCOFIELD, C. I. *Manejando bem a Palavra da Verdade*. São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1972, p.51-52.
[23] WALTKE, Bruce. Theonomy in relationship to dispensationalist and covenant theologies. Em *Theonomy: A reformed critique*, org. William S. Barker e W. Robert Godfrey. Grand Rapids: Zondervan, 1990, p.60.
[24] Cf. BAHNSEN, Greg L. *Theonomy in Christian ethics*. Nutley, NJ: Presbyterian and Reformed, 1977.

pectos cerimoniais da lei, os costumes e aparatos da adoração israelita, foram cumpridos em Cristo e os cristãos já não se encontram obrigados aos mesmos. Mas insistem na atualidade das exigências morais e civis da lei, incluindo suas penalidades, bem como no dever do governo civil executá-las na sociedade. Os teonomistas defendem uma estrita continuidade entre ambos os testamentos e não estabelecem uma distinção muito detalhada entre ambos.

Como era de se esperar, a aplicação dos pressupostos dispensacionalista e teonomista sobre a questão do dízimo conduz a diferentes conclusões. Aqueles que se inclinam ao dispensacionalismo certamente defenderão que o dízimo era uma norma válida apenas para a antiga aliança e que na dispensação da graça, somente as contribuições esporádicas e voluntárias devem ser motivadas. De acordo com essa interpretação, insistir na prática do dízimo é um erro farisaico que deve ser eliminado do Cristianismo contemporâneo.[25] Os teonomistas não vêem nenhuma necessidade de questionar a relevância do mandamento sobre o dízimo, pois esta seria mais uma prática à qual o cristão está obrigado. A única diferença entre os dois testamentos acerca desse assunto para os teonomistas é que a entrega dos dízimos não ocorre mais no contexto cerimonial do Antigo Testamento.

Há, certamente, graves problemas com essas duas interpretações da Bíblia e esses não devem passar despercebidos ao estudante da Escritura. O dispensacionalismo cria um abismo intransponível entre o Antigo e o Novo Testamentos arriscando, inclusive, a unidade da Escritura e a relevância de alguns aspectos da lei para os cristãos.[26] O teonomismo, por sua vez, parece esquecer que hoje Deus não opera mais no mundo por meio de uma nação escolhida, mas por um povo eleito que se encontra espalha-

[25] Cf. SHEPPARD, Henry G. Tithing: What Does the Bible Really Teach? Disponível em: < http://www.biblelife.org/tithing.htm> Acesso em: 10 mai. 2005. WHITEHEAD, Kevin. Should Christians tithe? An in-depth analysis of a misunderstood doctrine. Disponível em: < http://www.mindspring.com/~k.w/tithe/tithe.html >. Acesso em: 26 fev. 2005.KOUKL, Gregory. Should Christians tithe? *Stand to reason*. Disponível em: http://www.str.org/free/commentaries/life/shouldch.htm. Acesso em: 01 mar. 2005.

[26] Funções estas defendidas desde o início do protestantismo. Cf. BEZA, Theodore. The two parts of the Word of God: Law and Gospel. Disponível em: <http://homepage.mac.com/shanerosental/reformationlink/tblawgospel.htm>. Acesso em: 10 mai. 2005.

do pelas nações do mundo. Dessa forma, o cristão interessado no verdadeiro ensino da Palavra deverá buscar ajuda em outra escola hermenêutica. Nesse ponto, Tremper Longman III aponta para os benefícios da leitura das Escrituras a partir da teologia do pacto, ou seja, a hermenêutica pactual.

A hermenêutica pactual, segundo Longman III, focaliza na pessoa de Deus e no seu relacionamento com o seu povo como princípio imprescindível para a compreensão do ensino bíblico.[27] A partir dessa perspectiva a obediência à lei, tanto para os judeus quanto para os cristãos, deveria ser uma expressão de gratidão e nunca um fardo insuportável.[28] A estrutura pactual das Escrituras aponta para uma progressão da revelação especial através dos tempos até Jesus. Finalmente, a hermenêutica pactual reconhece que o relacionamento entre o Antigo e o Novo Testamentos contém tanto elementos de continuidade como de descontinuidade. Certamente os aspectos civis e cerimoniais da lei não se aplicam mais aos cristãos, pois os primeiros limitavam-se a Israel como uma nação e os segundos foram cumpridos em Cristo (Hb 7-10). O povo de Deus atualmente não se limita a uma nação, mas é um corpo espiritual, constituído por indivíduos de diferentes etnias e sobre o qual Cristo é o cabeça. Todavia, o aspecto moral da lei possui tanto caráter pedagógico (Rm 7.7,8 e Gl 3.23,24) quanto revelacional da vontade de Deus para o seu povo.[29]

Em sua dissertação *Title as gift: The institution in the Pentateuch ans in light of Mauss's prestation theory*, o acadêmico Menahem Herman defende a interpretação pactual e sua aplicação ao estudo sobre a prática do dízimo.[30] Segundo Herman, o dízimo era um símbolo da lealdade pactual do povo de Deus no passado e, dessa forma, continua sendo significativo para os cristãos. Seguindo os mesmos princípios, Leland Wilson chega a conclusões semelhan-

[27] LONGMAN III, Tremper. *Op. cit.*, p.55-136.
[28] Ibid., 65. Essa parece ser a perspectiva encontrada nos catecismos protestantes, como, por exemplo, o Catecismo de Heidelberg.
[29] BEZA, *The tow parts of the Word of God*: *Law and Gospel*. Disponível em: <http://homepage.mac.com/shanerosental/reformationlink/tblawgospel.htm> Acesso em: 10 mai. 2005.
[30] HERMAN, Menahem. *Title as gift: The institution in the Pentateuch ans in light of Mauss's prestation theory*. Distinguished dissertation series. Lewiston, NY: Mellen, 1991.

tes e defende que "não é correto perguntar se a idéia de mordomia deve aplicar-se a lei ou ao evangelho. Antes de tudo, deve-se apoiar na dialética entre os dois (. . .) Dessa forma, ainda que o dízimo possua raízes na fé hebraica, sua prática é irrigada e alimentada na Palavra do Novo Testamento".[31] Em ambos os exemplos parece haver um zelo pela unidade das Escrituras e o aspecto progressivo da revelação.

No que diz respeito à prática do dízimo, discriminar os elementos de continuidade e descontinuidade entre os dois testamentos parece mais difícil do que reconhecer a existência dos mesmos. Há alguns aspectos óbvios que podem ser facilmente observados por meio de um estudo panorâmico das Escrituras. Primeiramente, há que se destacar a descontinuidade da centralidade do templo. Enquanto no Antigo Testamento a presença de Deus entre o seu povo parecia estar vinculada à Jerusalém e ao templo, no Novo Testamento Deus habitou entre os seus na pessoa de Jesus (Jo 1.14). Esta parece ter sido a razão pela qual o escritor de Hebreus refere-se aos cristãos como tendo chegado, não meramente a um monte geográfico, mas "ao monte Sião e à cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial, e a incontáveis hostes de anjos, e à universal assembléia e igreja dos primogênitos" (Hb 12.22-23). Assim, o templo como um espaço físico, não ocupa mais a centralidade no culto do povo de Deus, pois em Cristo os adoradores podem adorá-lo em espírito. Não há mais base escriturística para a manutenção do sistema levítico do Antigo Testamento, uma vez que o aspecto cerimonial da lei foi abolido em Cristo Jesus. Assim, torna-se imprudente identificar determinados grupos no Cristianismo (por exemplo, os músicos e cantores) como os levitas atuais. Tão pouco se deveria identificar os pastores como os únicos ungidos do Senhor, pois esses dois erros são contrários à doutrina do sacerdócio universal dos crentes. Pedro enfatiza que todos os cristãos são "raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus" (1Pe 2.9). Negar essa verdade seria retornar ao sacerdotalismo do Antigo Testamento ou ao catolicismo medieval.

[31] Wilson, Leland. *Op. cit.*, p.58.

Outro elemento de descontinuidade na questão dos dízimos refere-se à ocasião para a entrega dos mesmos. Como foi visto, essa entrega no Antigo Testamento estava vinculada às festas religiosas e ao calendário agrícola daquela nação. Hoje em dia, aquele calendário não é mais observado pelos cristãos e a entrega dos dízimos e ofertas atende outras orientações. No caso do Novo Testamento, os cristãos parecem ter observado algumas determinações relacionadas à necessidades eclesiásticas, o atendimento ao próximo e a participação coletiva na obra da evangelização (1Co 8-9). Logo, os cristãos não entregam mais suas contribuições observando os padrões litúrgicos da nação israelita.

Existem alguns princípios de continuidade entre ambos os testamentos quanto à entrega do dízimo e contribuições em geral que não deveriam ser ignoradas. Em primeiro lugar, tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos, as contribuições financeiras são expressões simbólicas de que tudo pertence ao Senhor e que a vida sobre a terra depende da graça e providência de Deus. Tanto o crente que vivia no período veterotestamentário quanto aquele do Novo Testamento possuíam a convicção de serem totalmente dependentes do Senhor e de seu cuidado, inclusive nas questões financeiras (Dt 12.10,11 e 2Co 9.8). Tanto o povo de Deus no Antigo quanto no Novo Testamentos são exortados a contribuirem com alegria e boa vontade (Dt 12.7 e 2Co 9.7). Os filhos de Deus devem sempre comparecer com alegria diante do Pai, inclusive no momento da contribuição. Em terceiro lugar, em ambos os testamentos há instruções para que a contribuição seja sistemática e planejada. Em sua análise de 2 Coríntios 9.7, Portela Neto afirma que "o fato de que ele [Paulo] nos ensina que a nossa contribuição deve ser alvo de *prévia meditação e entendimento* nos indica, com muito mais força, que ela deve ser uma *contribuição planejada*, não aleatória, não dependente da emoção do momento".[32] É óbvio que Paulo esperava uma contribuição sistemática dos seus leitores, pois ela deveria ser realizada no primeiro dia da semana (domingo), no momento em que os cristãos se reuniam (1Co 16.2,3).

[32] PORTELA, F. Solano. *Op. cit.,* p.1.

Em quarto lugar, em ambos os testamentos a contribuição generosa é um ato desejável por Deus (Êx 36.4-7 e 2Co 8.19,20). No caso dos escritores do Novo Testamento, há uma insistência para que seus leitores contribuam generosamente (1Tm 6.18). Finalmente, em ambos os testamentos há orientações para que a contribuição seja proporcional. No Antigo Testamento, o princípio claro da proporcionalidade é o dízimo. No Novo Testamento não há nenhum texto que claramente ab-rogue a aplicação do mesmo princípio. Dessa forma, não é a condição financeira o critério para a contribuição, pois se é proporcional, ninguém é penalizado e ninguém é desqualificado. O certo é que Deus espera que os seus filhos contribuam proporcionalmente aos seus ganhos. Compreendendo esse princípio, D. A. Carson provoca a reflexão: "Então, porque não estabelecer o objetivo de atingir vinte por cento em sua contribuição? Ou trinta? Ou, até mais, dependendo de suas circunstâncias?"[33]

4. Objeções e respostas

Uma vez que o autor desse artigo não tem encontrado nenhuma razão plausível para a rejeição do dízimo como uma prática cristã, há que analisar algumas das principais objeções a esse exercício, bem como algumas respostas aos mesmos.

Objeção 1: *A prática do dízimo foi instituída pela lei mosaica e, portanto, o cristão está desobrigado de observá-la*.

Resposta: As Escrituras ensinam que a prática do dízimo precede a instituição da lei, sendo comum entre os patriarcas e apenas incorporada à lei mosaica.

Objeção 2: *Não há nenhum mandamento no Novo Testamento que explicitamente ordene o cristão a entregar o dízimo*.

Resposta: O argumento do silêncio nunca é conclusivo. Assim como não há um mandamento explícito no Novo Testamento para que os cristãos entreguem o dízimo, também não há nenhuma indicação clara e conclusiva para que eles não o façam. Além do

[33] CARSON, *Are Christians required to tithe?*, p.94.

mais, o fato de não haver um *imperativo* no Novo Testamento quanto à prática do dízimo pode ser um *indicativo* de que a mesma fosse um exercício comum entre os cristãos, para o qual não haveria necessidade de exortação específica.

Objeção 3: *A única referência sobre o dízimo nas epístolas é um comentário sobre o sistema levítico*.

Resposta: É verdade que a única referência ao dízimo nas epístolas se encontra em Hebreus, num contexto em que o sistema sacerdotal é abordado. Contudo, o argumento do escritor da carta é que o sacerdócio de Jesus é superior ao levítico, pois Cristo é eterno e seu sacerdócio foi representado no ministério de Melquisedeque, que prefigurava o Messias (Hb 7). O que deveria causar a mudança da lei seria alteração do sacerdócio, mas o sacerdócio de Cristo não foi mudado desde Melquisedeque. Dessa forma, ao entregar o dízimo a Melquisedeque, o crente Abraão o entregou a Cristo e, por meio dele, todos os seus descendentes levitas. Ao invés de provar a ilegitimidade da entrega dos dízimos pelos cristãos, essa referência parece confirmá-la.

Objeção 4: *A contribuição estabelecida no Novo Testamento é voluntária e não proporcional*.

Resposta: Certamente não há nenhuma indicação da existência do dízimo tributário, como mais tarde foi desenvolvido na nação de Israel e permanece até os dias atuais. Todavia, deve-se observar que não existe nenhuma contradição entre o ato voluntário e a entrega proporcional. Ao escrever sobre a contribuição dos macedônios, Paulo afirma que: "na medida de suas posses e mesmo acima delas, se mostraram voluntários" (2Co 8.3). Com isso eles agiram voluntária e proporcionalmente em suas contribuições. O princípio da proporcionalidade indica que a condição financeira não é o critério determinante na contribuição cristã. Ao obedecer a proporção do mínimo de 10%, todos contribuem igualmente.

Objeção 5: *Não há referências da observância da entrega dos dízimos entre os cristãos da igreja primitiva*.

Resposta: É verdade que alguns argumentam que "a cobrança do dízimo no Cristianismo surgiu relativamente tarde, por volta do século 6º, assim mesmo não sendo aceita igualmente por toda a igreja", e que "nos três primeiros séculos do Cristianismo não houve pagamento de dízimos, e muitos dos pais, como Irineu, por exemplo (séc. 2º), condenavam o dízimo por considerá-lo legalista e ritualista".[34] Contudo, um exame da história da igreja primitiva revelará que essa asseveração é imprecisa e precipitada. Em um estudo sobre o assunto, Randy Alcorn demonstra como o próprio Irineu, bem como Agostinho e Jerônimo, enfatizavam o dever do cristão em contribuir por meio dos dízimos e ofertas.[35]

Conclusão

A ausência de um mandamento explícito sobre o dízimo no Novo Testamento seria suficiente para considerar a sua prática como anticristã e legalista? O Novo Testamento esclarece que as ofertas dos cristãos deveriam ser praticadas à luz da encarnação de Cristo (2Co 8.9). Assim como Cristo deu-se plenamente pela redenção do seu povo, as ofertas dos seus discípulos devem ser inspiradas e motivadas pelo seu sacrifício.

A defesa de que o dízimo é uma lei vétero-testamentária que não se aplica aos cristãos parece ter sua motivação originada na questão financeira mais do que nas evidências exegéticas. Contudo, esse artigo não teve nenhuma presunção de responder a todas a indagações sobre o assunto, nem mesmo de encerrar o debate sobre o tema. As conclusões desse estudo indicam que o cristão zeloso pela prática do dízimo não precisa ter sua consciência atormentada pelo medo de praticar algo que contraria a Palavra de Deus.

[34] OLIVEIRA, Paulo José F. *Desmistificando o dízimo*. São Paulo: ABU, 1996, p.26.
[35] ALCORN, Randy. *The practice of tithing as the minimum standard of Christian giving. Eternal Perspective Ministries*. Disponível em: <http://www.epm.org>. Acesso em: 10 mai. 2005.

Gideão e a formação do exército de Deus

Uma análise bíblico-teológica de Juízes 6-7

Rev. Ageu Cirilo de Magalhães Jr.

Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico
Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição

Mestrando em Teologia Sistemática pelo
Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper

Pastor da Igreja Presbiteriana de Vila Guarani

Gideão e a formação do exército de Deus

Uma análise bíblico-teológica de Juízes 6-7

RESUMO

O presente artigo é uma análise bíblico-teológica do confronto entre Gideão e o exército dos midianitas. O autor extrai do texto princípios bíblicos sobre o modo como Deus forma o seu povo e os aplica à igreja contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE

Teologia Bíblica; História de Israel; Gideão; Midianitas; Igreja.

ABSTRACT

The present article is a biblical-theological analysis of the confrontation between Gideon and the Midianite's army. The author extracts the biblical principles from the text showing how God gathers His people, then he applies his analysis to the contemporary church.

KEYWORDS

Biblical Theology; Israel History; Gideon; Midianites; Church.

Introdução

O mundo mudou e o modo de guerrear também. Em outubro de 2001, os EUA atacaram o Afeganistão e mostraram que, atualmente, para se vencer uma guerra, é preciso bem mais que exércitos capacitados e soldados bem treinados. É necessário também diplomacia e estratégia. Antes de os soldados desembarcarem no Afeganistão, os estrategistas de guerra e os diplomatas já trabalhavam: os estrategistas, analisando cada passo a ser dado e suas consequências, face a milhares de muçulmanos espalhados pelo mundo. Os diplomatas, viajando a vários países unindo esforços e anulando possíveis aliados afegãos. Uma guerra de estratégia e diplomacia.

Além destes elementos, um outro fator impressionou o mundo: o uso da tecnologia. Armamentos leves, potentes, e de última geração foram exibidos naquelas batalhas.

Comparando as características de um exército moderno, descritas acima, vamos analisar, com base no texto de Juízes 6-7, como *Yahweh Tsebhaoth* (o Senhor dos Exércitos) escolhe os seus soldados e forma o seu exército.

1. O exército de Deus é formado por pessoas simples

Gideão era um homem do campo. Quando Deus o chamou para libertar Israel ele estava malhando trigo para escondê-lo dos midianitas, que lhes oprimiam havia sete anos (6.1). Naqueles dias, período dos Juízes[1], Israel estava sendo disciplinado por Deus. Afastados do Senhor, "cada qual fazia o que achava mais reto" (Jz 17.6, 21.25) e, para corrigir os passos errados e trazê-los de volta ao caminho, Deus usava as nações inimigas como chicote. O processo era cíclico. Como escreveu o Rev. Boanerges Ribeiro

[1] O período dos Juízes, cerca de 300 anos, pode ser calculado a partir da morte de Josué e de seus anciãos até a aparição de Samuel (cf. GRONINGEN, Gerard Van. *Revelação Messiânica no Antigo Testamento.* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003, p. 254). "O termo hebraico *julgar* tinha um significado muito mais amplo nos tempos antigos do que seu equivalente em inglês (e em português, n.t.). Julgar, no contexto bíblico, significava dar a lei, decidir controvérsias e executar a lei civil, religiosa, política e social. Os juízes podiam, assim, ser considerados governadores; o livro de Juízes, entretanto, freqüentemente destaca seu papel como libertadores." GRONINGEN, Gerard Van. *Revelação Messiânica,* p. 254.

> Na fartura de Canaã dissolvia-se a disciplina do deserto (Neemias 9:25); desmoralizados, invadidos, subjugados, arrependiam-se; o Senhor lhes dava pessoa que os livrava e reconduzia aos termos da Aliança: um Juiz. Morto o Juiz, o processo se reiniciava. Era um carrossel histórico...[2]

Sobre isso, Van Groningen acrescenta que

> Deus Yahweh, como também seu pacto e a lei dada por Moisés, foram ignorados, e/ou rejeitados (...) Os líderes e o povo não conheciam ou obedeciam à Torá. A voz profética dificilmente foi ouvida. Mas isto não pode ser considerado como uma evidência de que Deus Yahweh se houvesse afastado do seu governo providencial. Ele manteve sua meta de consumação. Seu governo do reino seria demonstrado de uma forma sempre crescente. [3]

Gideão estava trabalhando há algum tempo[4] quando lhe apareceu o Anjo do Senhor. Muito embora a saudação do Anjo fosse animadora[5], Gideão passou a lamuriar diante do mensageiro de Deus (v. 13).

No versículo 15, Gideão fala sobre si e deixa clara sua inaptidão para libertador:

> Ai, Senhor meu!
> Com que livrarei Israel?
> Eis que a minha família
> é a mais pobre em Manassés,
> e eu,
> o menor na casa de meu pai.

Gideão crê em sua total incapacidade de cumprir a missão designada por Deus. "Eis que a minha família é a mais pobre em

[2] RIBEIRO, Boanerges. *Aliança da Graça.* São Paulo: Associação Evangélica Reformada Presbiteriana, 2001, p. 72.
[3] GRONINGEN, Gerard Van. *Criação e Consumação.* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002, p. 509.
[4] חבט "malhando" está no particípio, indicando uma ação contínua.
[5] "Ele usou a fórmula pactual, 'Yahweh está contigo, guerreiro valente', (Jz 6.12), para o alentar." GRONINGEN, Gerard Van. *Criação e Consumação*, p. 508.

Manassés". Se fosse uma família rica, Gideão poderia montar um exército, sustentar seus soldados, conseguir armas e meios para a guerra. Mas sua família era a mais pobre em Manassés, o que ele poderia fazer?

"... e eu, o menor na casa de meu pai". Gideão era o mais pobre, com menos posses, menos poder. Gideão estava tão convicto de sua incapacidade que 3 vezes pediu provas a Deus:

1) No primeiro episódio, Gideão disse ao anjo: "Se, agora, achei mercê diante dos teus olhos, dá-me um sinal de que és tu, Senhor, que me falas" (v. 17). Gideão, então, pediu ao anjo que aguardasse enquanto ele traria uma oferta perante ele (v. 18). Apresentada a oferta (vs. 19,20), "estendeu o Anjo do Senhor a ponta do cajado que trazia na mão e tocou a carne e os bolos asmos; então, subiu fogo da penha e consumiu a carne e os bolos; e o Anjo do Senhor desapareceu de sua presença." (v. 21).

2) No segundo pedido de provas, Gideão colocou uma porção de lã na terra e pediu a Deus que, no dia seguinte, o orvalho estivesse apenas na lã e a terra ao redor estivesse seca (vs. 36,37). Deus atendeu. "... ao outro dia, se levantou de madrugada e, apertando a lã, do orvalho dela espremeu uma taça cheia de água." (v. 38).

3) O terceiro pedido, foi a contra-prova do segundo: "... rogo-te que mais esta vez faça eu a prova com a lã; que só a lã esteja seca, e na terra ao redor haja orvalho" (v. 39). "E Deus assim o fez naquela noite, pois só a lã estava seca, e sobre a terra ao redor havia orvalho." (v. 40).

Estes episódios mostram a incredulidade de Gideão. No primeiro sinal dado, fogo saindo da rocha, ele já deveria ter crido em Deus. Porém, pediu confirmações. Não devemos agir da mesma forma. Quando alguns escribas e fariseus pediram um sinal para Jesus, para que ele provasse que era o Messias, o pedido foi negado (Mt 12.38-42). Cristo reprovou o comportamento deles e mostrou que o maior sinal que o mundo já vira lhes seria dado em

breve – a sua ressurreição. Que sinal maior que esse alguém pode querer? Bruce Waltke e Jerry MacGregor explicam que

> ... a lã era sinal de sua incredulidade e como tal, não é um modelo de fé para nós. Este é um grande exemplo de como Deus cuida do seu povo mesmo quando seus líderes não têm fé. (...) Os apóstolos jamais utilizaram nada semelhante à lã. Além disso, nunca nem insinuaram que o cristão deve buscar "sinais" como meio de determinar a vontade divina (...) Deus dirige seu povo não por meio de sinais, mas por meio da sua Palavra, do seu Espírito Santo, sua Igreja, por meio dos conselhos piedosos de outros cristãos e da sua providência. [6]

Portanto, os pedidos de sinais de Gideão não devem nos ensinar a fazer o mesmo e sim a sermos menos incrédulos. Destaca-se neste ponto a fraqueza de Gideão. Ele não era um guerreiro nato que, ao primeiro chamado, pegou sua espada e foi reunir um exército. Ele ficou duvidando, pedindo provas, hesitando em cumprir seu chamado.

O exército de Deus é formado por pessoas humildes, que tem suas fraquezas, seus defeitos, seus medos. Gideão era tão simples que, quando venceu os midianitas, o povo lhe ofereceu o reino — mais que isso —, uma dinastia (8.22), mas ele não quis (8.23). Seguindo uma tendência que vamos encontrar tempos depois, na história de Samuel, o povo aqui já queria um rei humano para governar sobre eles e não o Rei Soberano, o próprio Deus. Gideão não pensa como o povo. Ele não crê em uma monarquia, ou em uma dinastia, ele crê na Teocracia, onde Deus reina.

> ... ele conhecia Yahweh, sua palavra e sua vontade para com Israel. Gideão era um homem teocrático. Yahweh o tinha suscitado para ser um libertador, um salvador de Israel. Desde que os homens, não Yahweh, lhe ofereciam a realeza, ele recusou-a para si e para

[6] WALTKE, Bruce e MACGREGOR, Jerry. *Conhecendo a Vontade de Deus para as Decisões da Vida.* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001, p. 51.

> seus filhos. Gideão não rejeitou o conceito de realeza como tal; antes, atribui-o a Yahweh.[7]

Esse era Gideão — não aceitou uma dinastia. Quantos de nós recusariam isto?

O exército de Deus é formado por pessoas humildes, que se julgam incapacitadas. Foi assim com Moisés (Êx 3.11), com Davi (2Sm 7.18), Isaías (6.5), Jeremias (Jr 1.6), Pedro (Lc 5.8), com Paulo (1Co 15.9).

Este exército não é formado por "muitos sábios segundo a carne, nem muitos poderosos, nem muitos de nobre nascimento; pelo contrário, Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes; e Deus escolheu as coisas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são; a fim de que ninguém se vanglorie na presença de Deus." (1Co 1.26-29)

É com este exército que Deus vence suas batalhas. Mas alguém dirá: "Certamente Deus compensa esta ausência de soldados poderosos por quantidade, não?" Isso nos leva ao próximo ponto.

2. O exército de Deus é formado por poucos escolhidos

Deus não "compensa" na quantidade. Em Juízes 6.35 vemos que, além da tribo de Manassés, a qual Gideão fazia parte, foram convocadas também as tribos de Aser, Zebulom e Naftali. Ao todo estas tribos formaram um exército de 32.000 homens (7.3), o que era pouco muito pouco quando comparado com o número de soldados do exército inimigo: 135.000 homens (8.10). Na verdade, 32.000 é menos que um quarto. Temos aqui então um exército inimigo quatro vezes maior.

Mas, para Deus, isso era muita gente. Ele disse a Gideão para dispensar aqueles que estivessem com medo da guerra[8]: "Apregoa,

[7] GRONINGEN, Gerard Van. *Revelação Messiânica,* p. 256.

[8] Esta ordem estava prevista nas leis de guerra de Israel: "E continuarão os oficiais a falar ao povo, dizendo: Qual o homem medroso e de coração tímido? Vá, torne-se para casa, para que o coração de seus irmãos se não derreta como o seu coração." (Dt 20.8)

pois, aos ouvidos do povo, dizendo: Quem for tímido e medroso, volte e retire-se da região montanhosa de Gileade. Então, voltaram do povo vinte e dois mil, e dez mil ficaram" (7.3).

Gideão tinha agora um exército de 10 mil contra outro de 135 mil homens. O inimigo era 13 vezes maior. Entretanto, para Deus, 10 mil ainda era muita gente. Então, Deus mandou Gideão ordenar aos soldados que descessem a um mar e observassem o comportamento deles. Aqueles que chegassem na beira da água e já se ajoelhassem para beber, Gideão deveria colocar de lado. Os escolhidos seriam aqueles que bebessem a água sem se ajoelhar, pegando a água e trazendo a mão à boca, atentos como cães (vs. 4-6).

"Foi o número dos que lamberam, levando a mão à boca, trezentos homens; e todo o restante do povo se abaixou de joelhos a beber a água" (v. 7). Agora seriam 300 soldados contra 135 mil. Um exército 450 vezes maior. Na proporção, seriam 450 homens para cada soldado do exército de Israel.

Este era o exército que Deus queria. Um exército pequeno para que ficasse bem claro que não era a força do braço humano que vencia as batalhas, mas a força do Deus Todo Poderoso. Com 300 homens, o exército de Deus venceu a guerra. Comentando esta vitória, João Calvino diz o seguinte: "Certamente, era algo estapafúrdio que Gideão, com trezentos homens, atacasse o imenso exército de seus inimigos; e ao esmagar os cântaros com suas mãos, parecia mais brincadeira de crianças"[9]

George F. Moore diz que o "alvo da história inteira (v. 2-8) parece ser reforçar a lição de que é igualmente fácil para Yahweh libertar com poucos ou com muitos (1Sm 14.6), e que, para repreender a vanglória dos homens ele escolhe as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes (1Co 1.25-27)".[10]

O povo de Deus sempre foi um povo pequeno, que com a força do seu Deus venceu grandes inimigos. Lembremo-nos do poderoso exército de Faraó, sendo destruído pelas águas do mar Vermelho,

[9] CALVINO, João. *Hebreus.* São Paulo: Edições Paracletos, 1997, (11.32), p. 340.
[10] MOORE, George F. *A Critical and Exegetical Commentary on Judges (International Critical Commentary).* Edinburgh: T. & T. Clark, 1976, p. 199.

após o povo de Deus passar a pés enxutos; de Josué vencendo Jericó; do episódio em que Deus fez o sol parar e Josué venceu cinco exércitos ao mesmo tempo; dos 31 exércitos que o povo de Deus venceu, mesmo sendo um povo menor, peregrinos no deserto; lembremo-nos de Sangar que, sozinho, feriu 600 homens com uma aguilhada de bois (uma vara pontiaguda usada para tanger gado); de Débora e Baraque que, com um pequeno exército, venceram o poderoso exército do Rei Jabim, e seus novecentos carros de ferro.

O exército de Deus sempre foi menor que o de seus inimigos. É um exército formado por poucos. Em Mateus 22, na conclusão da parábola das bodas, Jesus conclui: "Porque muitos são chamados, mas poucos, escolhidos". Em Mateus 7.13, Jesus diz: "Entrai pela porta estreita (larga é a porta, e espaçoso, o caminho que conduz para a perdição, e são muitos os que entram por ela), porque estreita é a porta, e apertado, o caminho que conduz para a vida, e são poucos os que acertam com ela."

Poucos. É por isso que nós nunca devemos desanimar ao olhar para o reduzido número de pessoas dentro da igreja. Deus, com poucos, faz muito. Quantos Jesus Cristo escolheu como apóstolos? Doze. E estes 12 transtornaram o mundo com a mensagem de Cristo (At 17.6).

O exército de Deus não é formado por muitos. É formado por poucos. E poucos escolhidos. Mas alguém poderá dizer. "Já que este exército não tem guerreiros poderosos, nem é formado por muita gente, certamente ele deve ter armas muito avançadas, não?"

3. O exército de Deus não conta com as armas deste mundo

Que armas o exército de Deus usou para derrotar os midianitas? Trombetas, cântaros e tochas (7.20). No meio da noite, "ao princípio da vigília média"[11], pouco tempo depois da troca dos guardas[12], com o exército inimigo estava dormindo tranquilamente, o exército de Deus rodeou todo o acampamento inimigo e ficou em

[11] Os judeus dividiam a noite em três vigílias de quatro horas cada. A primeira vigília, das 06 às 10h, a vigília média, das 10 às 02h, e a vigília da manhã, das 02 às 06h. Os romanos, dividiam a noite em quatro vigílias (Mt 14.25, Mc 6.48).

posição. Ao sinal de Gideão os soldados, ao mesmo tempo, tocaram as trombetas e quebraram os cântaros. O barulho foi tão grande que os inimigos acordaram e começaram a lutar entre si. E assim, o exército de Deus pôde vencê-los.

Mas note que as "armas" utilizadas foram trombetas, cântaros e tochas[13]. Arthur E. Cundall diz que "jamais um exército avançou com um equipamento tão variegado."[14] A conclusão evidente é que o exército de Deus não precisa das armas deste mundo. Lembremo-nos da vitória sobre Jericó. Que armas foram usadas ali? Sete trombetas e a voz dos soldados. Os sete sacerdotes tocaram as trombetas, os soldados gritaram e os muros caíram. Lembremo-nos de Davi que, com uma pedra, derrubou o gigante Golias, campeão de guerra dos filisteus; de Sangar que, com apenas uma aguilhada de bois, derrotou 600 homens; de Débora e Baraque que, com armamentos primitivos derrotaram os 900 carros de ferro do Rei Jabim.

O exército de Deus não conta com as armas deste mundo. Seu poder vem de Deus. Em 2 Coríntios 10.4,5, Paulo diz: "Porque as armas da nossa milícia não são carnais, e sim poderosas em Deus, para destruir fortalezas, anulando nós sofismas e toda altivez que se levante contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo pensamento à obediência de Cristo...". Comentando este texto, Kistemaker diz que "o conflito entre as forças de Deus e as de Satanás é espiritual e precisa ser travado com armas espirituais. É colocando toda a armadura de Deus que os cristãos poderão se armar contra as investidas de Satanás"[15]

Calvino diz que "a vida de um cristão é, de fato, uma perpétua guerra, pois quem se entrega ao serviço de Deus não terá trégua de

[12] Quando os primeiros guardas foram rendidos, e a segunda guarda afixada, eles possivelmente pensaram que teriam uma boa noite de sono, pois tudo parecia calmo e tranquilo. Cf. KEIL, C.F & DELITZSCH, F. *Joshua, Judges, Ruth, I & II Samuel (Commentary on the Old Testament).* Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1982, p. 347.

[13] Edward W. Lane explica que a tática de se usar tochas dentro de jarros há pouco tempo ainda era usada pela polícia do Cairo. Vide LANE, Edward W. *The Manners and Customs of the Modern Egyptians*. Cairo-Londres: Arden Library, 1908, p. 123 *Apud* BOLING, Robert G. *Judges: Introduction, Translation and Commentary.* Nova York: Doubleday & Company Inc., 1969, p. 147.

[14] CUNDALL, Arthur E e MORRIS, Leon. *Juízes e Rute: Introdução e Comentário.* São Paulo: Edições Vida Nova e Editora Mundo Cristão, 1986, p. 109.

[15] KISTEMAKER, Simon J. *Comentário do Novo Testamento: 2 Coríntios.* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2005, p.

Satanás em nenhum momento, mas será assediado por incessantes inquietações"[16]

Por isso, nossas armas não são carnais, mas celestiais. Hoje não vivemos mais naquela época de conquistas de terras. Não temos mais que lutar fisicamente, contudo, a guerra continua no plano espiritual. Milhares de pessoas estão vivendo sem Deus, enganadas pelo inimigo e Deus nos deu as armas espirituais para esta batalha. O arsenal completo está em Efésios 6.10-20:

> Quanto ao mais, sede fortalecidos no Senhor e na força do seu poder. Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para poderdes ficar firmes contra as ciladas do diabo; porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes. Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, depois de terdes vencido tudo, permanecer inabaláveis. Estai, pois, firmes, cingindo-vos com a verdade e vestindo-vos da couraça da justiça. Calçai os pés com a preparação do evangelho da paz; embraçando sempre o escudo da fé, com o qual podereis apagar todos os dardos inflamados do Maligno. Tomai também o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a palavra de Deus; com toda oração e súplica, orando em todo tempo no Espírito e para isto vigiando com toda perseverança e súplica por todos os santos e também por mim; para que me seja dada, no abrir da minha boca, a palavra, para, com intrepidez, fazer conhecido o mistério do evangelho, pelo qual sou embaixador em cadeias, para que, em Cristo, eu seja ousado para falar, como me cumpre fazê-lo.

As nossas armas são a verdade, a justiça, o evangelho, a fé, a salvação, a Palavra de Deus, e a oração. Com estas armas estamos preparados para toda guerra espiritual e podemos resgatar muitas vidas que estão aprisionadas pelo inimigo. Com estas armas pode-

[16] CALVIN, John. *Commentary on the Second Epistle to the Corinthians.* In: John Calvin Collection, The AGES Digital Library, 1998, p. 191.

mos vencer, assim como venceram nossos antepassados. O exército de Deus não conta com as armas deste mundo. Seu poder vem de Deus.

Conclusão

O exército de Deus não é formado por diplomatas hábeis, estrategistas habilidosos, soldados bem treinados nem com armamento avançado.

É formado por poucos soldados, simples e humildes, munidos de armas celestiais. Aos olhos humanos, nada de assustador. Porém, é um exército poderoso, que tem Deus no comando. Um exército que no passado venceu muitas batalhas, hoje continua vencendo, e vencerá ainda mais por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor. Que Ele nos ajude a sermos soldados fiéis.

Relatório pastoral do Rev. José Manoel da Conceição

Edição Diplomática

Rev. Wilson Santana Silva

Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Bacharel em Filosofia pelas Faculdades Associadas Ipiranga (FAI)

Pós-graduação: Estudos Brasileiros pela Universidade Mackenzie

Pós-graduação: História do Brasil do Século 20 pelas Faculdades Associadas Ipiranga (FAI)

Mestre em História e Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo

Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo

Pastor da Igreja Presbiteriana do Jardim Marilene

Relatório pastoral do Rev. José Manoel da Conceição

Edição Diplomática

RESUMO

Pensando nos 25 anos de organização de nosso seminário, apresentamos ao leitor a edição diplomática do relatório pastoral do Rev. José Manoel da Conceição, documento precioso para a história de nossa Igreja. Nele, podemos ver o empenho, disposição e dedicação do Rev. Conceição na pregação do Evangelho. Exemplo inspirador.

O relatório pastoral do Rev. José Manoel da Conceição faz parte da "Coleção Carvalhosa", conjunto de documentos primários reunidos e copilados pelo Rev. Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa (1846-1917), hoje guardados no Arquivo Histórico da IPB, a quem agradecemos a gentileza da cessão.

PALAVRAS-CHAVE

História da Igreja; História da Igreja Presbiteriana do Brasil; Coleção Carvalhosa; Rev. Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa, Rev. José Manoel da Conceição.

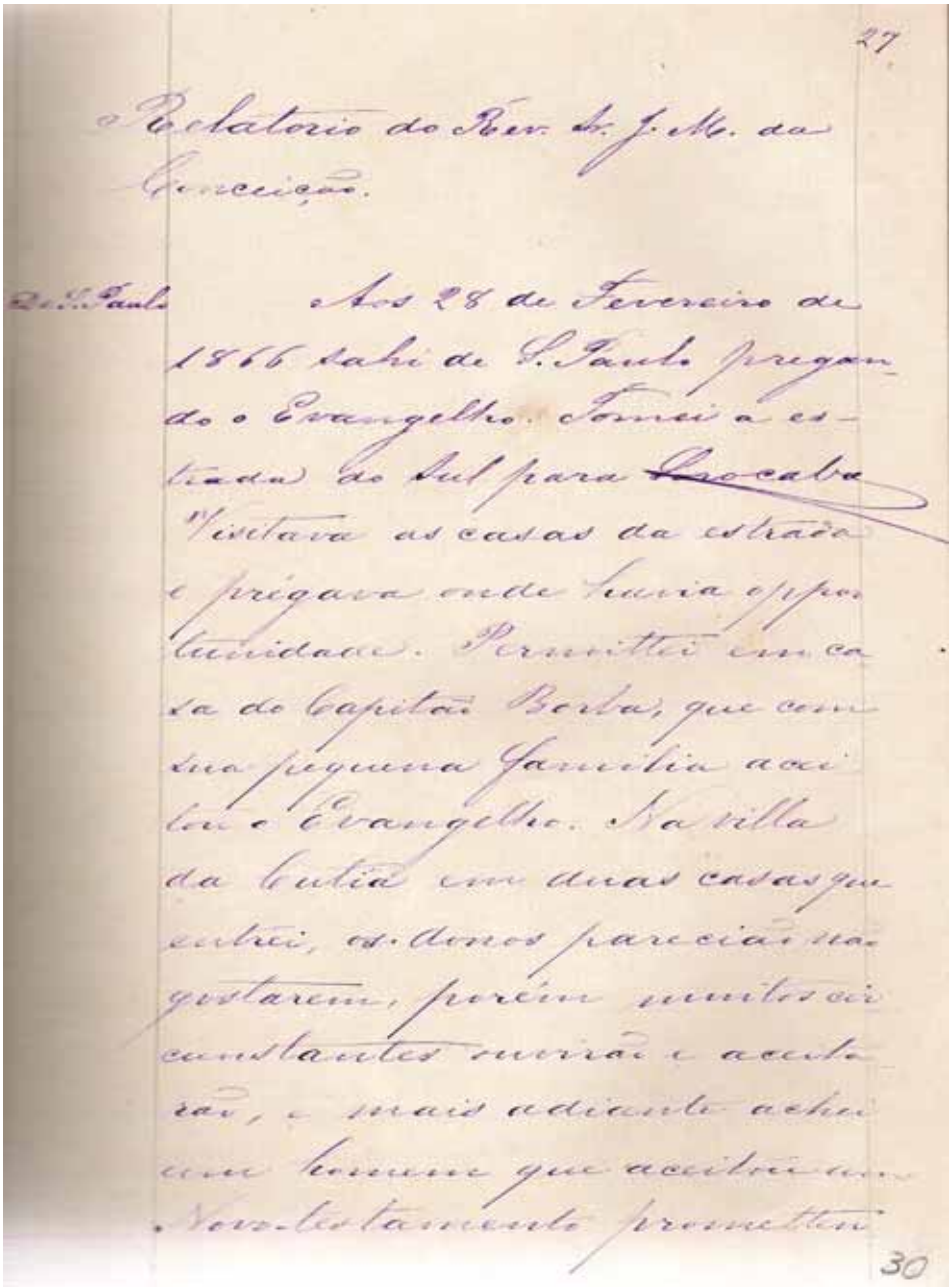
ABSTRACT

As we think of the 25th anniversary of our seminary, we present to the readers the diplomatic pastoral report of the Rev. Jose Manoel da Conceição, which is a most important document for the history of our Church. Through this report we can see his efforts, disposition and dedication in preaching the Gospel. And that presents us with an inspiring example.

The pastoral report of the Rev. Jose Manoel da Conceição is part of the "Carvalhosa Collection," the gathering of primary documents compiled by the Rev. Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa (1846-1917). Today they are kept in the Brazilian Presbyterian Church's Historical Archives and we are grateful for having been given access to them.

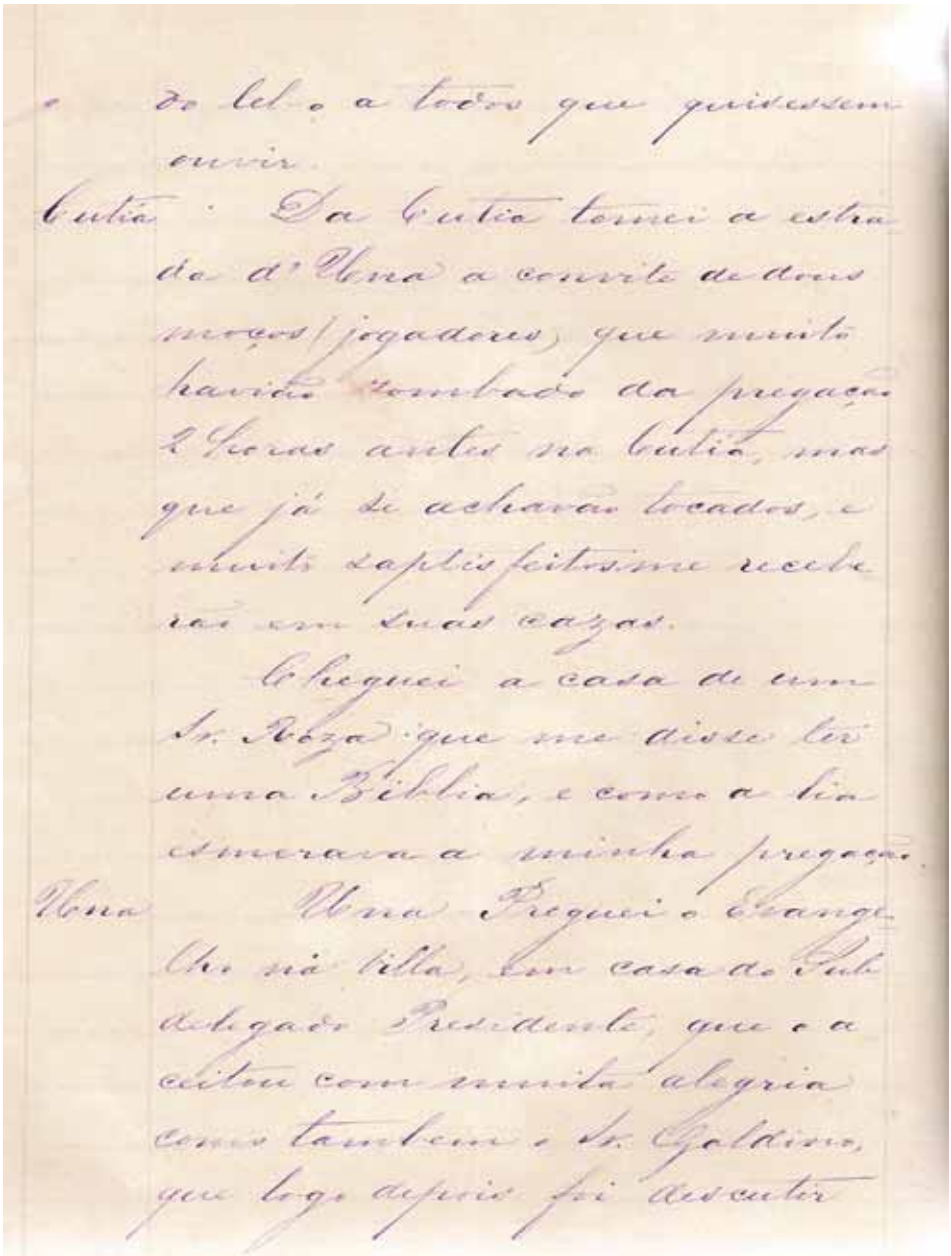
KEYWORDS

Church History; Brazilian Presbyterian Church History; Carvalhosa Collection; Rev. Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa, Rev. José Manoel da Conceição.



Relatorio do Rev. Sr. J. M. da Conceição.

Aos 28 de Fevereiro de 1866 sahi de S. Paulo pregando o Evangelho. Tomei a estrada do Sul para Sorocaba. Visitava as casas da estrada e prégava onde havia opportunidade. Pernoittei em casa do Capitão Borba, que com sua pequena familia aceitou o Evangelho. Na villa da Cutiá em duas casas que entrei, os donos parecião não gostarem, porém muitos circunstantes ouvirão e aceitarão, e mais adiante achei um homem que aceitou um Novo-testamento prometten-

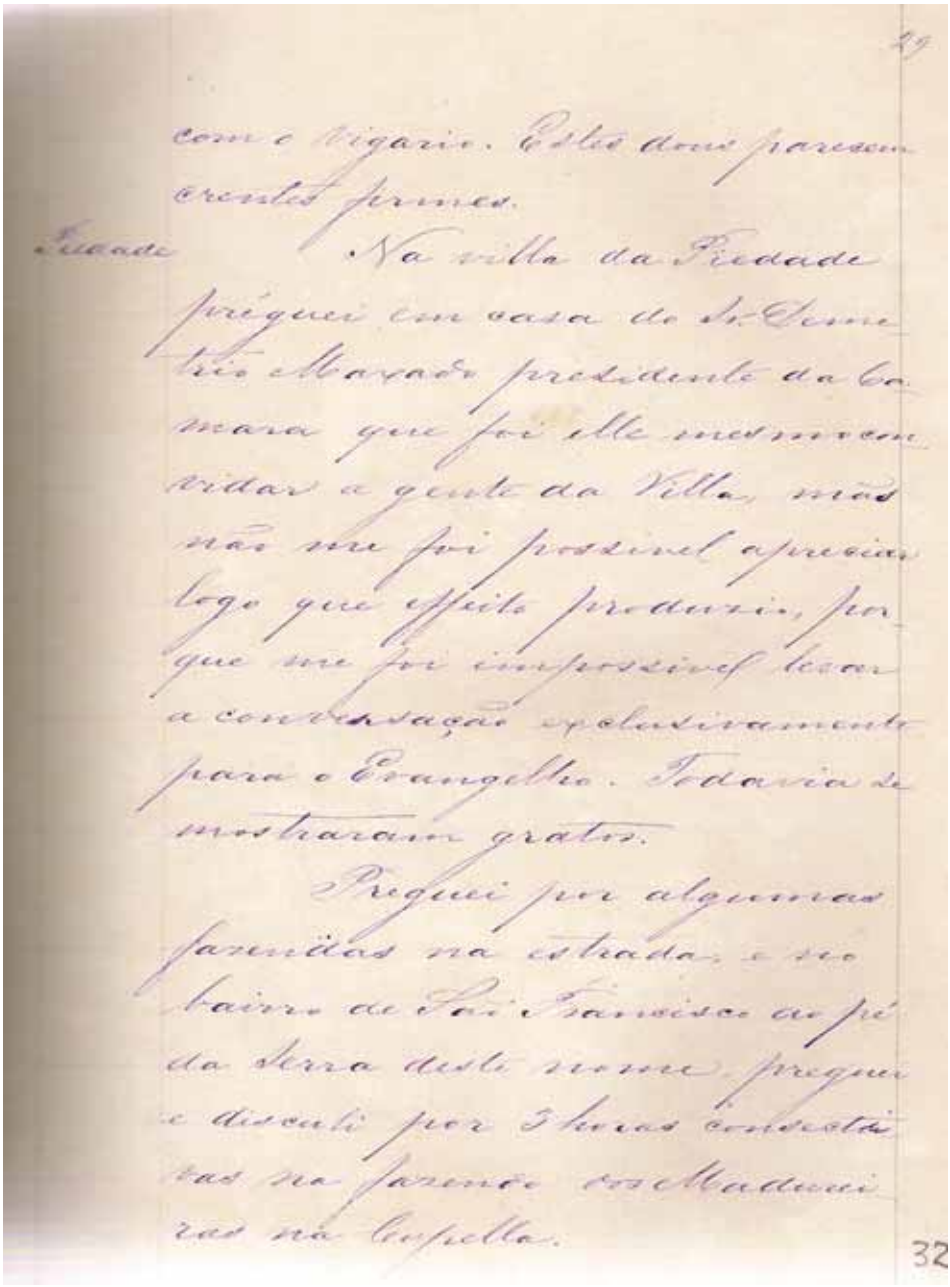


do lel-o a todos que quisessem ouvir.

Da Cutia tomei a estrada d'Una a convite de dois • [5] moços (jogadores), que muito havião zombado da prégação 2 horas antes na Cutia, mas que já se achavão tocados, e muito saptisfeitos me recebe- • [10] rão em suas cazas.

Cheguei a casa de um Sr. Roza que me disse ter uma Biblia, e como a lia esmerava a minha pregação.

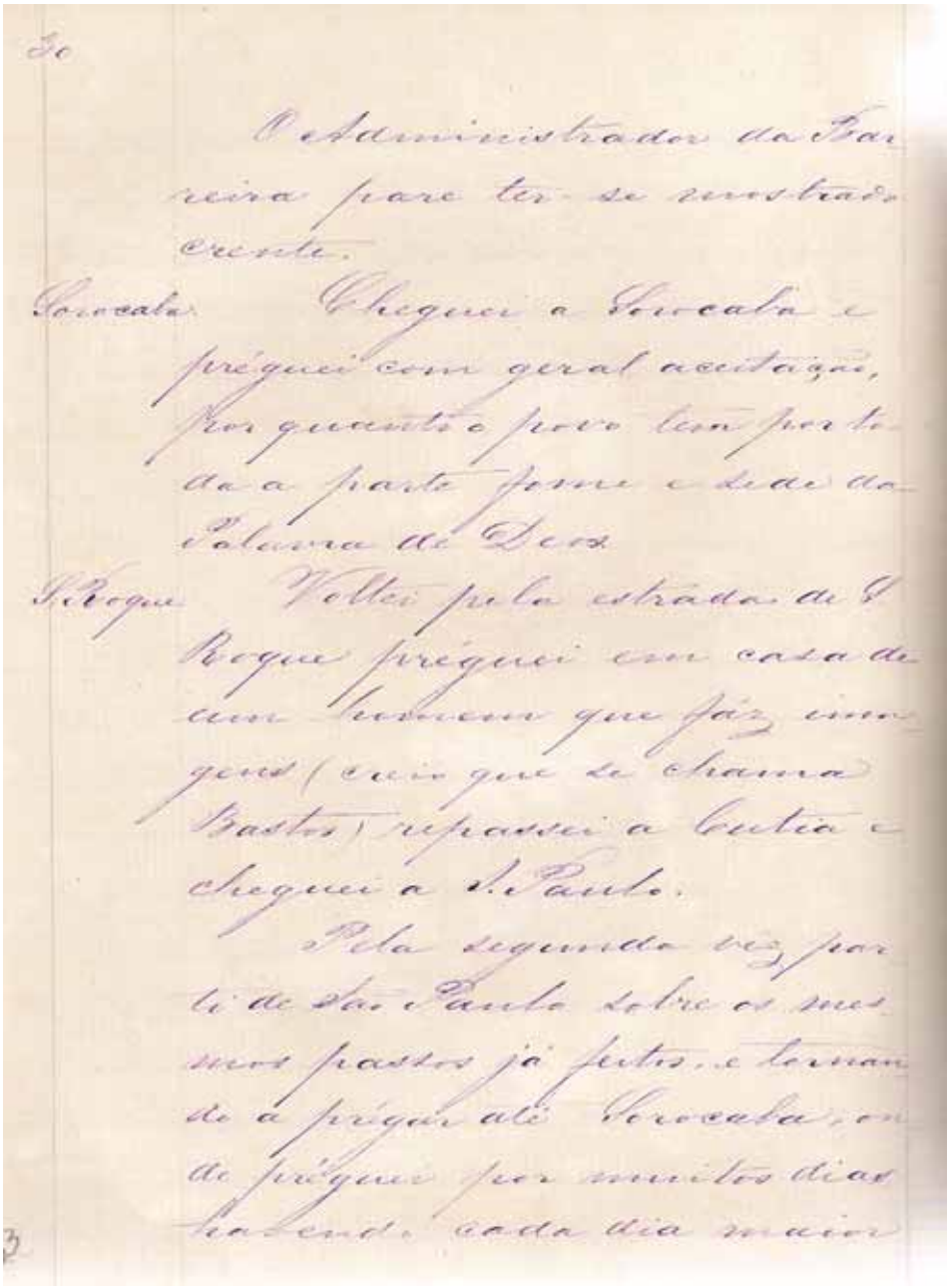
• [15] Una – Preguei o Evangelho na villa, em casa do Sub-delegado Presidente, que o aceitou com muita alegria como tambem o Sr. Galdino, • [20] que logo depois foi descutir



com o vigario. Estes dois parecem crentes firmes.

Na villa da Piedade préguei em casa do Sr. Deme- • [5] trio Maxado presidente da Camara que foi elle mesmo convidar a gente da Villa, mãs não me foi possivel apreciar logo que effeito produzio, por- • [10] que me foi impossivel levar a conversação exclusivamente para o Evangelho. Todavia se mostraram gratos.

Preguei por algumas • [15] fazendas na estrada e no bairro de São Francisco ao pé da Serra deste nome, preguei e discuti por 3 horas consectivas na fazenda dos madurei- • [20] ras na Capella.

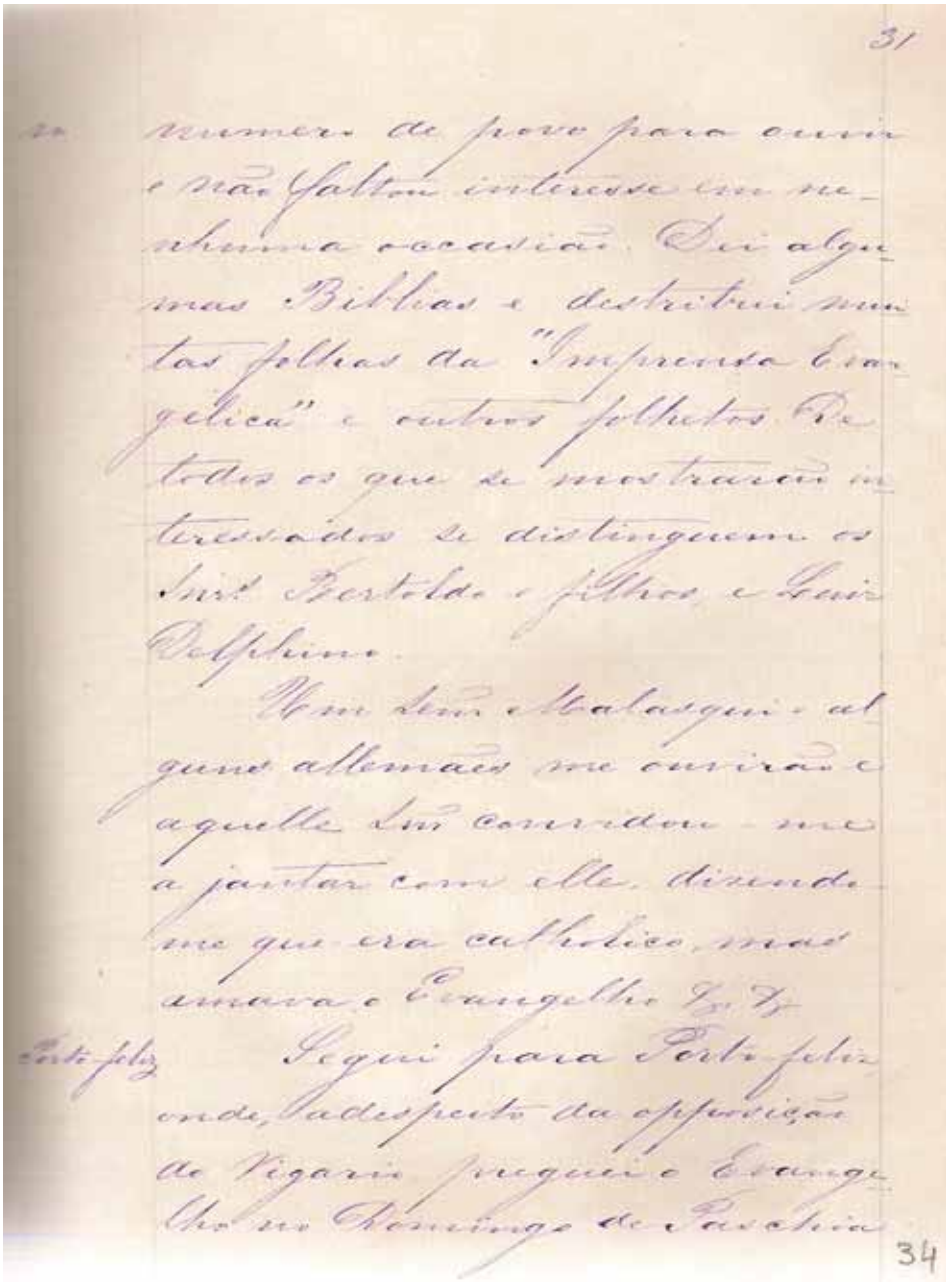


O Administrador da Barreira pare ter-se mostrado crente.

Cheguei a Sorocaba e • [5] préguei com geral aceitação, por quanto o povo tem por toda a parte fome e sede da Palavra de Deos.

Voltei pela estrada de S. • [10] Roque préguei em casa de um homem que fáz imagens (creio que se chama Bastos) repassei a Cutia e cheguei a S. Paulo.

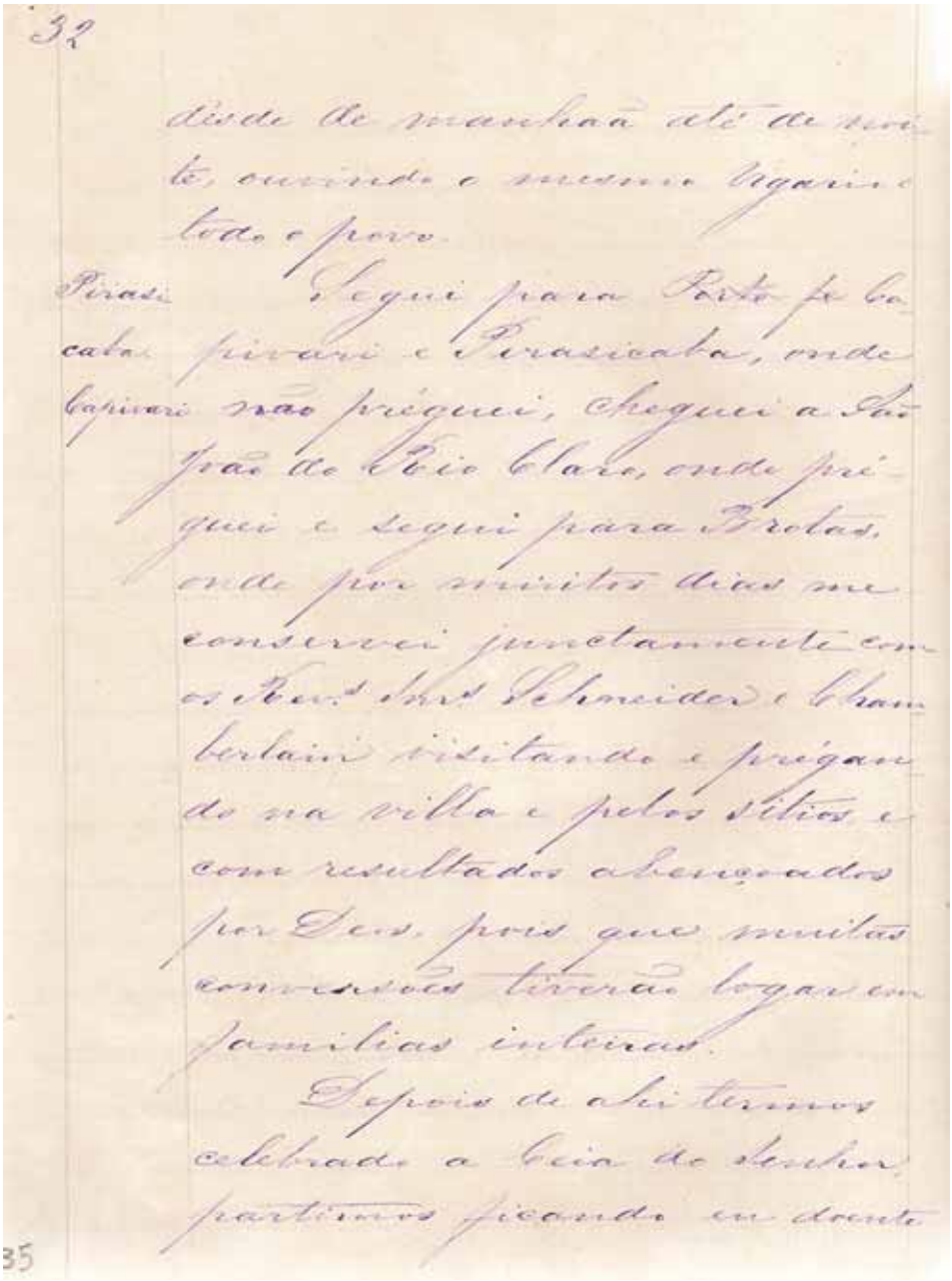
• [15] Pela segunda vêz parti de São Paulo sobre os mesmos passos já feitos, e tornando a prégar até Sorocaba, onde préguei por muitos dias, • [20] havendo cada dia maior



numero de povo para ouvir e não faltou interesse em nenhuma occasião. Dei algumas Biblias e destribui mui- • [5] tas folhas da "Imprensa Evangelica" e outros folhetos. De todos os que se mostrarão interessados se distinguem os Snrs. Bertoldo e filhos, e Luiz • [10] Delphino.

Um Senr. Malasqui e alguns allemães me ouvirão e aquelle Snr convidou-me a jantar com elle, dizendo- • [15] me que era catholico, mas amava o Evangelho.

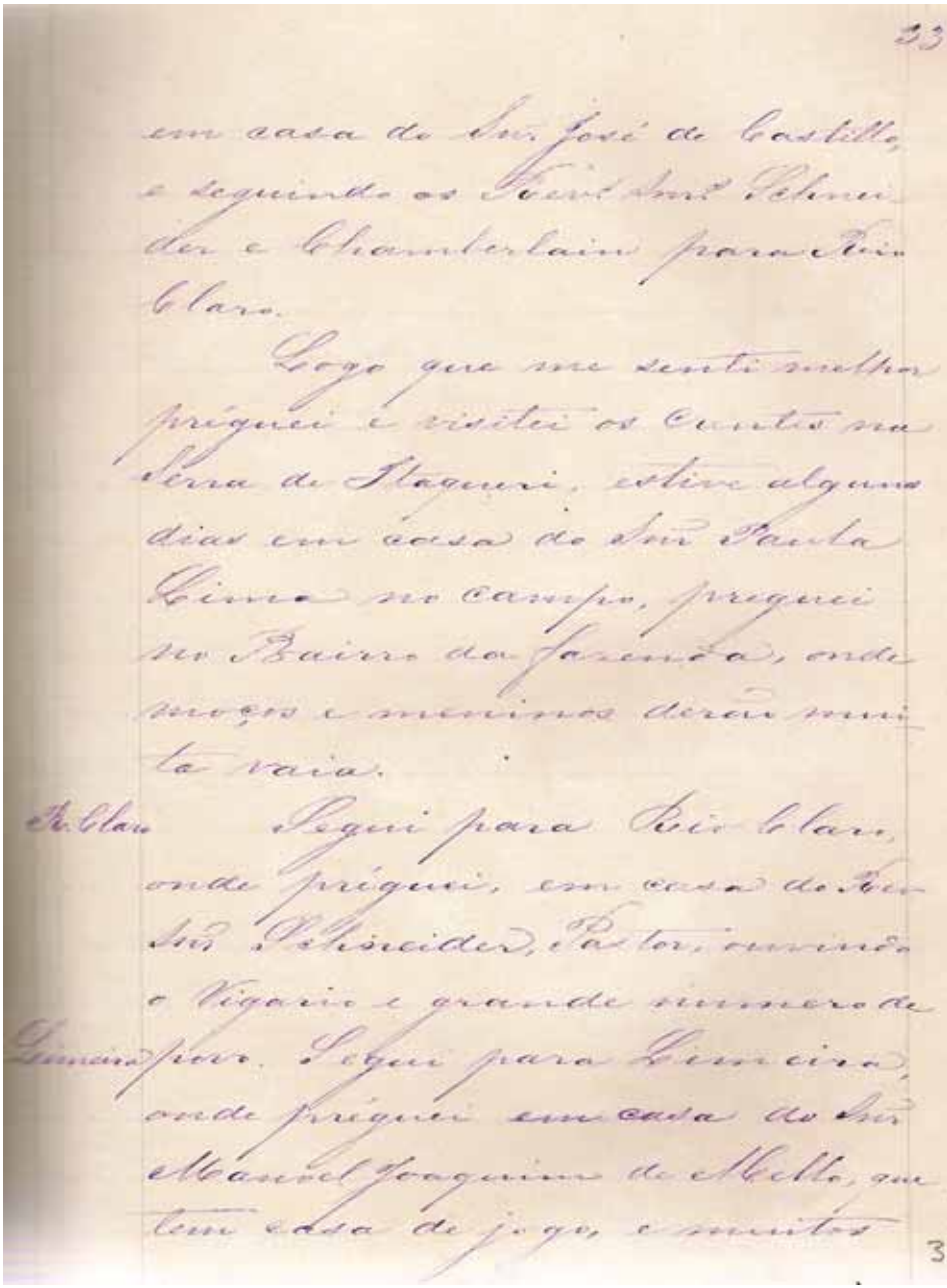
Segui para Porto-feliz onde, adespeito da opposição do vigario preguei o Evan- • [20] gelho no Domingo de Paschôa



desde de manhã até de noite, ouvindo o mesmo vigario e todo o povo.

Segui para Ca- • [5] pivari e Pirasicaba, onde não préguei, cheguei a São João do Rio Claro, onde préguei e segui para Brotas, onde por muitos dias me • [10] conservei junctamente com os Revos Snrs. Schneider e Chamberlain visitando e prégando na villa e pelos sitios e com resultados abençoados • [15] por Deos, pois que muitas conversões tiverão logar em familias inteiras.

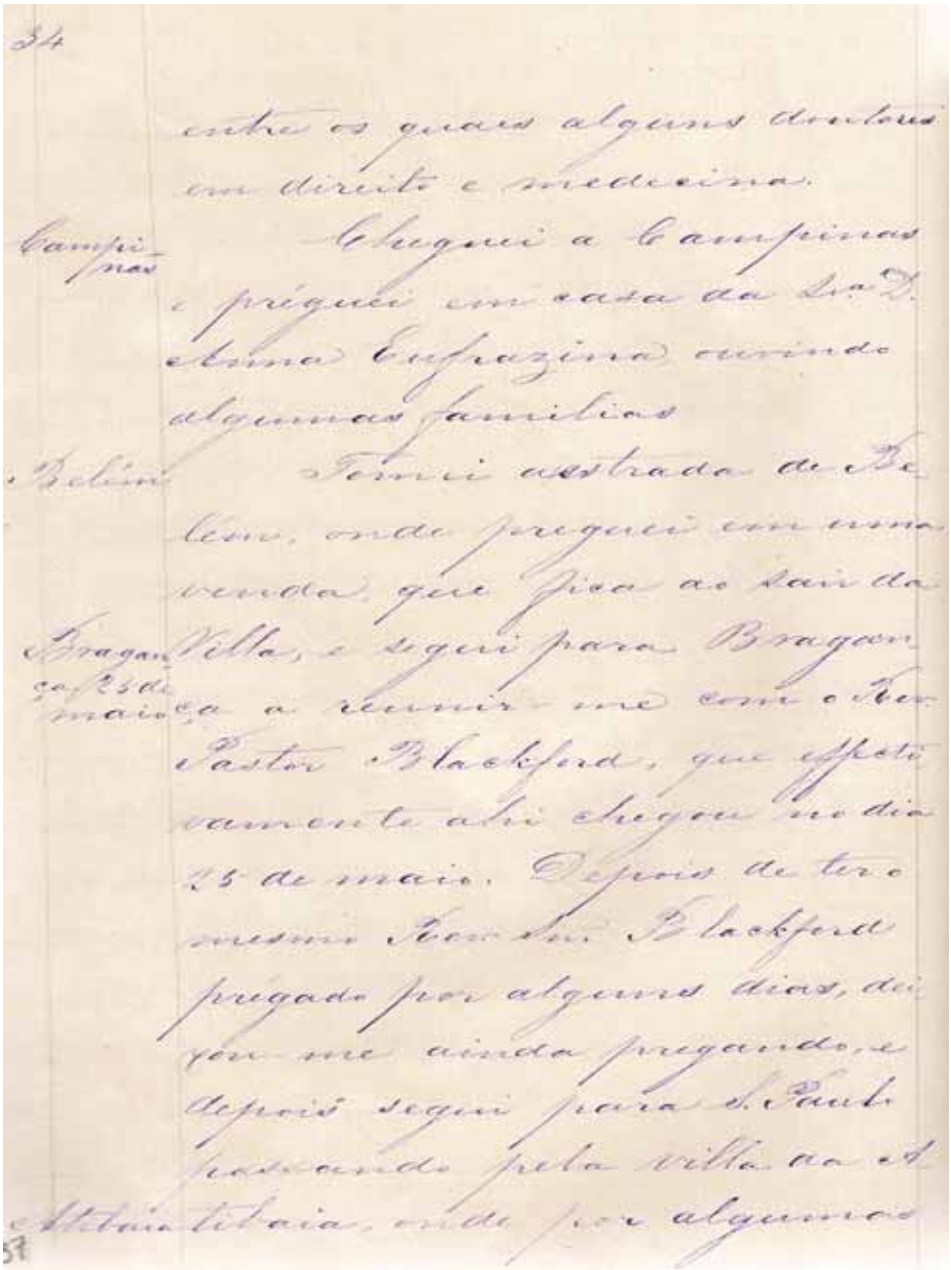
Depois de ahi termos • [20] celebrado a Ceia do Senhor, partimos ficando eu doente



em casa do Snr. José de Castilho, e seguindo os Revos Snrs. Schneider e Chamberlain para Rio Claro.

• [5] Logo que me senti melhor préguei e visitei os crentes na Serra de Itaqueri, estive alguns dias em casa do Snr. Paula Lima no campo, preguei • [10] no Bairro da fazenda, onde moços e meninos derão muita vaia.

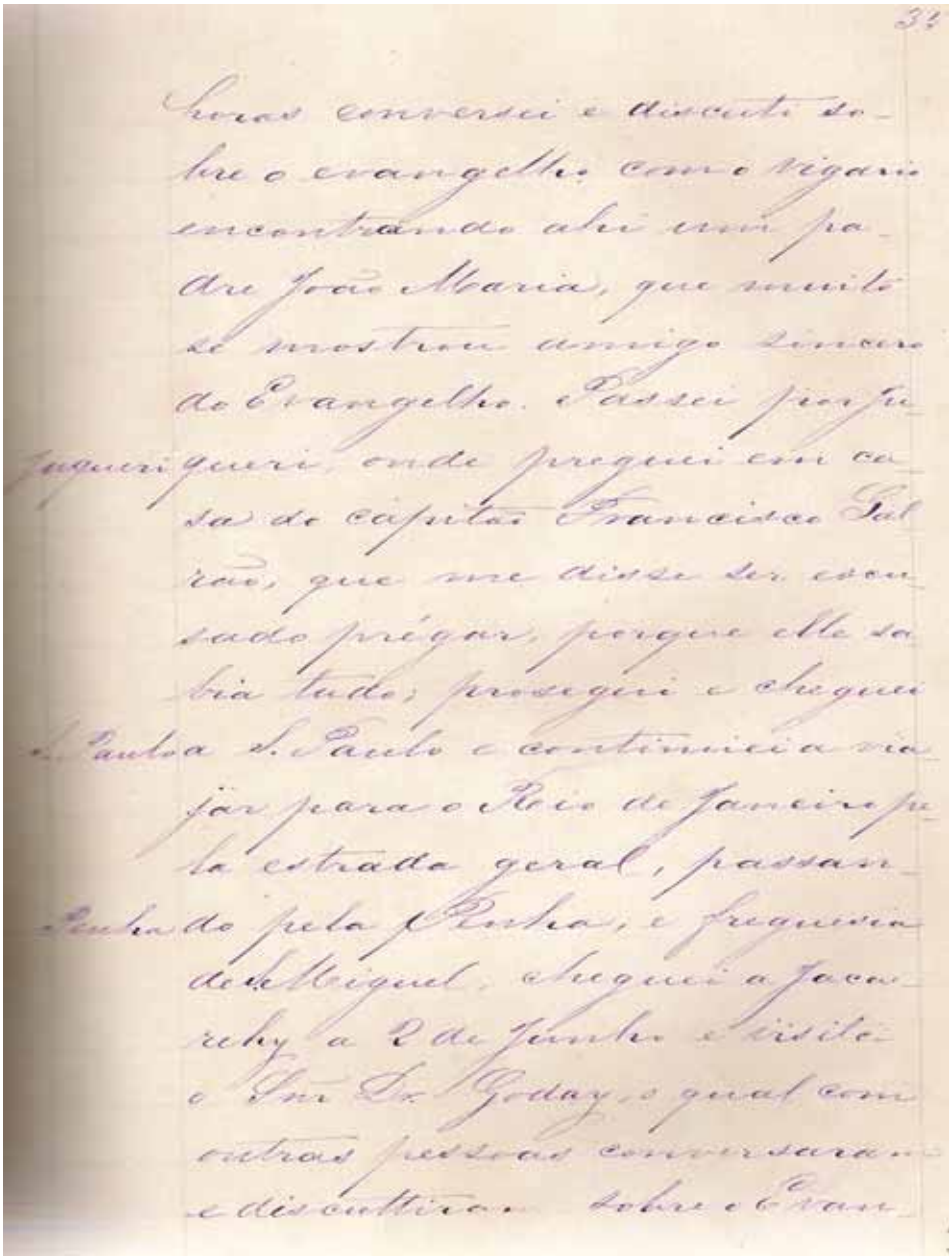
Segui para Rio Claro, onde préguei, em casa Rev. • [15] Snr Schneider, Pastor, ouvindo o vigario e grande numero de povo. Segui para Limeira, onde préguei em casa do Snr Manoel Joaquim de Mello, que • [20] tem casa de jogo, e muitos



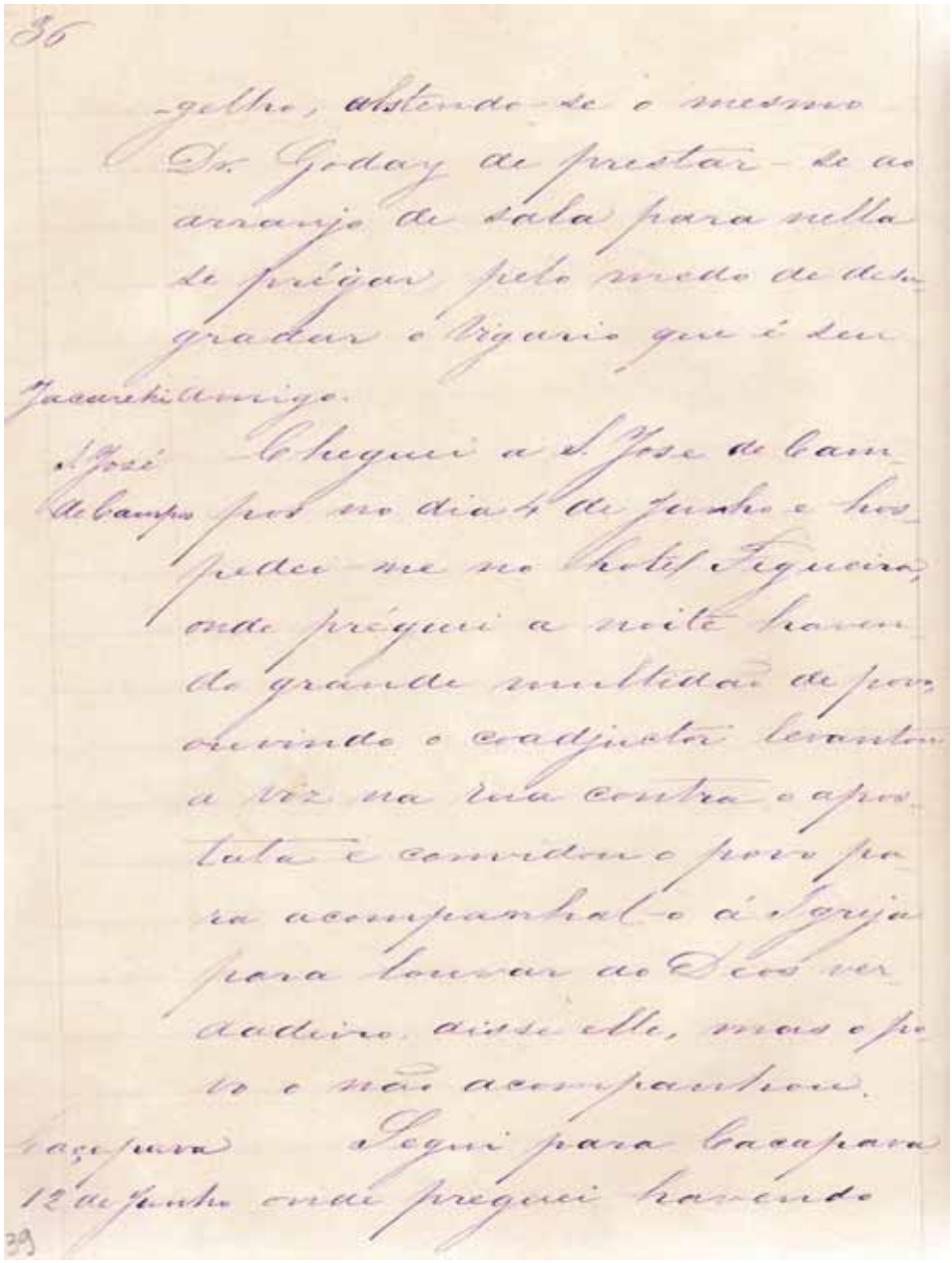
entre os quais alguns doutores em direito e medicina.

Cheguei a Campinas e préguei em casa da Snrª D. • [5] Anna Eufrazina ouvindo, algumas familias.

Tomei a estrada de Belém, onde preguei em uma venda, que fica ao sair da • [10] Villa, e segui para Bragança a reunir-me com o Rev. Pastor Blackford, que effectivamente ahi chegou no dia 25 de maio. Depois de ter o • [15] mesmo Rev. Snr Blackford prégado por alguns dias, deixou-me ainda pregando, e depois segui para S. Paulo passando pela villa da A- • [20] tibaia, onde por algumas



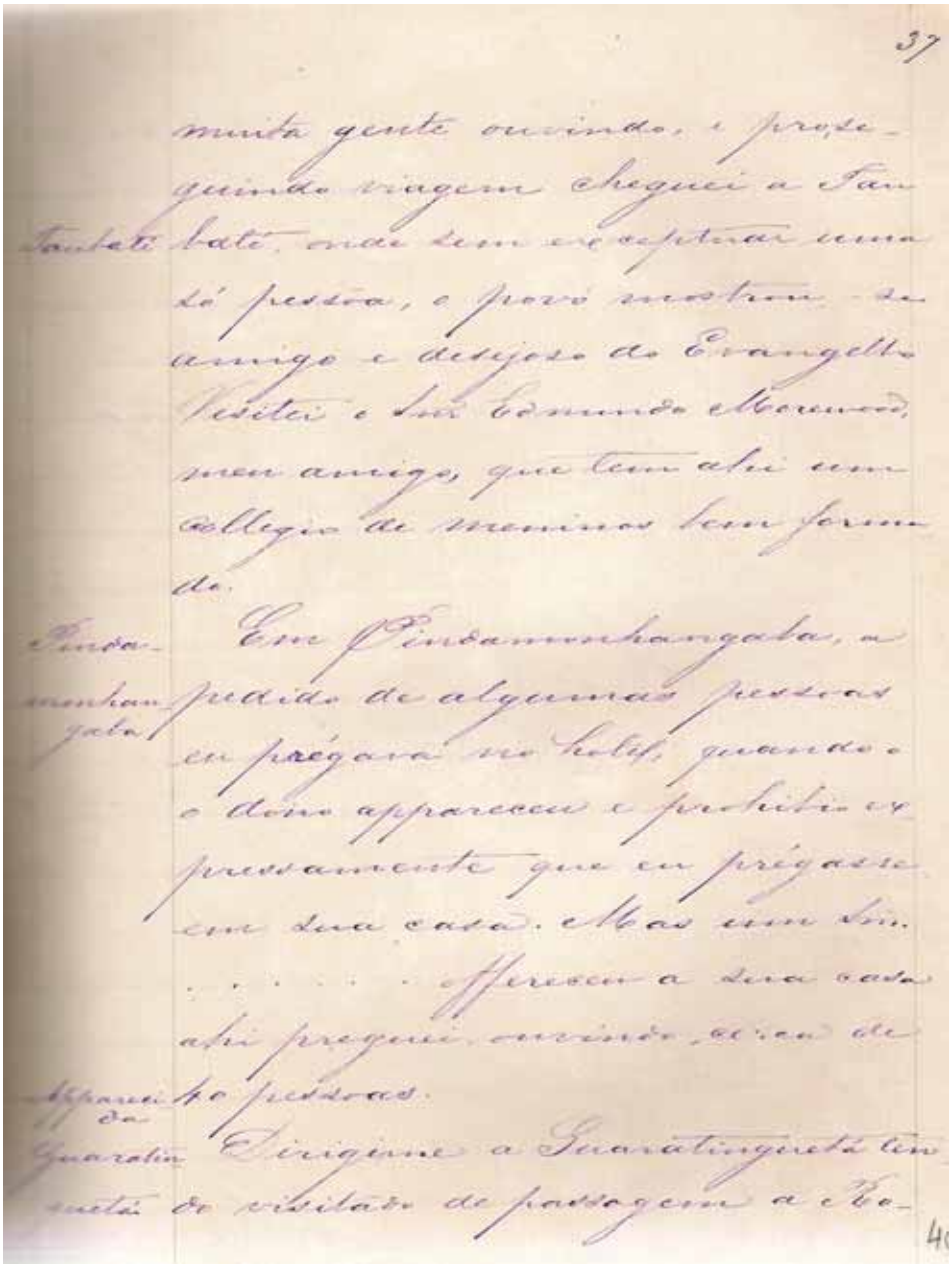
horas conversei e discuti sobre o evangelho com o vigario encontrando ahi um padre João Maria, que muito • [5] se mostrou amigo sincero do Evangelho. Passei por Juqueri, onde preguei em casa do capitão Francisco Galrão, que me disse ser escu- • [10] sado prégar, porque elle sabia tudo, prosegui e cheguei a S. Paulo e continuei a viajar para o Rio de Janeiro pela estrada geral, passan- • [15] do pela Penha, e freguesia de S. Miguel, cheguei a Jacarehy a 2 de Junho e visitei o Snr Dr. Godoy, o qual com outras pessoas conversaram • [20] e discuttiram sobre o Evan-



-gelho, abstendo-se o mesmo Dr. Godoy de prestar-se ao arranjo de sala para nella se prégar, pelo medo de desa- • [5] gradar o vigario que é seu amigo.

Cheguei a S. Jose de Campos no dia 4 de junho e hospedei-me no hotel Figueira, • [10] onde préguei a noite havendo grande multidão de povo, ouvindo o coadjuctor levantou a vôz na rua contra o apostata e convidou o povo pa- • [15] ra acompanhal-o á Igreja para louvar ao Deos verdadeiro, disse elle, mas o povo o não acompanhou.

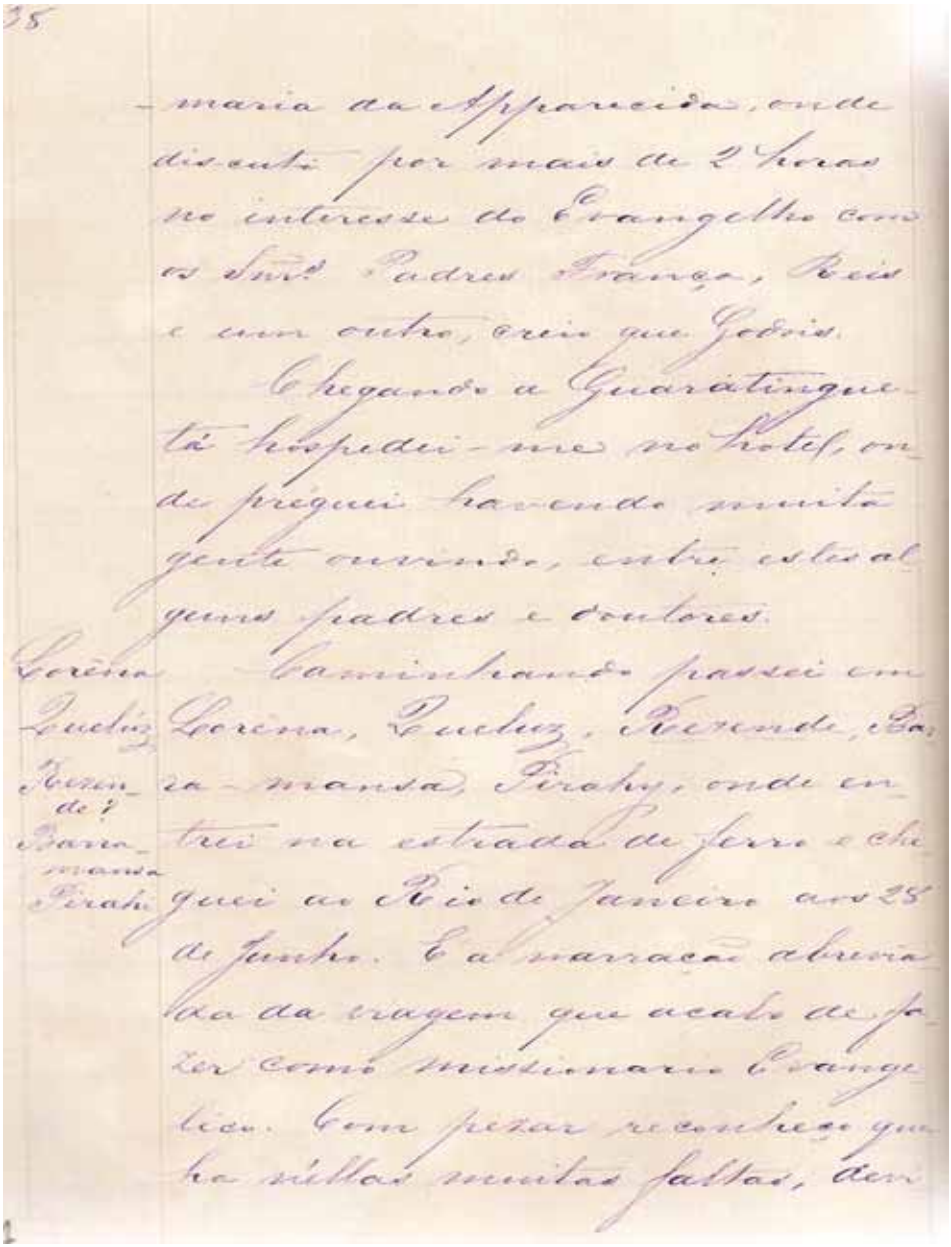
Segui para Caçapava • [20] onde preguei havendo



muita gente ouvindo, e proseguindo viagem cheguei a Taubaté, onde sem exceptuar uma só pessôa, o povo mostrou-se • [5] amigo e desejoso do Evangelho. Visitei o Snr Edmundo Moreiras, meu amigo, que tem ahi um collegio de meninos bem formado.

• [10] Em Pindamonhangaba, a pedido de algumas pessoas eu prégava no hotel, quando o dono appareceu e prohibio expressamente que eu prégasse • [15] em sua casa. Mas um Snr . . . . . offereceu a sua casa ahi preguei, ouvindo, cerca de 40 pessoas.

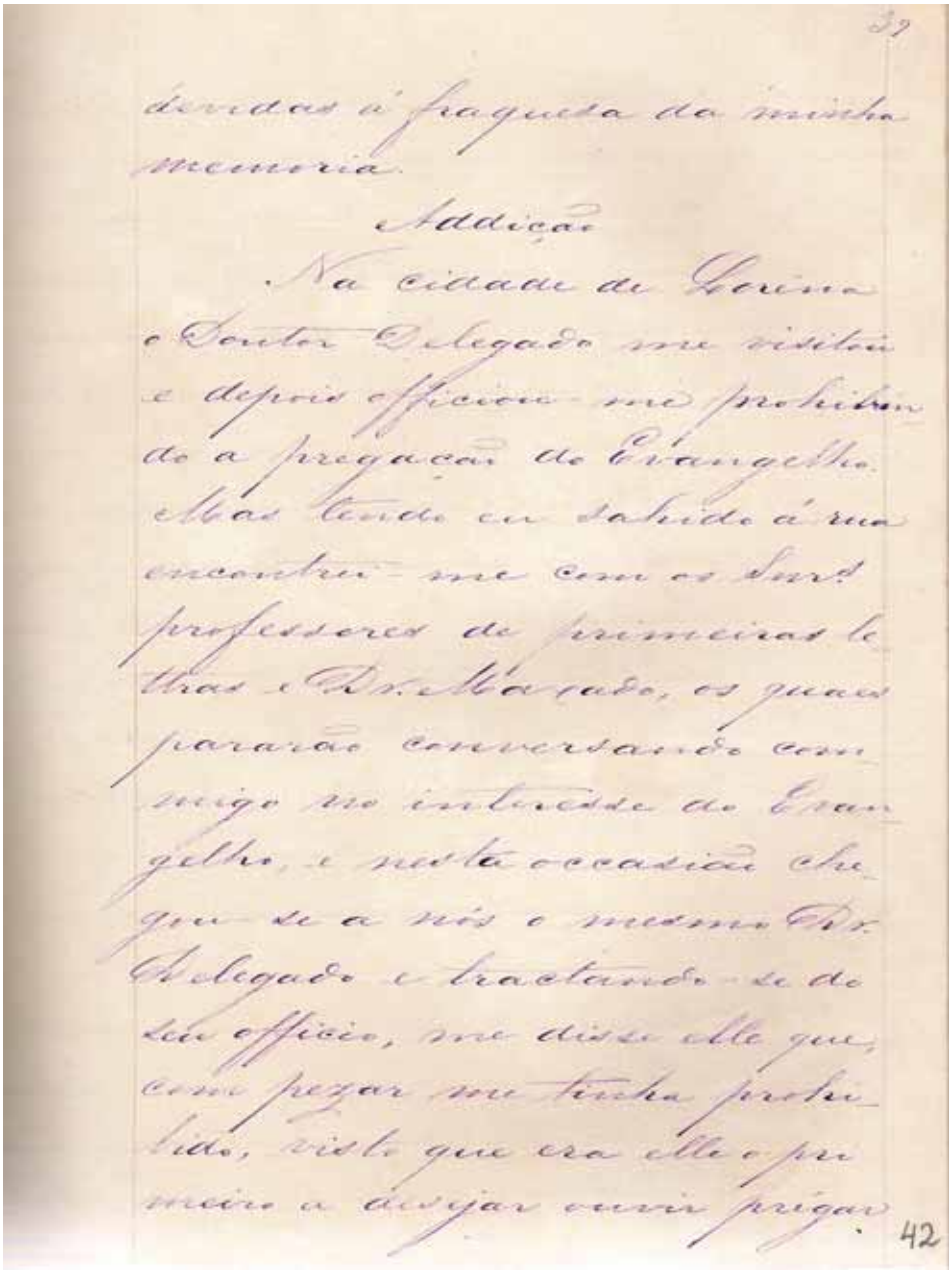
Dirigime a Guaratinguetá ten- • [20] do visitado de passagem a Ro-



-maria da Apparecida, onde discuti por mais de 2 horas no interesse do Evangelho com os Snrs Padres França, Reis e um outro, creio que Godois.

Chegando a Guaratinguetá hospedei-me no hotel, onde préguei havendo muita gente ouvindo, entre estas alguns padres e doutores.

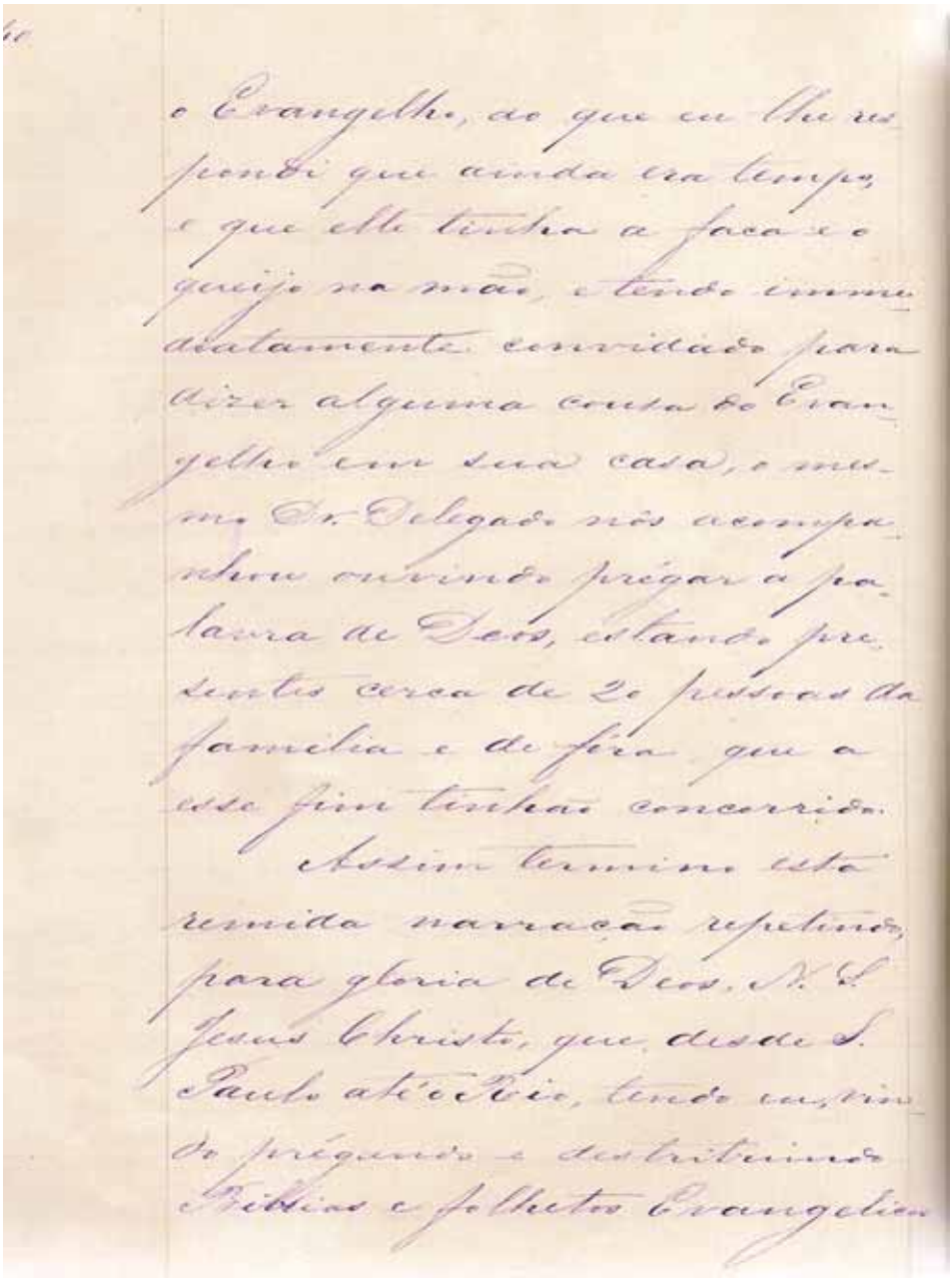
Caminhando passei em Lorêna, Queluz, Rezende, Barra-mansa, Pirahy, onde entrei na estrada de ferro e cheguei ao Rio de Janeiro aos 28 de Junho. É a narração abreviada da viagem que acabo de fazer como missionário Evangelico. Com pezar reconheço que ha néllas muitas faltas, devi-



devidas á fraquesa da minha memoria.

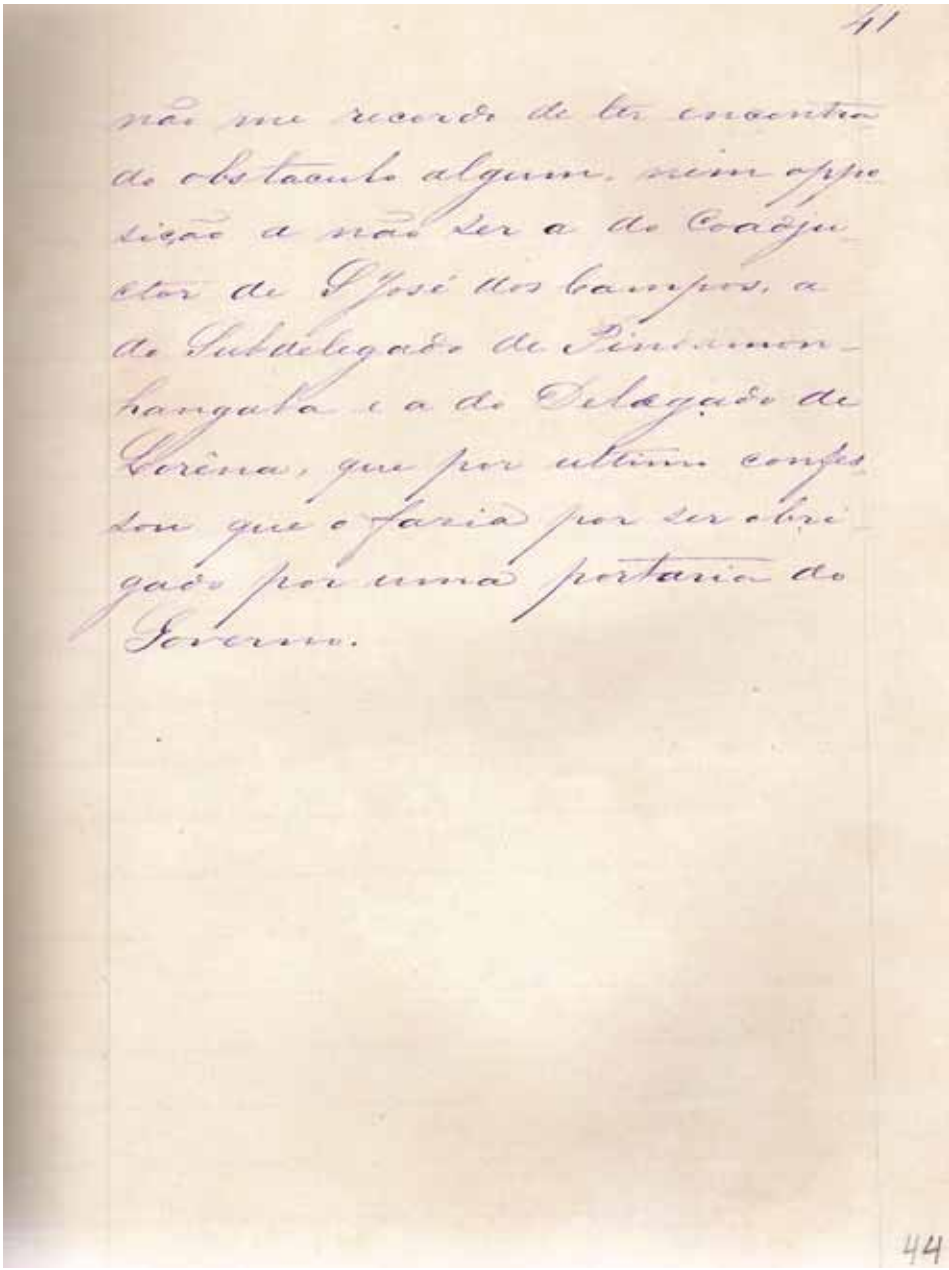
Addição

Na cidade de Lorêna • [5] o Doutor Delegado me visitou e depois officiou-me prohibindo a pregação do Evangelho. Mas tendo eu sahido á rua encontrei-me com os Snrs. • [10] professores de primeiras lettras e Dr. Maxado, os quaes pararão conversando commigo no interesse do Evangelho, e nesta occasião che- • [15] gou-se a nós o mesmo Dr. Delegado e tractando-se do seu officio, me disse elle que, com pezar me tinha prohibido, visto que era elle o pri- • [20] meiro a desejar ouvir prégar



o Evangelho, ao que eu lhe respondi que ainda era tempo, e que elle tinha a faca e o queijo na mão, e tendo imme- • [5] diatamente convidado para dizer alguma cousa do Evangelho em sua casa, o mesmo Dr. Delegado nôs acompanhou ouvindo pregar a pa- • [10] lavra de Deos, estando presentes cerca de 20 pessoas da familia e de fora, que a esse fim tinhão concorrido.

Assim termino esta • [15] resumida narração repetindo para gloria de Deos, N. S. Jesus Christo, que desde S. Paulo até o Rio, tendo eu, vindo prégando e destribuindo • [20] Biblias e folhetos Evangelicos



não me recordo de ter encontrado obstaculo algum, nem opposição a não ser a do Coadjuctor de S. José dos Campos, a • [5] do Subdelegado de Pindamonhangaba e a do Delegado de Lorêna, que por ultimo confessou que o fazia por ser obrigado por uma portaria do • [10] Governo.

A CRISE ATUAL

Rev. Donizete Rodrigues Ladeia

Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico
Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição

Licenciatura Plena em Filosofia, História e Psicologia
pelas Faculdades Associadas Ipirangas (FAI)

Mestrando em Ciências da Religião pela
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Pastor auxiliar da Igreja Presbiteriana de
São Bernardo do Campo

A crise atual

RESUMO

O presente artigo fala da crise por que passa o homem moderno, carente de respostas, por estar longe de Deus. O autor traça o desenvolvimento filosófico-histórico desta crise e analisa a atuação dos reformados neste contexto, bem como a visão reformada sobre a ciência.

PALAVRAS-CHAVE

Filosofia; Crise; Crise filosófica da linguagem; Revolução Científica.

ABSTRACT

The present article speaks of the crisis which modern man is in; needy for answers while distant from God. The author traces the historical-philosophical development of these crises and analyzes the performance of the Reformed theologians in this context, as well as the Reformed view on The Sciences.

KEYWORDS

Philosophy; Crisis; Philosophical Crisis of the Language; Scientific Revolution.

Introdução

O texto destaca o período que envolve a saída da visão cosmológica para o período antropocêntrico. Neste sentido, compreendemos desde a visão que os historiadores da Filosofia chamam de pré-socráticos até a Idade Média e o período que vai da Renascença até a Modernidade. Seria, de maneira introdutória, perceber o que gerou o desenvolvimento do pensamento filosófico e que conseqüências trouxeram para a crença de forma geral.

O ponto principal do trabalho não é a questão histórica em si, mas identificar a crise atual; por crise entende-se o estado filosófico que faz com que o homem sempre busque soluções para a sua vida; suas dúvidas, suas aflições. Partimos do ponto que a segunda fase (Renascença a Modernidade) gerou uma crise — como é comum ao homem que se perde nas incertezas de suas temporárias certezas —, e que esta crise é vista pela formulação da Revolução Científica que colocou o homem como centro do cosmos, mas o separou de si mesmo, do significado sobre o outro, sobre sua própria vida e, acima de tudo, afastou o homem do seu criador.

1. A crise filosófica de linguagem

Não há como discordar que a praxe comum da história da humanidade é viver em constantes crises.[1] Por isso temos a necessidade, apontada pela Filosofia, de compreender o mundo em que vivemos por meio da reflexão. Xavier Herrero resume a relação entre o homem e a crise quando afirma: "Toda vez que o homem não se reconhece mais como homem no mundo múltiplo e disperso em que vive, toda vez que a crise o surpreende e o assalta, uma nova reflexão filosófica torna-se necessária."[2] Temos um movimento de

[1] Como diz Vanildo de Paiva: "A angústia acompanha o esforço filosófico de constantemente reinterpretar a vida. A incerteza de todas as possibilidades e a falta de garantia tanto pelo 'sim' quanto pelo 'não' não oferecem outra perspectiva e não ser a do risco". Cf. PAIVA, Vanildo. *Filosofia Encantamento e Caminho:* Introdução ao exercício do filosofar. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2003, p. 42.

[2] HERRERO, Xavier. *O Homem Como Ser de Linguagem.* Palácio, Carlos. (Org.) São Paulo: Edições Loyola, 1982, p.73

descanso e cansaço, de tranqüilidade e intranqüilidade na reflexão, porém, depois da Revolução Científica parece que o homem não consegue mais refletir. Como diz Scheler:

> Em nenhuma outra época, as idéias relativas à essência e à origem do ser humano foram tão inseguras, indeterminadas e diversas quanto atualmente. A nossa época é a primeira, em cerca de dez mil anos de história, na qual o homem se tornou completa e definitivamente 'problemático': hoje o homem não sabe mais quem é, mas também sabe que não sabe.[3]

Com destaque à afirmação de Scheler, há um intercâmbio entre a identificação dele com o espírito filosófico juntamente com uma das facetas da crise atual, ou seja, a linguagem. Herrero identifica isso ao fazer uma avaliação do processo de desenvolvimento científico desde o que ele chama de mitológico, ou cosmológico; até o antropocentrismo. Do resultado desta análise temos:

> Pode acontecer que o homem atual, que já começou a agir como habitante do universo, não seja mais capaz de compreender, isto é, de pensar e exprimir o mundo que ele é capaz de fazer. Se acontecesse que o saber (saber-fazer) e o pensar se separassem definitivamente, então o homem se tornaria irremediavelmente um autêntico escravo de sua mesma obra. O que está em jogo nesta crise é o papel da *linguagem,* pois toda ação, todo saber, toda experiência humana só tem sentido na medida em que se exprime numa linguagem.[4]

Aponta-se para a crise lingüística ou de linguagem. Resultado de um pensamento de universalização que operou mudanças históricas, conquistas na Biologia, na Medicina, na produção econômica, na estrutura da sociedade como um todo, na política. Um

[3] SCHELER, M. *O Homem e a História.* Apud. MORRA, G. *Filosofia Para Todos.* 2.ed. São Paulo: Paulus, 2002, p.93.
[4] HERRERO, Xavier. *Op.cit.,* p.73

destaque é que a passagem histórica, chamada de **Revolução Científica**, trouxe o homem atual para o contexto de crise. É o que se chama de perda da razão objetiva. Realmente temos um homem que por vezes compreende bem o "saber-fazer", mas que não compreende o porquê se faz.[5] De forma mais específica, a nossa época traz uma crise quando o homem não sabe falar de si, de sua origem, do seu significado.

O entendimento sobre a Revolução Científica acontece por meio do pensamento de homens que formularam tais conjeturas. Um resumo simples de alguns filósofos, dentre tantos que se destacaram no período que engloba os séculos 16 a 19, levará à compreensão do pensamento daquela época. A intenção é delinear porque a humanidade vive a crise.

3. A Revolução Científica

3.1. A revolução científica gerada na Idade Média

O desenvolvimento ou passagem da Idade Média à Idade Moderna leva-nos para dualidade entre fé e razão que ainda persiste. Tudo indica que isto ocorre porque a visão escolástica antiga — que tinha até o século 14, o tomismo, por meio de conceitos aristotélicos, era a base do pensamento que imperava na igreja. A estrutura da igreja já foi questionada por muitos, inclusive pela escola inglesa representada por Roberto Grosseteste (1168-1253) e Rogério Bacon (1214-1294)[6], críticos da Teologia de Roma e acusados de magos por lidarem com experiências em laboratórios. Percebe-se que, por meio do pensamento de Duns Scotus e Guilherme de Ockham[7], tudo indicava para uma nova forma de ver o mundo por meio de conjeturas que postulavam a saída das concepções eclesiásticas para uma liberdade da questão científica.

[5] MENDONÇA, Eduardo Prado de. *O Mundo Precisa de Filosofia*. Rio de Janeiro, AGIR, p. 9-11.
[6] Mais sobre o assunto veja JEAUNEAU, Édouard. *A Filosofia Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1963, p.70ss. Ver também MATTOS, Carlos Lopes de. *História da Filosofia:* Da antiguidade a Descartes. Capivari: Gráfica e Editora do Lar, 1989, p.208 ss.
[7] Cf. ETIENNE, Gilson. *A Filosofia Na Idade Média.* São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.736 ss.

3.1.1. Conhecimento possível só na matéria

No pensamento, o homem deve tirar o seu conhecimento do sensível; o homem só pode conhecer do ser, ou seja, do objeto analisado, aquilo que é sensível ou que pode abstrair dos dados dos sentidos (visão, tato, etc.). Todo o conhecimento baseia-se no ser enquanto ser. Com isso, não há a possibilidade de tirar conceitos diretos de substâncias puramente imateriais e inteligíveis, os anjos e Deus, por exemplo. Na leitura feita da Idade Média, estudar Deus era tão comum, como examinar qualquer outro assunto corriqueiro. Isso era tão comum para os medievais que viam-se com autoridade sobre as essências dos anjos, sobre especulações referentes ao mundo celeste até com mais propriedade do que se podia falar sobre as coisas terrenas, algo como "quantos anjos cabem na cabeça de um alfinete?" A valorização dos órgãos dos sentidos na busca pela verdade, aos poucos, tira o homem das especulações (o que para alguns seria a Teologia) e leva-o para o mundo científico do estudo da matéria.

No período da Idade Média, Tomás de Aquino (1225-1274) foi o grande mentor. Para ele, as essências[8] constituem universais que tornam inteligíveis seres particulares. Desse modo, o conhecimento só pode dar-se no domínio das essências dos universais, aquelas formas pelas quais são determinados todos os seres individuais. Já Duns Scotus (1265-1308) formula a teoria da estidade (*hecceidades*) que afasta da Filosofia a preocupação exclusiva com as essências universais e transcendentes e a ciência torna-se evidente, pois pode estudar o individual. É uma legitimação racional do individual. Com isso, há uma preocupação com o concreto, com o que se pode pesquisar; vê-se uma distinção entre os conhecimentos científico e metafísico.

[8] Por essência "entende-se a concepção metafísica segundo a qual existem essências reais, ou "naturezas", das coisas. Os objetos possuem conjuntos de propriedades essenciais que fazem com que eles sejam o que são, propriedades que podem ser distintas daquelas que eles possuem de modo "acidental" ou contingente." É como designar coisas do objeto que demonstram qualidades, ou parte do caráter, como por exemplo dizer que o açúcar é branco e doce, ou que Aristóteles era filósofo. Cf. EVANS, C. Stephen. *Dicionário de Apologética e Filosofia da Religião.* São Paulo: Vida, 2004, p.51.

Guilherme de Ockham (1285-1349) adentrou na Ordem dos Franciscanos; ministrou aulas em Oxford, e tornou-se quase um doutor. Só não contava com a consideração de ser visto como demasiado heterodoxo em suas teses. Com Ockham, temos o início dos primeiros conflitos com o poder papal. De 1325 a 1326, Ockham foi confinado no convento franciscano de Avinhão, por causa de acusações de herético. Em 1327 envolveu-se em disputas sobre as ordens mendicantes e aliou-se ao imperador Luís da Baviera que colocou um outro papa no trono do pontificado romano. Fala-se que seu ensino sobre os universais seria o seu principal motivo de desavenças com a igreja de Roma. Como existia a teoria da estidade de Duns Scotus, que negava a realidade dos universais, Ockham seguiu o mesmo caminho.

Os ensinos de Okcham resumem-se em:

- Os universais não têm toda e qualquer realidade ontológica;
- Os universais estão apenas no intelecto;
- Os universais são apenas palavras (do latim *nome*, de onde vem a expressão *nominalismo*);
- As conseqüências do *nominalismo*[9]: transformação de toda ciência em conhecimento empírico dos indivíduos;
- Ciência e fé são independentes, por isso não havia necessidade de Filosofia racional de Deus.

Com Duns Ecotus e Guilherme de Ockham, tanto a teoria da estidade e a da navalha[10], reciprocamente, formularam a separação entre os universais e a valorização da experiência. A reformulação atinge também a política, ou talvez seja o inverso, fazendo dentro de uma visão mais ampla o diagnóstico visível dos problemas entre os príncipes e o papado.

[9] Basta entendermos que os termos universais como "bondade", "verdade" são apenas nomes que não denotam nenhuma qualidade universal objetiva. Deve evidenciar que os termos universais são usados para denotar grupos de indivíduos. EVANS, C. Stephen. *Ibidem.* p.97.

[10] A teoria da "Navalha de Ockham" diz que entre duas teorias que explicam igualmente os mesmos fatos, a mais simples deve ser preferida. (N.E.)

Daquela época, o que mais aparece é a construção do *nominalismo*: a retirada dos universais da realidade objetiva, que apenas existe no intelecto humano e como algo produzido por ele. Os universais são apenas nomes, daí a expressão nominalismo, como citado anteriormente. Sendo somente signos, servem para designar um conjunto de semelhanças ou identidade de caracteres, abstraídos das coisas individuais pelo intelecto humano.[11]

O conhecimento com o *nominalismo* tornou-se conhecimento de indivíduos; só eles podem ser conhecidos pela realidade e tal conhecimento acontece pela experiência. Seria o conhecimento científico concreto, encontrado na natureza. Ciência e religião são vistas como vias paralelas. Temos, assim, a formulação de uma nova época, ou o anúncio de inovações renascentistas: o caminho para a modernidade está aberto.

Isto culmina na revolução Copérnica (1473-1543); depois na proposta de Galileu (1564-1642)[12] , o que levou o mundo às conjeturas de uma nova formulação.[13] Contudo, em seu início, não perdeu a visão de que este mundo fora criado, e que essa era a base epistemológica, já que o mundo foram criados por um Deus inteligível.[14]

Deve-se lembrar que para isso foram necessários homens que desafiaram o seu tempo e caminharam para a estruturação da modernidade; os que vimos anteriormente abriram caminho para outros. Estudaremos alguns dos quais são responsáveis pelas teorias de conhecimentos que implicam diretamente no desenvolvimento científico até a crise atual.

4. Francis Bacon (1561-1626)

Bacon considerava a Filosofia como uma nova técnica de raciocínio que restabeleceria a ciência natural sobre bases firmes. Seu

[11] MATTOS, Carlos Lopes de. *Duns Scot e Ockham.* São Paulo: Abril Cultural, 1972, p.162-163.
[12] Para explorarmos mais sobre estes resultados teríamos a necessidade de mais espaço. Contudo, esse período trará embrionariamente uma perspectiva abrangente de desenvolvimento científico para a humanidade.
[13] WOORTMANN, Klass. *Religião e Ciência no Renascimento*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1997, p.32-33.
[14] SCHAEFFER, Francis. *Como Viveremos.* São Paulo: Cultura Cristã, 2003, p.87.

plano de ampla reorganização do conhecimento a que chamou *Instauratio Magna* ("Grande Instauração"), era destinado a restaurar o domínio do ser humano sobre a natureza que, acreditava ele, havia o homem perdido com a queda de Adão.

O núcleo da Filosofia de Bacon é o pensamento indutivo apresentado no Livro II do *Novum Organum,* sua obra mais famosa, assim intitulada em alusão ao *Organon* de Aristóteles (384-322 a.C.). Publicada em 1620, como parte do projeto da *Instauratio Magna*, continha, segundo Bacon, em oposição a Aristóteles, "indicações verdadeiras acerca da interpretação da Natureza".[15]

Para Bacon, o verdadeiro filósofo natural (cientista da natureza) deveria fazer a acumulação sistemática de conhecimentos e descobrir um método que permitisse o progresso do conhecimento, não apenas a catalogação de fatos de uma realidade supostamente fixa, ou obediente a uma ordem divina, eterna e perfeita.

A Filosofia de Bacon possui um marco para a ciência, pois o desejo por conhecimento é um impulso necessário para o desenvolvimento humano. Seu contemporâneo foi:

5. René Descartes (1596-1650)

5.1. Pensamento

A maior parte da obra de Descartes é consagrada às ciências (domínios da Matemática e da Ótica); o que ele mais deseja é conseguir um modo de chegar às verdades concretas. Sua Filosofia, exposta em o "Discurso Sobre o Método", o mais lido de todos os seus trabalhos, é a proposta para tal.

Descartes parte da dúvida chamada metódica, porque é proposta como uma via para chegar-se à certeza e não é dúvida sistemática, sem outro fim que o próprio duvidar, como para os céticos.[16]

Argumenta que as idéias são incertas e instáveis, sujeitas à imperfeição dos sentidos. Algumas apresentam-se ao espírito com nitidez e estabilidade, e ocorrem a todas as pessoas da mesma

[15] BACON, Francis. *Novum Organum.* São Paulo: Nova Cultural, 1999, p.98-101.
[16] DESCARTES, René. *Discurso do Método.* São Paulo: Paulus, 2002, p.95ss.

maneira, independentemente da experiência dos sentidos: residem na mente de todas as pessoas e são inatas. Descartes nomeia, por etapas, as idéias que ele inclui nessa categoria de claras, distintas, inatas e demonstrará que essas são idéias verdadeiras.[17]

5.2. As idéias

Ele diz que, da idéia que examina o próprio "*eu*", não se pode duvidar. É a idéia do próprio "*eu*" pensante, enquanto pensante. E conclui-se com sua célebre frase: "Penso, logo existo". É daí que o filósofo chega a *Cogito, ergo Deus est* (Penso, logo Deus existe) principalmente pela idéia de perfeição, pois se penso em perfeição, logo Deus é perfeição, Deus existe.[18] Essa idéia existe no espírito humano como algo dotado de grandeza e forma; é fundamental à Geometria e torna provável a existência dos corpos, dos objetos e do mundo.

5.3. Dualismo

Outro aspecto importante da Filosofia de Descartes é sua concepção do homem na dualidade corpo-espírito. O universo consiste de duas diferentes substâncias: as mentes, ou substância pensante, e a matéria, a última sendo basicamente quantitativa, teoricamente explicável em leis científicas e fórmulas matemáticas. Só no homem as duas substâncias se juntaram, unidas, porém, delimitadas, e assim Descartes inaugura um dualismo radical, oposto da consubstancialidade ensinada pela escolástica tomista.[19]

Ele rejeita a visão escolástica de que existe uma distinção entre os vários tipos de conhecimento baseados na diversidade dos objetos conhecíveis, cada um com seu conceito fixo. Para ele, o "poder de conhecer" é sempre o mesmo, qualquer que seja o objeto ao qual seja aplicado. Bem aplicado pode chegar à verdade e à certeza; mal aplicado vai cair no erro ou dúvida. [20]

[17] Ibid.
[18] DESCARTES, René. *Ibidem*, p.95ss. Veja também SPROUL, R.C. *Filosofia Para Iniciantes.* São Paulo: Vida Nova, 2002, p.87.
[19] COBRA, Rubem Q. *Descartes.* Site www.cobra.pages.nom.br, Internet, Brasília, 1998. ("Geocities.com/cobra_pages" é "Mirror Site" de *COBRA.PAGES*). Acesso em 30 mai. 2005.
[20] Idem. Site www.cobra.pages.nom.br, Internet, Brasília, 1998. ("Geocities.com/cobra_pages" é "Mirror Site" de *COBRA.PAGES*). Acesso em 30 mai. 2005.

Até aqui ressaltamos o pensamento de dois homens, dentre muitos outros de sua época, que visualizaram na ciência ou na epistemologia, a conciliação entre o criador e a busca pela ciência. Tentativas claras de uma época que não perdeu um fator importante: a reverência a Deus. Mesmo sendo os dois pensadores marcos filosóficos para a construção das ciências, tanto um como outro, estão ainda entendendo sua dependência.

6. David Hume (1711-1776)

- Formulou a linha de conhecimento por meio da Filosofia empirista que levou ao palco filosófico uma estruturação diferente e desafiadora: ele é um empirista; tira de John Locke (1632-1704) o sentido das representações, dividindo-as em representações dos sentidos e de autopercepção. Ser é ser percebido;[21]
- As representações são póstumas às sensações;
- As impressões são sensações;
- A percepção pura, o sentir, o primeiro contato com o mundo – como uma criança, o tem antes de se envolver em reflexões e desenvolver a mente; tudo isso são impressões;
- Mais tarde, por meio da representação, o sujeito forma a idéia;
- A idéia é um reflexo da impressão, uma cópia pálida, até uma deturpação da percepção bruta;
- Um exemplo de impressão é uma noção simples, como perceber a tristeza;
- Por meio das impressões cria-se imagens que não existem no mundo material. Para se chegar à imagem de um anjo teria que compô-la.[22]

Uma palavra só é significativa se tem um correspondente no mundo. No uso nominal, precisamos da base empírica. Um triân-

[21] SPROUL, R. C. Ibidem, p.103.
[22] http://www.consciencia.org/moderna/hume.shtml. Acesso em 29 mai. 2005.

gulo, por exemplo, é um nome que designa toda espécie de triângulos. Hume comenta o assunto da linha de raciocínio:

> É certo que a Filosofia fácil e clara conta com a preferência da humanidade em geral contra a Filosofia exata e abstrusa; e será recomendada por muitos, não só como mais agradável, mas também como mais útil do que a outra. Ela se encaixa melhor na vida comum; molda o coração e os afetos, e, tocando nos princípios da conduta humana, reforma-a e aproxima-a do modelo de perfeição que essa filosofia descreve. A Filosofia abstrusa, pelo contrário, baseada como é numa disposição da mente que não pode exercer-se nos negócios e na ação, desvanece-se quando o filósofo abandona a sombra para mostrar-se à luz do dia; e dificilmente os seus princípios conservarão qualquer influência sobre a nossa conduta e comportamento.[23]

Outro fator importante para compreender o pensamento de Hume está no próximo item:

6.1. O inatismo

Todas as idéias válidas têm fundamentos na impressão; a abstração não existe. As bases do conhecimento são as impressões e relações entre as idéias, como as associações. Todas as impressões são inatas.

Hume considera inatismo tudo que é original e não uma cópia. Assim, as idéias não são inatas e Hume refuta o inatismo clássico, como Locke. As verdades dos princípios matemáticos são irrefutáveis. As deduções lógicas existem por demonstração. Como ele salienta:

> Podemos, pois, dividir aqui todas as percepções da mente em duas classes espécies, as quais se distinguem pelos seus diferentes graus de força ou vivacidade. As menos fortes ou vivazes são comumente

[23] HUME, David. *Investigação Sobre O Entendimento Humano.* São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973, p. 127.

> denominadas *pensamentos* ou *idéias.* A outra espécie não tem nome em nossa língua, como em muitas outras, suponho que por não ser necessário para nenhum fim que não fosse filosófico o incluí-las sob um termo ou designação geral. Tomemos, pois, uma pequena liberdade e chamemo-las *impressões*, usando a palavra num sentido algo diferente do usual. Pelo termo *impressão* entendo todas as nossas percepções mais vivazes, quando ouvimos, vemos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos ou queremos. E as impressões distinguem-se das idéias, que são as impressões menos vivazes das quais temos consciência quando refletimos sobre qualquer dessas sensações ou movimentos acima mencionados.[24]

Hume foi um cético; para ele a existência de Deus não podia ser provada pelas impressões. Sendo assim, cientificamente ele não existe.

Um homem que formulou a revolução no pensamento humano foi:

7. Emanuel Kant (1724-1804)

A Filosofia de Kant contrapõe à Filosofia "escolástica" e a "cosmopolítica", totalmente influenciada pelo iluminismo[25]:

> ...as conclusões a que Hume havia chegado na sua análise do princípio de causa, dizendo que a relação de causa e efeito é uma questão de hábito e não uma "verdade de razão" como supunha Leibniz, acordaram-no para a necessidade de revisão ou criticismo de toda experiência humana do conhecimento, com o propósito de permitir um grau de certeza para as ciências físicas, e também para o propósito de colocar sobre uma fundação sólida as verdades metafísicas que o ceticismo fenomenalista de Hume tinha destruído.[26]

[24] HUME, David. *Op.cit.*, p.134.
[25] KANT, Immanuel. *Realidade e Existência*. São Paulo: Paulus, 2002, p.8.
[26] COBRA, Rubem Q. *Francis Bacon.* Site www.cobra.pages.nom.br, Internet, Brasília, 1999. ("Geocities.com/cobra_pages" é "Mirror Site" de *COBRA.PAGES*). Acesso em 30 mai 2005.

Hume o ajudou na compreensão do princípio da causa, mostrando que causa e efeito é uma questão de hábito. Por isso as perguntas:

> O que eu sei? O que devo fazer? O que devo esperar? No entanto, as respostas para a segunda e terceira perguntas dependem da resposta para a primeira: nosso dever e nosso destino podem ser determinados somente depois de um profundo estudo do conhecimento humano.[27]

7.1. Metafísica

O problema fundamental de toda a metafísica é a questão "o que é que existe?" Muitos sistemas tentam responder isso. Exemplos:

- *Realismo*: defende que, no conhecimento humano, os objetos do conhecimento são intuídos, apreendidos e vistos como eles realmente são em sua existência, fora e independentes da mente.
- *Idealismo*, ao contrário, sustenta que as coisas existem conforme a mente pode construí-las; tudo que existe é conhecido para o homem nas dimensões que são mentais, como idéias ou pelas idéias.
- *Racionalismo* tem a razão como suprema fonte e teste do conhecimento; justifica que a realidade tem uma estrutura lógica inerente; e que existe uma classe de verdades que o intelecto pode intuir diretamente, além do alcance da percepção sensível.
- *Empirismo* sustenta que todo conhecimento vem, e precisa ser testado, pela experiência sensível.

  O empirismo tende a negar a Metafísica; as possibilidades de intuição, do conhecimento, para além das coisas apreendidas pelos sentidos, para além da experiência, a proposição à qual se chega pelo raciocínio, pela razão, e que não expres-

[27] Ibid.

sa apenas a simples soma de dados da realidade concreta, pode ser verdadeira ou não, é, neste caso, que princípios tomados para verificação podem garantir a veracidade da proposição[28]. É isso que influencia o pensamento de Kant, que pode ficar assim delineado.[29]

- *Proposições ou juízos*: toda proposição ou juízo consiste num sujeito lógico do qual se diz algo, e um predicado, que é aquilo que se diz desse sujeito. Kant, como os filósofos aristotélicos, diferenciava modos de pensar, ou seja, as proposições ou juízos, em *analíticos* e *sintéticos*.

1. Os juízos *analíticos* são sempre verdadeiros, visto que não dizem mais como predicado que aquilo que já está no sujeito mesmo, de tal forma que os juízos em questão consistem apenas em um processo de análise; nos juízos analíticos, dentro do conceito do sujeito tem que estar os seus próprios predicados. Uma proposição analítica é uma na qual o predicado está contido no sujeito como na afirmação: "A casa verde é casa". São universais, porque o que dizem é independente de tempo e lugar, e são necessários porque não podem ser de outro modo; distinguem-se do conhecimento empírico pela universalidade e necessidade. São como o dito acima, *a priori*, "**sem apelo à experiência**", razão pura, que não tem sua origem na experiência. Conforme o exemplo, uma casa é uma casa, mesmo que não exista nenhuma casa no mundo.

2. Os juízos *sintéticos*, diferentemente, são aqueles em que não se pode chegar à verdade por pura análise de suas proposições. Os juízos sintéticos, as proposições sintéticas, são resultados de se "juntar" (síntese) os fatos ou dados da experiência. Ainda de acordo com os aristotélicos, todos os juízos sintéticos são *a posteriori*,

[28] KANT, Immanuel. *Op. cit*., p.48.
[29] Optamos para a estrutura viabilizada por Rubem: Cf. COBRA, Rubem Q. *Emanuel Kant.* Site www.cobra.pages.nom.br, Internet, Brasília, 1999. ("Geocities.com/cobra_pages" é "Mirror Site" de *COBRA.PAGES*). Acesso em 30 mai. 2005.

porque eles são dependentes da experiência. "Somente aquilo que pudesse ser observado e examinado pelos métodos científicos poderia de fato ser 'conhecido'". [30]

Na pequena avaliação dos dois filósofos, observa-se um de linha inglesa, e outro de origem alemã, porém, Hume é ateu; Kant mostra a idéia de tipo de conhecimento racionalista e empirista — contudo, o principal conhecimento, que é norteador, ou seja, a existência de Deus é vista como necessidade: a metafísica é vista como uma ciência que não pode ser positiva. Devemos viver como se Deus existisse, porém não posso provar — "O real conhecimento humano é limitado à experiência sensível".[31] Este tipo de conhecimento é a priori. Por isso que, no desenvolvimento do pensamento, nota-se pelas conseqüências que pensamentos vão, ao poucos, criando uma dualidade, fazendo com que o homem tenha certezas na ciência e possibilidades (ou até dúvidas na religião, ou seja, fé) em relação à fé.

8. As conseqüências

Herrero mostra um resumo sobre este período, com foco na Revolução Científica, quando escreve:

> A revolução científica operou assim a universalização das mudanças históricas. No domínio da política, as técnicas utilizadas pelos meios de informação e de comunicação permitem que as decisões políticas sejam conhecidas em toda a terra em questão de alguns minutos, possibilitando reações em cadeia imprevisíveis. A revolução científica abriu assim o campo à manifestação universal do poder humano. A ciência, neste sentido moderno de saber-fazer, não só transformou o mundo, mas deu ao homem o poder de dominar e manipular as massas e até o poder de destruir a vida sobre a terra.(...) Esta nova razão surgida com a revolução científica que proclamou a autonomia do homem, a compreensão da história a

[30] HORTON, Michael S. *O Cristão e a Cultura.* São Paulo: Cultura Cristã, 1998, p.125.
[31] MONDIN, B. *Introdução a Filosofia.* São Paulo: Paulus, 1980, p.227.

> partir do homem como seu sujeito, levou a uma *crise* profunda a época moderna.[32]

8.1. A crise atinge o homem

De acordo com Herrero, a Revolução Científica levou o homem para uma crise, que pode ser confirmada pelos resultados apresentados nas propostas filosóficas já analisadas. Basta ressaltar o capítulo inicial deste trabalho para verificar que a crise manifesta-se de forma particular no campo da linguagem, como também compreende Vaz:

> ... a situação paradoxal de nossa cultura que, em meio à riqueza sempre aumentada das suas criações e das suas obras, perece de fome e de sede num deserto onde secaram as fontes e onde morreram **os frutos de uma linguagem que proceda do homem e se dirija ao homem**; uma linguagem que possa ser modelada pela forma de universalidade e possa ser finalizada pelo movimento de personalização que são os constitutivos essenciais de toda cultura autenticamente humana.[33]

Do ponto de vista semiótico[34], o **homem é um ser de linguagem**; sua formulação existencial ocorre por meio da linguagem. Como diz Herrero: "**existir humanamente é existir na forma de linguagem**."[35] Com isso pode-se dizer que o homem que conhece passa a ser dominado pelo individualismo operacional.

8.2. O homem como um ser de linguagem

Descartes cria a individualidade, ou talvez de maneira mais enfática o existencialismo, e com Kant temos a divisão do mundo mais do que nunca em uma estrutura no que é possível, deixando-nos apenas com as probabilidades. Mas a linguagem é o ponto

[32] HERRERO, Xavier. *Op. cit.*, p.74.
[33] VAZ, Henrique de Lima. *Por Uma Linguagem Humana. Discurso do paraninfo dos formandos de 1967, da Faculdade de Filosofia da UFMG, em Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, nº 17, 1967, p.147-158, grifos meus.*
[34] O uso desta palavra é dentro da visão de termos, proposições e argumentos que são sinais na visão de Peirce. Cf. PEIRCE, Charles, S. *Semiótica.* 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990, p.29-30.
[35] HERRERO, Xavier. *Op. cit.*, p.76.

fundamental para o homem entender o ambiente sociológico em que vive, para comunicar. É como explica Rocher:

> Antes de mais nada, o aparelho vocal do homem permite-lhe articular uma gama riquíssima de sons; mas nenhuma língua utiliza todos os sons possíveis; cada uma seleciona uns omite outros, opta por determinadas relações entre sons e não por outras. O mesmo acontece na sociedade e na cultura: o aparelho biológico e psíquico é um reservatório muito rico de disposições variadas, abre um extenso leque de atitudes e possibilidades diversas. Algumas destas possibilidades são universalmente reconhecidas; mas, ao mesmo tempo, cada conjunto sociocultural elimina determinado número delas e escolhe outras para constituir uma ordem particular e coerente. A obra do sociólogo e do antropólogo consiste, portanto, em compreender e explicar a estrutura dos elementos conservadores, entre todos os que são possíveis, como o lingüista procura conhecer o sistema dos sons e dos signos que compõem uma língua.[36]

Na realidade, sabe-se que para enfrentar o deserto da Revolução Científica, que deixou morrer os frutos da linguagem que proceda do homem para o homem, há de se ter uma compreensão de que a linguagem é um mecanismo de comunicação, de socialização. Viver em grupo, mas sem o relacionamento vivencial de ouvir, de falar, de saber o "porquê" da significância do outro; faz com que nossa comunicação se perca, e aos poucos nos deparamos, mesmo em convívio, com o isolamento. O individualismo, que implicitamente é pregado de forma subjetiva pelo desenvolvimento científico, faz com que o progresso leve o homem para um relacionamento com coisas. Basta ver que o "saber-fazer" conduziu o homem para o mundo tecnológico da globalização, mas o quão distante está o homem de uma comunicação universal. Isso não é possível, pois no mundo tecnológico não há espaço para o diálogo de razão de sentido, afinal de contas, o que tem sentido são apenas números, dados concretos

[36] ROCHER, Guy. *Sociologia Geral.* Lisboa: Editora Presença, Vol. 3, 1971, p.181.

provados cientificamente. Não se pode falar de absolutos como doutrina, moral cristã, pois sua base é metafísica. Realmente, podemos ver as conseqüências da Queda, pois o desenvolvimento científico leva o homem para longe do mandato social (Gn 2.18).

Conclusão

A ciência trouxe ao homem a idéia de saber-fazer, no entanto, o "porquê" não respondido é a principal prova de que existe a necessidade de uma resposta sobre como enfrentar a dualidade entre fé e ciência. Como já exposto, parte-se do ponto que a segunda fase (Renascença a Modernidade) gerou uma crise, e que esta é vista pela formulação da Revolução Científica que colocou o homem como centro do cosmos, mas o separou de si mesmo, do significado sobre o outro, sobre sua própria vida, e, acima de tudo, afastou o homem do seu criador. Isto foi causado pela formulação de que a verdade conhecida só ocorre por meio dos órgãos dos sentidos e de uma divisão entre fé e ciência.

A resposta está na visão Reformada sobre a ciência: a grande participação dos protestantes nas pesquisas científicas, superando a quantidade de Católicos Romanos na Renascença mostra que a Reforma lidou, e tem subsídios para sempre trabalhar bem com a ciência e a fé.[37] Um deles é não fazer da ciência um fim em si mesmo, mas dispor do "conhecer", a atividade clara de ver a mão de Deus na natureza. [38]

Quando houve a dualidade entre ciência e fé, os cientistas protestantes não abriram mão de seu tema-chave, ou seja, tudo era feito para a glória de Deus. Isto está ligado à visão de sacerdócio universal dos crentes[39] , que fazia com que cada crente preocupado com a ciência, acima de tudo, cumprisse o mandato cultural (Gn 2.15).

O desenvolvimento científico nunca foi visto com maus olhos pelos calvinistas. A Reforma foi o movimento motivador da busca

[37] HOOYKAAS, R. *A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna.* Brasília: Polis, 1988, p.127-131.
[38] Ibid. p.136.
[39] Ibid. p.141.

pelo saber, primeiro na Bíblia, onde temos nossa regra de fé e prática, depois pelo livro do mundo, a criação, aqui temos a ciência. Contudo, o homem fez, retratando sua rebeldia natural a Deus, da ciência o mecanismo de desordem; fez dela uma deusa cujas perspectivas positivas olhassem para a modernidade e verificasse nela a solução por meio das descobertas. O desenvolvimento causado pela Revolução Científica trouxe grandes benefícios para a humanidade, mas como abordado, deixou o homem sem significado, pois o saber-fazer, não responde o porquê, e, desta forma, a crise é inevitável.

Percebe-se que a visão científica leva o homem para uma crise, pois perdeu a idéia correta de universal, seus valores – como diz Vaz: "em meio à riqueza sempre aumentada das suas criações e das suas obras, perece de fome e de sede num deserto onde secaram as fontes e onde morreram os frutos de uma linguagem que proceda do homem e se dirija ao homem". O homem pode saber fazer, mas o não ter a razão do "porquê" fazer, transforma a ciência em princípios individuais. Antes do "como" precisamos do "porquê", é aqui que a fé reformada toma seu principal formato: Qual é o fim principal do homem? Glorificar a Deus e gozá-lo para sempre. Eis a solução para compreender o outro, para sabiamente entender este mundo e dominá-lo, mas, principalmente, eis o princípio norteador que dá razão ao porquê do homem ser.

DEPARTAMENTO DE MÚSICA

A MÚSICA NA IGREJA

PRIMEIRA PARTE

Maestro Parcival Módolo

Regência na *Westfälische Landeskirchenmusikschule*, em Herford, Alemanha

Mestrado com especialização em música dos séculos 17 e 18 também na *Westfälische Landeskirchenmusikschule*

Bacharel em Teologia pela Escola Superior de Teologia do Instituto Presbiteriano Mackenzie

Mestrando em Ciências da Religião pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie

Titular da Orquestra de Sunden, Westfalia

Direção da Orquestra Sinfônica Municipal de Americana por 14 anos

Regente regular da Orquestra Filarmônica de Rio Claro, SP, e da Orquestra Sinfônica da UNICAMP

Maestro convidado da Orquestra Sinfônica e da Orquestra de Câmara de Goiânia, GO, bem como da Sinfônica de Belém, PA

Maestro visitante da Orquestra Sinfônica de San Diego, USA

"Gastdirektor" da Orquestra do Teatro da Ópera de Bielefeld, Alemanha

A MÚSICA NA IGREJA[1]

PRIMEIRA PARTE

RESUMO

Este artigo aponta qual é o verdadeiro papel da música na igreja. Explicando cada elemento formador da música — ritmo, melodia e harmonia —, o Maestro Parcival indica de forma muito clara como deve ser a música a ser tocada na igreja e como podemos nos valer dela na educação, principalmente, das crianças.

PALAVRAS-CHAVE

Música; Música Sacra; Ritmo; Melodia; Harmonia; Culto Reformado; Educação Cristã.

ABSTRACT

This article points out the pivotal role of music in the life of the church. It elucidates the vital components of music; rhythm, melody and harmony. Mr Parcival Módolo, a music conductor, shows in a clear way how music to be played in church ought to be played and how we can use it, especially for children's education.

KEYWORDS

Music; Sacred Music; Rhythm; Melody; Harmony; Reformed Worship; Christian Education.

[1] Palestra apresentada pelo Maestro Parcival Módolo durante o 4º Encontro de Líderes da IPCB, em 04/07/96.

> "Às margens dos rios da Babilônia nós nos assentávamos e chorávamos, lembrando-nos de Sião. Nos salgueiros que lá havia, pendurávamos as nossas harpas, pois aqueles que nos levaram cativos nos pediam canções, e os nossos opressores, que fôssemos alegres, dizendo: Entoai-nos algum dos cânticos de Sião. Como, porém, haveríamos de entoar o canto do Senhor em terra estranha?" (Sl 137.1-4).

Introdução

Nossa intenção é tratar de um tema que ocupa, cada vez mais, espaço na igreja: a música que se faz durante os cultos. Sem dúvida, é um assunto delicado e difícil, cujo debate não pode ser adiado.

Pessoas preocupadas com a questão afirmam que a música vem se tornando um problema nas igrejas evangélicas da atualidade. Não concordamos inteiramente com isso. Estamos convencidos de que seria mais correto dizer que a música reflete um problema já existente na igreja. Ela simplesmente é, quem sabe, a parte mais notada, mais "audível" do problema.

Estudando a história do Salmo 137, esse bonito e triste cântico do povo de Israel, composto durante o cativeiro babilônico, lembramo-nos de uma frase proferida pela cantora Elis Regina, alguns meses antes da sua morte. Em uma entrevista ela disse: "sou como o Assum-preto que tem que cantar mais e mais quando lhe furam os olhos". A frase nos deixou intrigados e procuramos saber o seu significado. O Assum-preto é um pássaro criado em gaiolas, por gente que gosta de pássaros cativos e cujo canto é muito bonito. Mas descobriu-se um modo de fazer com que esse pássaro cante ainda mais: basta para isso que lhe furem os olhos! E o Assum-preto, na triste escuridão da sua vida, ao invés de se calar, canta ainda mais. Canta para enlevo dos que o mantêm na gaiola. Essa triste história traz à lembrança a narrativa do que antecedeu o cântico do Salmo 137.

No ano 587 a.C., Zedequias reinava em Judá. Seu reino foi atacado por Nabucodonosor; Jerusalém, a capital de Judá, foi cercada pelo exército inimigo, tornando-se impossível entrar ou sair da cidade. Em virtude disso, mais cedo ou mais tarde a rendição

teria que acontecer, o que, de fato, se deu. Quando Jerusalém caiu, os babilônios, liderados por Nabucodonosor, entraram na cidade e prenderam o rei Zedequias. Os cruéis dominadores degolaram os filhos de Zedequias em sua presença e depois lhe furaram os olhos. O rei Zedequias não foi morto! Foi levado para Babilônia para ali ficar até o final da sua vida, tendo como lembrança de última coisa vista exatamente a morte dos seus filhos. O rei Zedequias representava todo o seu povo. Pode-se dizer que, na Babilônia, o povo que tivera os "olhos furados" foi instado a cantar. "... aqueles que nos levaram cativos nos pediam canções" (v.3). É que os opressores queriam ouvir o "cântico de Sião"!

É fato surpreendente um povo opressor pedir manifestações artísticas, culturais ou religiosas ao povo dominado. Normalmente, o conquistador impõe aos conquistados seus hábitos, sua língua e suas expressões culturais. Os conquistados costumam ter sua cultura destruída e devem assumir a cultura do povo opressor. Curiosamente, naquele caso específico, os babilônios queriam ouvir os cânticos de Sião. Mas que cântico de Sião era este? Como era o cântico conhecido como "cântico de Sião"?

O próprio texto bíblico dá a resposta, já que muitos deles ficaram registrados. Os cânticos de Sião falam do Deus de Israel, que socorre seu povo nos momentos de crise. Falam de um Deus que é único e a quem se deve louvar. Os cânticos de Sião falam de um Deus poderoso, que tudo sabe, tudo pode e que intervém em favor do seu povo e o livra. Era esse o cântico de Sião que os babilônios queriam ouvir; eles tinham seus próprios cânticos e instrumentos musicais; mas queriam ouvir outros cânticos, em outros instrumentos, mais apropriados para o cântico de Sião. A resposta de Israel, contudo, foi surpreendente: penduravam suas harpas nos salgueiros; "como haveremos de cantar em terra estranha?" O vibrante cântico de Sião transformou-se e em terra estranha tornou-se um amargo lamento.

O fato é que durante toda a história de Israel no Antigo Testamento e, depois da vinda de Cristo, durante toda a história cristã, desde as primeiras comunidades e até os nossos dias, a música sempre fez parte dos momentos mais importantes da vida do povo

de Deus. Mas se isso continua sendo verdade para nós ainda hoje, a igreja passa, contudo, por um momento de questionar seu cântico, sua música. De pensar em seu culto e, nesse caso, perguntar-se: Qual é o verdadeiro papel da música no culto? Para que realmente serve a música na liturgia?

1. Criando atmosferas

A ação dos sons musicais sobre o ser humano é um fenômeno conhecido há muito tempo; música sobre os organismos vivos, excitando-os ou acalmando-os. Nas últimas décadas, pesquisas comprovaram que ela age não só sobre os seres humanos, mas, também, sobre os animais e vegetais. Reportagens aparecem com certa freqüência em revistas mais ou menos especializadas, que tratam do efeito de diferentes tipos de música sobre vegetais e animais; sobre plantações de trigo e centeio que passam a produzir mais pela influência de um tipo específico de música, ou menos quando expostas a outros; ou sobre gado confinado, particularmente nos países de clima frio (como a Suíça) que, em virtude da exposição diária a algumas horas de tipos específicos de música, passa a produzir mais leite. Se isso é fato facilmente verificável, o que não se sabia, com clareza, é como ela age, isto é, a razão desse efeito sobre animais irracionais e até mesmo sobre vegetais.

É real que nós, seres humanos, quando ouvimos determinadas músicas, ficamos tristes ou alegres, mais calmos ou mais agitados. Músicas diversas podem, por exemplo, em diferentes momentos de um culto, contribuir para alterar a atmosfera, criando ambiente mais reverente ou mais informal; mais tranqüilo ou mais agitado. A esse papel da música no culto chamamos "papel de impressão", e dele tratamos no número anterior desta revista.[2]

Qualquer música age de alguma maneira sobre qualquer ser vivo. Mas sobre os seres humanos sua ação pode ser subjetiva, ou seja,

[2] Ver MÓDOLO, Parcival. *"Impressão" ou "Expressão: O papel da música na Missa Romana Medieval e no Culto Reformado.* In: *Teologia Para Vida.* São Paulo: Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, 2005, Vol. I, nº 1, jan/jun. 2005, p. 109.

aquela que provoca reações diversas em diferentes pessoas: o fato de que uma mesma música pode provocar uma sensação de alegria em algumas e de tristeza em outras. É que esse tipo de ação, subjetiva, depende da faixa etária do ouvinte, de sua informação prévia, de seu hábito auditivo, de sua realidade cultural. O que tem interessado à ciência nos últimos anos, é identificar e compreender alguma ação **objetiva** que a música pudesse ter sobre os organismos vivos, isto é, uma ação que não dependesse da vontade, do preparo, das preferências ou das influências prévias do ouvinte. O que se questionou é se haveria música objetivamente boa, que provocasse reações orgânicas positivas previamente esperadas, e outra objetivamente má, perniciosa aos seres vivos, que provocasse reações orgânicas negativas em diferentes organismos, independentemente de suas preferências. A pergunta era se seria possível chegar à fórmula: "Boa música faz bem ao seu organismo mesmo que você não goste dela. Música má faz mal ao seu organismo mesmo que você goste dela"? Perguntas como essas, já há algum tempo incomodam os cientistas. Clínicas especializadas têm dedicado anos nessa pesquisa.

Antes de continuarmos essa discussão, vejamos um exemplo da ação da música sobre um grande auditório.

2. Restabelecendo o culto

O segundo livro das Crônicas registra dois períodos importantes da história do povo de Israel. Os primeiros nove capítulos tratam do reino de Salomão em seu máximo apogeu, tanto social quanto econômico. Foi o momento áureo de Israel. A segunda parte do livro, a partir do capítulo dez, registra o ocorrido após a morte de Salomão. A história de outros 20 reis, alguns bons e outros maus, é contada nesses capítulos. O reino já estava dividido entre Israel e Judá e a história é contada pelo cronista como que vista e analisada da perspectiva do templo: o bom rei era o que governava com Deus, o rei mau era o que se afastava dele. Ezequias foi um desses 20 reis, mais exatamente, foi um dos 12 bons reis. Sua história inicia-se no capítulo 29. Seu pai, que se chamara Acaz, havia sido

um péssimo rei: entre outras coisas ele profanara os utensílios sagrados do templo e levara muitos deles para seu palácio. O templo ficou abandonado durante toda uma geração. Mas ao assumir o trono e o reino, Ezequias teve que, como uma de suas primeiras providências, abrir as portas da casa do Senhor, repará-las, restaurar o templo e celebrar o primeiro culto. É claro que todas as pessoas que nasceram durante o reinado de Acaz jamais haviam entrado no templo e iriam fazê-lo agora, pela primeira vez. A maioria, certamente, não sabia o que encontraria lá e talvez perguntasse para os mais velhos como seria a celebração da qual participariam. A celebração do sacrifício não era esteticamente nem um pouco bonita. Todos nós conhecemos relatos importantes daquela época quando animais, dezenas e centenas, eram sacrificados em um único dia. Aqueles que imolavam os animais ficavam com sangue até acima dos joelhos a ponto de sentirem-se mal e necessitarem da ajuda dos médicos do templo, de plantão para atendê-los. O resultado de tudo não devia ser uma cerimônia exatamente bonita ou artisticamente elaborada. Os cheiros e sons não deviam ser agradáveis. As entranhas dos animais sendo limpas, lavadas e queimadas... Contudo, era desta forma que Deus havia ordenado que se celebrasse o sacrifício, e era assim que deveria ser feito. Era uma celebração deste modo que estava para ser feita, após a restauração do templo.

Depois que Ezequias restaurou o templo, reuniu os levitas e devolveu-lhes a função que lhes cabia. Essa tribo tinha sido separada desde os tempos de Moisés para um ministério ligado à casa do Senhor: enquanto caminhavam pelo deserto, ela era responsável por cuidar de todos os utensílios relacionados ao tabernáculo, seu transporte e sua montagem. Estabelecidos em Jerusalém e quando o templo ficou pronto, ela ficou a seu serviço. Uma tribo inteira, 1/12 de toda a população, destinada para esse trabalho. Era da tribo de Levi que saíam os sacerdotes, mas também eram levitas os responsáveis pela infra-estrutura do templo, os porteiros, os serventes, os cantores sacros, os instrumentistas. Evidentemente, durante todo o governo de Acaz, os levitas não tiveram ocupação. Ezequias, contudo, reuniu-os e os mandou purificarem o templo

(2Cr 29.16), restabelecendo-os no serviço da casa do Senhor, com címbalos, alaúdes e harpas (29.25). Quando o sacrifício teve o seu início, uma cerimônia estranha para muitos, um cântico foi entoado ao Senhor ao som das trombetas e dos instrumentos de Davi (29.27,28) É o único relato vétero-testamentário de música **durante** o sacrifício; o escritor sagrado registra um "estranho" fenômeno que aconteceu no momento em que os músicos começaram a tocar: toda a congregação se prostrou enquanto se entoava o cântico e as trombetas soavam. E foi assim, até o final do holocausto (29.28). O verso 36 do capítulo 29 informa que "Ezequias e todo o povo se alegrava por causa daquilo que Deus fizera para o povo, porque subitamente se fez esta obra". De fato, foi de repente, sem ordem de ninguém, que o povo se prostrou e adorou o Senhor, exatamente no momento em que a música dos levitas soou. Parece que a música dos levitas moveu os corações frios daquele povo que se esquecera do templo e subitamente tudo o que estava acontecendo ganhou nova dimensão, a ponto de fazer com que todos se curvassem e verdadeiramente adorassem a Deus. Esse é o papel de impressão que a música pode ter: o de criar uma atmosfera apropriada para o ambiente e de contribuir, talvez, para que os participantes absorvam o que se anuncia.

3. Pesquisas recentes

Reconhecer esse papel da música pode até mesmo ter utilidade bastante prática. Há muitos exemplos bem próximos de nós: supermercados perceberam que deixar soar sempre alguma música em seu espaço, desde que seja a música certa para aquele ambiente, pode influenciar positivamente o cliente, induzindo-o inclusive a comprar mais. As grandes redes internacionais contratam músicos que conhecem o fenômeno para que façam as seleções musicais de suas lojas. Clínicas dentárias utilizam tipos específicos de música durante o tratamento e percebem que isso ajuda, fazendo até mesmo com que o paciente sinta menos dor. Da mesma forma, mas buscando resultados diferentes, restaurantes *fast-food* têem cores e músicas escolhidas de acordo com seus propósitos: impressionar

os clientes, mas saturá-los rapidamente, fazendo-os ir embora logo, para deixar espaço livre para novos clientes.

Os cientistas têm descoberto que esse tipo de fenômeno não é subjetivo, que não é só uma questão de preferência pessoal, de se gostar das músicas escolhidas ou não. Para entendermos um pouco do que acontece, precisamos considerar, antes, que música é um fenômeno composto de muitos elementos que podem ser estudados isoladamente. Concentrando-nos em apenas três desses "elementos básicos" (Ritmo, Melodia e Harmonia) podemos compreender como agem em nosso organismo, já que o fazem de forma poderosa, independentemente de nossa vontade, preferências ou cultura. Sabemos hoje que cada um deles "provoca" uma parte do nosso organismo, ativando-a ou "desligando-a". Embora o fenômeno musical seja muito mais complexo que só Ritmo, Melodia e Harmonia, esses três elementos estão presentes em qualquer tipo de música e por isso devemos considerá-los mais cuidadosamente.

4. O que é ritmo?

Quando dizemos que nosso coração está batendo em um ritmo muito acelerado ou muito lento, usamos corretamente a palavra: ritmo é a freqüência com que um fato, uma ação, se repete num dado espaço de tempo. Em música, a própria organização dos sons em grandes e pequenos grupos, a freqüência com que os acentos tônicos e átonos do discurso melódico se organizam, produzirá uma "marcação de tempo": em toda e qualquer música é uma espécie de esqueleto no qual a música se articula.

Durante toda sua história, os seres humanos confeccionaram instrumentos em muitos formatos, materiais e sonoridades. Há aqueles desenvolvidos exclusivamente com funções rítmicas, que não geram sons afinados e nem querem produzir melodias. São os tambores, os triângulos, os pratos, o reco-reco... É uma grande família, a maior família de instrumentos entre todas as outras.

O ritmo provoca poderosamente uma parte específica do nosso organismo: nossos músculos – tanto os músculos sobre os quais temos controle, como dos braços e das pernas, quanto os envolvi-

dos naquilo que chamamos "sistemas autônomos" ou "independentes", como nosso pulso cardíaco ou nosso sistema digestivo. A ação do ritmo sobre nosso músculo cardíaco é facilmente verificável medindo-se, por exemplo, nosso pulso quando nos expomos a diferentes ritmos: ele se altera imediatamente, passando a pulsar em sintonia com o ritmo da música do ambiente. Alterada a música e seu ritmo, nosso pulso imediatamente se altera. E isto pode acontecer mesmo que não estejamos conscientes da música; mesmo que aparentemente não a estejamos "ouvindo".

5. O que é melodia?

Melodia é qualquer sucessão de sons. Basta cantarmos ou tocarmos uma nota, depois outra, depois outra... e pronto: está criada uma melodia. Até mesmo uma única nota, repetida algumas vezes numa seqüência, forma uma melodia. Será uma "melodia de uma nota só", "monotônica", ou monofônica, mas tecnicamente, uma melodia. Popularmente, habituamo-nos chamar de "melodia" apenas a parte mais "cantável" da música, o "soprano", imaginando que as linhas musicais restantes, que formam a harmonia, não possam ser chamadas melodia. É engano: em um coral, por exemplo, se o soprano canta uma melodia, o contralto canta outra melodia. O tenor e o baixo cantam ainda outras melodias. Sempre melodias.

As melodias têm como característica provocar nossas emoções. Quando alguém diz: "aquela música me deixa tão triste!" está querendo dizer: "aquela sucessão de sons mexe poderosamente com minhas emoções!". Há sucessões de sons que podem mobilizar emocionalmente um indivíduo ou até um grande auditório. E pode fazê-lo de forma tão poderosa, que, se ele deixar-se levar, "soltar-se", poderá ser profundamente impressionado até às lágrimas. Tem sido dito entre os estudiosos do fenômeno que "não há necessidade do Espírito Santo para fazer um auditório chorar; basta usar a melodia certa". Mudar a vida de alguém, torná-la "nova criatura", só o Espírito Santo pode fazer. Mas fazer chorar é bem mais fácil: basta a melodia certa e a disponibilidade do ouvinte.

Assim como há instrumentos especializados em ritmo, há outros especializados em melodias. São todos aqueles que tocam sons sucessivos, nunca simultâneos (o que é característica da harmonia, que será tratada no próximo item); instrumentos que só conseguem tocar uma nota de cada vez, como a flauta, o pistão, o trombone, a clarineta, o oboé, o saxofone, e muitos outros, de uma rica família.

6. O que é harmonia?

Será fácil compreendermos harmonia se a imaginarmos como um "conjunto de melodias"; como o resultado sonoro de "melodias simultâneas", isto é, a soma de melodias soando ao mesmo tempo. Se Melodia é uma sucessão de sons, a harmonia é a soma de melodias (ao menos duas), tocadas ou cantadas simultaneamente. Anteriormente foi citado que os sopranos de um coro cantam uma melodia; os contraltos outra melodia: a soma dessas duas melodias já é harmonia. E será uma harmonia ainda mais rica, mais cheia de sons, quando os tenores e os baixos juntarem também suas próprias melodias ao conjunto. Ou um grupo de música brasileira tocando, talvez, um "Chorinho": a flauta toca uma melodia; a clarineta outra melodia; o cavaquinho poderá estar dedilhando uma terceira melodia; um instrumento de som grave pode estar tocando ainda outra melodia, fazendo a base do conjunto. A soma de todas essas melodias é exatamente a harmonia.

Ouvir atentamente a harmonia, tentar seguir a melodia de cada uma das vozes internas, perceber o movimento de cada uma das linhas melódicas, demanda esforço do ouvinte. E exigirá tanto mais, quanto mais complexa for a harmonia. Numa grande orquestra sinfônica, por exemplo, podemos ter harmonias de 12, 16 ou mais melodias soando simultaneamente, exigindo do ouvinte grande concentração para segui-las conscientemente. Dos elementos da música expostos até aqui, a harmonia é a que mais provoca o intelecto. Ela é processada, em grande parte, no nosso córtex, promovendo grande interação entre os dois hemisférios

cerebrais, o esquerdo e o direito, o da cognição e o da criatividade. A harmonia está fortemente associada à nossa capacidade de raciocínio lógico ou abstrato, com nossos potenciais criativos e artísticos, aptidões e capacidades características somente da raça humana. De toda a criação divina, só os seres humanos podem ser sensibilizados pela harmonia; pela complexa simultaneidade de melodias, que exigem do compositor, do intérprete e do ouvinte, a utilização de seus mais diferenciados e exclusivos dons: intelecto e criatividade. Os mamíferos, da criação o grupo mais evoluído depois da raça humana, têm cérebros bastante desenvolvidos, de muita complexidade. Cérebros que processam emoções (sensações de amor e ódio, por exemplo), que identificam e processam sons musicais e linhas melódicas. Os mamíferos, chamados irracionais, são sensíveis a diferentes melodias e até mesmo conseguem diferenciá-las. Cães podem ser treinados a cumprir diferentes comandos, pequenas melodias, de dois ou três sons, tocadas em apitos por seus treinadores. Eles as identificam e conhecem o significado específico de cada uma. Mamíferos são tão sensíveis a melodias que podem ter seu comportamento alterado por elas: é possível torná-los mais agressivos ou dóceis por influência de sons melódicos, mas eles não conseguem entender harmonia, privilégio dos seres humanos.

Quanto mais elaborada e complicada uma harmonia, mais difícil será apreciá-la e compreendê-la, maior a exigência de nosso intelecto. É compreensível que nem todas as pessoas consigam apreciar, logo num primeiro contato, uma grande obra de Bach para órgão de tubos, por exemplo. Obras assim costumam ser de grande dificuldade técnica, de ampla complexidade harmônica, exigindo do ouvinte não só grande concentração e esforço auditivo, como algum conhecimento prévio da linguagem harmônica tão extraordinariamente rica daquele compositor.

Assim como há instrumentos que só são hábeis para tocar ritmos e outros "especializados" em melodias, também há instrumentos que podem tocar harmonias, isto é, são hábeis para se tocar mais que uma melodia ao mesmo tempo: o piano, o violão, a harpa, o acordeão, entre outros.

7. Diferentes ênfases

Cada vez que um desses elementos é por demais enfatizado, há um certo detrimento dos outros; um esvaziamento parcial dos outros dois. Uma música que enfatiza demais o elemento **harmônico**, por exemplo, aparentemente descuida da melodia. Ouvindo a obra de Bach do exemplo anterior, pode ser difícil procurar "a melodia cantável", a linha melódica "principal", que poderia nos dar algum "conforto emocional". Ao invés de uma única e compreensível "melodia", ouve-se uma "enxurrada" de muitos sons ao mesmo tempo, difícil de serem "perseguidos". Nesse caso, há grandes exigências intelectuais durante a audição, grande esforço racional e nosso cérebro estará tremendamente ativado. Mas não serão por demais provocados nossos músculos, nem tão exacerbadas nossas emoções.

De forma semelhante, uma grande ênfase **melódica** provocará tão intensamente nossas emoções que podemos ser, algumas vezes, "impedidos de pensar". Quantos de nós, em momentos de grande emoção, já não tomamos atitudes das quais viemos a nos arrepender mais tarde? Não tenha dúvida de que melodias extremamente apelativas podem nos mover emocionalmente de forma tão incontrolável a ponto de nos fazerem "parar de pensar" e agir por impulso, fruto da emoção. Melodias apelativas provocam pouco os nossos músculos e, no que se refere ao nosso intelecto, dispensam mais esforços, podendo até mesmo, como já citado, bloquearem nossa razão.

Uma grande ênfase no elemento **rítmico**, em detrimento de melodia e harmonia, terá forte apelo físico, muscular, mas dificilmente emocional ou intelectual. Também o exagero rítmico poderá "desligar" parcialmente instâncias superiores do nosso cérebro. Tal poder é perceptível, por exemplo, nos centros de umbanda, onde tambores em ritmos intermitentes, regulares, por longos períodos de tempo, provocam nos participantes mais "disponíveis", verdadeiros desligamentos de consciência. Religiões orientais repetem "mantras" à exaustão, até que seu sentido inicial fique totalmente perdido. O ritmo criado pela repetição das sílabas esvazia

os praticantes de qualquer emoção ou pensamento. Não há nada de tão extraordinário ou inexplicável aqui: excesso de ritmo leva pessoas a pararem de pensar.

8. Instrumentos rítmicos, melódicos, harmônicos e a igreja

Dentre as três famílias de instrumentos — rítmicos, melódicos e harmônicos — os que parecem experimentar maior preconceito quanto ao seu uso na igreja são os rítmicos. Sei que é inconsciente, mas creio que é por causa do seu apelo muscular. Os que não gostam dos instrumentos rítmicos certamente desconhecem esse tipo de associação, mas percebem que há algo neles que, na sua opinião, não é apropriado para o espaço sagrado. É fato que músculos nunca foram muito bem-vindos no culto cristão e menos ainda no reformado. Não creio que seja uma preocupação advinda da consciência de que excessos rítmicos podem bloquear o intelecto e comprometer um culto integral, de corações e mentes. Até porque — e isso é muito curioso — os excessos melódicos, que exacerbam as emoções e bloqueiam intelecto tanto quanto os excessos rítmicos, nunca sofreram qualquer preconceito em nossas igrejas. Ao contrário, são bem-vindos! Apelos pós-mensagens de evangelistas são invariavelmente sublinhados por melodias chorosas e emotivas que sensibilizam o auditório, tocadas em instrumentos com sons tremulantes. Já ouvi líderes das novas seitas televisivas afirmando que sem uma "boa música" durante sua "oração poderosa" seus apelos "não funcionam" e ninguém "se converte".

Que poder é esse que querem atribuir à música? O de "converter" pessoas?

9. Cuidando da música, dos jovens e das crianças

Ritmo, melodia e harmonia são responsáveis pela ação direta da música sobre os músculos, as emoções e as mentes dos ouvintes. Atingindo-nos tão integralmente, por todo nosso organismo, música é excelente veículo para fixar informações em nossa memória. Bons professores sabem disso e se utilizam dela como recurso di-

dático: usam melodias para ensinar fórmulas matemáticas, dados, datas e números que precisam ser decorados. A mensagem de um texto, uma vez fixada por meio de uma melodia, jamais será apagada de nossa memória. Tudo o que memorizamos com música ficará "arquivado" para sempre, independentemente de desejarmos ou não. Mesmo que aparentemente "esqueçamos" de uma canção de nossa infância, em um belo dia, ao passar por um lugar onde a música está sendo cantada, imediatamente nos lembramos da velha canção. Com a melodia retornam também as palavras.

Talvez você já tenha experimentado algo assim: num certo dia você passou por uma experiência impactante em sua vida, boa ou ruim, ouvindo uma melodia marcante. Depois desse dia, nunca mais tornou a ouvir aquela melodia e nem repetiu aquela experiência. Esqueceu-se de ambas, portanto, até que 20, 30 anos depois, ou mais, não importa quanto tempo, você inesperadamente volta a ouvir a melodia. O que acontece? Imediatamente vem à sua memória a experiência pela qual você passou quando a ouviu pela primeira vez. E a experiência se "reconstitui" de forma rica, detalhada, reproduzindo em seu organismo as sensações, boas ou ruins, que foram despertadas em você naquele dia longínquo, quando ouviu a música pela primeira vez. Se a música tinha palavras, tinha um texto, você certamente se lembrará dele.

É claro que isso deveria nos preocupar quando pensamos no que as crianças estão cantando em nossas igrejas. Já pensaram que daqui a 30 anos, se elas estiverem fora da igreja — queira Deus que não — elas poderão se lembrar das canções que cantaram na igreja sem que isso faça qualquer diferença para as vidas delas? Daí a importância da pergunta: que textos estão cantando hoje? Teologia? Doutrina? Ou é "qualquer coisa" enquanto os adultos e os jovens aprendem "de verdade"? Não seria bom pensar mais seriamente na música — nas letras das músicas — que as crianças da nossa igreja estão cantando?

Damos grande atenção aos jovens de nossas igrejas, preocupando-nos que recebam boa instrução doutrinária, informação precisa, bem fundamentada. Na Escola Dominical, o professor da classe

dos jovens é sempre, certamente, o mais bem preparado, o de melhor formação acadêmica, o presbítero que melhor sabe argumentar, freqüentemente o próprio pastor... e é bom que seja assim. Mas temos descuidado das nossas crianças, bastando que uma "boa alma" disponha-se a "ficar com elas", na "classinha", ou no "cultinho", enquanto os jovens e adultos aprendem coisas mais sérias, na "classona", ou no "cultão". Enxergamos nos jovens a igreja de amanhã, a quem tudo deve ser oferecido, da melhor qualidade, para que se preparem para o futuro que virá. E é bom que seja assim!

Mas creio que há um engano conceitual. Ouço freqüentemente que os jovens são abertos a novas idéias e estão disponíveis para absorver as verdades do nosso ensino, por isso o grande investimento neles. Na verdade, os jovens nem sempre são tão disponíveis a abraçarem novas idéias, nem tão abertos a novas informações, como queremos crer; nem sempre ele está disposto às idéias dos líderes da igreja. O que se verifica é que o jovem teme aceitar o novo se ele não for antes aprovado pelo grupo. O grupo do qual o jovem faz parte é determinante e precisa primeiro aceitar qualquer mudança para, então, ele sentir-se "autorizado" a fazê-la. Podemos pensar em alguns exemplos que, naturalmente, serão uma enorme simplificação da questão e não pretende reduzir a capacidade de discernimento ou a inteligência dos jovens. Valem só como esboços de exemplos: se no grupo do qual o jovem faz parte todos usam calça azul, é pouco provável que ele usará uma amarela. Se no seu grupo todos ouvem "rock", é pouco provável que ele assumirá que gosta de pagode, ou de Mozart. Para as coisas externas ao seu grupo, estranhas, os jovens são tremendamente impermeáveis. Apesar disso, e talvez por isso mesmo, é claro que precisamos cuidar bem dos nossos jovens.

Mas não podemos esquecer nossas crianças. Elas, diferentemente dos jovens, são permeáveis, abertas para o mundo, disponíveis, querem, podem e devem ser orientadas. E se forem, serão certamente melhores jovens e adultos no futuro. Por isso tudo, aqui fica outra vez a pergunta: as crianças de nossa igreja estão cantando o quê?

Conclusão

Estimulando nossos músculos, agindo sobre nossas emoções e estimulando poderosamente nosso intelecto, música fixa em nossa memória, e de forma indelével, boa cultura, doutrinas sadias, verdades teológicas e aprendizado sólido. Mas o problema é que ela fixa também, e para sempre, mentiras ideológicas. Fixa de tal forma que nunca mais serão esquecidas. Por isso, é preciso parar e pensar seriamente no que estamos cantando nas nossas igrejas, tanto as crianças quanto os adultos.

Segundo alguns, nossa igreja tem passado, em todo o Brasil, por uma fase de esvaziamento doutrinário. Há até mesmo quem fale em perda de identidade. É claro que o problema, se de fato existe, deverá ser complexo, sobre o qual haverá muito que se considerar. Mas penso que parte dele é fruto da música que temos cantado nas nossas igrejas. Quando cantamos "qualquer coisa", de qualquer outra igreja, seita, ou movimento religioso, cantamos outras ideologias. Mas se é fato, como querem alguns, que a igreja está perdendo sua identidade, uma das razões pode ser que tanto faz cantarmos "nossos cânticos" ou "outros cânticos", canções de qualquer origem e que proclamem qualquer coisa, já que cantamos "qualquer coisa". Basta que tais canções nos tornem alegres, entusiasmados e emocionados. Tanto faz cantarmos o "Canto de Sião" ou quaisquer outras canções. Tanto faz cantá-las na nossa igreja... ou em qualquer outra igreja.

> "...aqueles que nos levaram cativos nos pediam canções, e os nossos opressores, que fôssemos alegres, dizendo: Entoai-nos algum dos cânticos de Sião" (Sl 137.3)

Resenhas



Rumor de anjos: A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural

Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa

Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul

Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Pós-graduação: Estudo de Problemas Brasileiros pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Pós-graduação: Didática do Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Mestre em Teologia e História pela Universidade Metodista de São Paulo

Doutor em Teologia e História pela Universidade Metodista de São Paulo

Pastor da Igreja Presbiteriana Ebenézer, em Osasco

BERGER, Peter L. *Rumor de Anjos:* A Sociedade Moderna e a Redescoberta do Sobrenatural. Petrópolis: Vozes, 1997, 2.ed. rev.

1. Autor

Peter Ludwig Berger, natural de Viena (17/03/1929), logo após a Segunda Guerra radicou-se nos Estados Unidos (1949). Obteve o grau de Mestre (1952) e Doutor (1952) na School for Social Research em Nova York. Após servir por dois anos no Exército dos Estados Unidos, lecionou nas Universidades da Geórgia da Carolina do Norte. Posteriormente tornou-se professor assistente de Ética Social no Seminário de Hartford, lecionando também Sociologia na Rutgers University de New Brunswick, Nova Jersey. Atualmente é professor da Universidade de Boston e, desde 1985, diretor do Instituto para o Estudo da Cultura Econômica da mesma Universidade. Escreveu diversos livros, bem como artigos e verbetes em revistas e obras especializadas. Em português, temos: *Perspectivas Sociológicas:* Uma visão humanista (1963) (Vozes, 1972), *Um Rumor dos Anjos* (1969; revisto em 1990) (Vozes, 1973, Edição revista, 1997), *O Dossel Sagrado:* Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião (1969) (Paulinas, 1985); *A Revolução Capitalista,* (1986) (Itatiaia, 1992). E, em conjunto com Thomas Luckmann: *A Construção Social da Realidade* (1966) (Vozes, 1983) e *Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido* (1995) (Vozes, 2004). Diversas instituições, nos Estados Unidos e Europa, concederam-lhe títulos *honoris* causa, tais como: Universidade Loyola, Wagner College, Universidade de Notre Dame, Universidade de Genebra e Universidade de Munique. É também membro honorário de várias associações científicas.

2. Quadro de referência

Mesmo dizendo não ter um conhecimento especializado de Teologia (p. 16), revela amplo conhecimento do pensamento teológico de diversos teólogos contemporâneos como Barth, Brunner, Bultmann, Tillich e Bonhoeffer. Na realidade, ele estudou Teologia, dedicando o seu livro ao seu professor da área, Frederick Neumann (1899-1967) (p. 17). É cristão de tradição luterana, se-

guindo uma linha que chama de "liberal" pois não acredita na inspiração da Bíblia nem na relação entre oração e milagre (p.16, 147, 220, 221, 222).

Ele foi "treinado na tradição sociológica moldada por Max Weber" (p. 15). Mesmo procurando o seu caminho próprio na análise da "Sociologia do Conhecimento" (*A Construção Social da Realidade,* 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1983, (CSR.) p.5, 6, 32), reconhece durante toda a obra (especialmente na *Construção Social da Realidade*) a sua dívida a autores como: Hegel, Marx, Durkheim, Weber, Piaget, Sartre, Mead, Schutz, Pareto, Mauss (Vd. por exemplo: CSR. p. 30,31, 242,243).

3. Propósito do livro

O autor tem como público-alvo o leitor não-especializado e, por isso, não primará pelo uso de termos técnicos. No entanto, espera que o seu livro – "que trata da possibilidade do pensar teológico em nossa situação atual" (p. 15) –, "tenha algo a dizer aos teólogos" (p. 16). Ele se propõe a redescobrir o sobrenatural como uma possibilidade para o pensamento teológico em nossos dias (p. 227).

4. Alguns conceitos

O livro, escrito em 1969, é sintomaticamente datado.[1] O próprio autor, em sua revisão e ampliação da obra, reconhece parcialmente isso e admite ter maiores embaraços em outros livros. Portanto, ele endossou a maioria de suas teses (p. 9) e sentiu a necessidade de fazer um significativo acréscimo ao seu trabalho, com uma nova introdução e cinco capítulos (5, 6, 7, 8, 9), o que envolveu um montante de mais de 60%. No primeiro capítulo, percebe-se logo a superação de sua tese inicial: "Se há uma coisa em que os comentaristas da situação contemporânea da religião concordam é o afastamento do sobrenatural do mundo moderno" (p.19, 26). Ele fundamenta a sua afirmação em declarações de teólogos de algu-

[1]Ele escreve tendo como pano de fundo a incômoda guerra americana no Vietnã (p.50).

ma proeminência durante a década de 60, pertencentes à Escola da "Morte de Deus".[2] Na primeira edição, Berger admite que a situação atual, "o divino, pelo menos em suas formas clássicas, se retraiu para o fundo da preocupação e consciência humanas" (p. 20). Acreditava que a morte desse sobrenatural ainda que evidente não seria igualmente visível a todos (p. 31, 62). As crises perpassam a todas as tradições religiosas ainda que cada uma delas apresente uma solução diferente (p. 31-40). Ele sustenta que aquele que se casa com o espírito da época, logo se tornará viúvo (p. 50). O que aconteceu com Berger, ele mesmo admite: "O sociólogo e, provavelmente, qualquer outro observador dos fenômenos será tentado a prognosticar, e eu mesmo já caí nesta tentação (...) É bem humano sentir-se feliz quando se pensa estar cavalgando na crista do futuro" (p. 227, 228).

Berger entende que cada época apresenta ao teólogo desafios peculiares (p. 58), sendo a Sociologia uma disciplina que desafia a Teologia (p. 59). A Sociologia o faz, "colocando um desafio ao pensamento teológico com uma agudez sem precedentes" (p. 62).

"Estou convicto de que hoje em dia a Sociologia deve ser uma disciplina transcultural e transacional, não por causa de algum propósito moral de compreensão e tolerância que abrangem tudo, mas porque não é mais possível entender uma sociedade sem entendê-la com comparação com outras" (p. 11). O sociólogo, ainda que procure ser um repórter, noticiando o que as pessoas acreditam conhecer, é um ser social e, como tal, tem a sua própria cosmovisão (p.27, 80). O mesmo acontece com o teólogo; portanto, ambos adquiriram o seu conhecimento socialmente (p. 30). Este conhecimento nunca é um dado acabado. "Ninguém seguramente pode pensar sobre religião, ou qualquer outra coisa, em atitude de soberana independência de sua situação no tempo e no espaço" (p. 56, 74). No entanto, ele crê que "é possível libertar-se a si mesmo, num grau considerável, das pressuposições de uma época, aceitas simplesmente como tais" (p. 56).

[2] Ver: ALTIZER, Thomas J.J. & HAMILTON, William. *A Morte de Deus:* Introdução à Teologia Radical. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

Berger admite que a relativização dos conceitos termina por relativar-se a si mesma (p. 76). No entanto, não há saída: "As visões do mundo permanecem firmemente ancoradas em certezas subjetivas, enquanto são sustentadas por consistentes e contínuas estruturas de plausibilidade" (p. 77).

A sua abordagem é dentro da perspectiva da Sociologia do conhecimento. "Uma das proposições fundamentais da Sociologia do conhecimento é que a plausibilidade, no sentido daquilo que as pessoas realmente acham digno de fé, das idéias sobre a realidade depende do suporte social que estas idéias recebem" (p. 65). A nossa compreensão do mundo encontra a sua origem no outro e, ela permanece porque continua sendo afirmada pelos outros (p. 65,66). Estas práticas necessitam ser legitimadas pelo processo de "explicação" e "justificação" (p. 66, 69),[3] criando "estruturas de plausibilidade", reforçando práticas necessárias e inibindo outras indesejáveis (p. 69,70). No entanto, no mundo moderno há uma guerra de estruturas de plausibilidades rivais que em sua luta terminam por enfraquecer-se mutualmente (p.78,79).

Berger acredita que a perspectiva da Sociologia do conhecimento "pode ter um efeito definitivamente libertador. Enquanto outras disciplinas nos livram do peso morto do passado, a Sociologia nos livra da tirania do presente. Uma vez que compreendemos nossa situação em termos sociológicos, ela deixa de nos impressionar como uma fatalidade inexorável. É claro, ainda não podemos magicamente pular fora de nossa pele. As forças de nossa situação agem sobre nós, mesmo se as compreendermos, porque somos seres sociais e continuamos a ser mesmo quando nos tornamos sociólogos" (p. 80).

O autor sustenta a importância do aspecto transcendente da religião e o seu significado para a vida cotidiana: "A vida humana, mesmo em seus aspectos mais seculares, é enriquecida pelas janelas que a religião deve manter abertas à transcendência. Colocando de modo diferente, manter vivo o rumor de anjos é contribuir para a

[3]BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade.* 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p.128.

humanização de nosso tempo" (p. 14). "Penso que a religião é de grandíssima importância em qualquer época e de importância particular em nossa própria época" (p. 17). As teodicéias[4] ("justificação de Deus") oferecem um conforto para a vida presente, sendo as teodicéias religiosas as mais eficazes (p. 54, 55). Neste sentido, ele critica Feuerbach (1804-1872) por tentar transformar a religião em mera antropologia, criando uma espécie de "monólogo humano" (p. 81). A possibilidade da Teologia partir do homem está fora de questão; é impossível uma Teologia empírica (p. 84). No entanto, toda a Teologia, mesmo em suas preocupações metafísicas, terá sempre uma relação com as necessidades do homem (p. 85). O liberalismo teológico do século 19, com o seu otimismo racionalista terminou em fracasso, sendo dilacerado pelas baionetas dos combatentes da Primeira Guerra (p. 85,86). Neste contexto surge a neo-ortodoxia tomando como ponto de partida Deus, o "totalmente outro", que vem em direção ao homem (p. 86,87).

Na religião, o homem revela a sua necessidade de transcendência: "No centro da busca religiosa do homem está a experiência da transcendência, o encontro com uma realidade que 'totalmente outra' em relação a todas as realidades da vida comum. E uma conseqüência necessária deste encontro é que todas as realidades comuns, inclusive as mais imponentes e opressivas, são relativizadas" (p. 212,213). Apesar das tentativas dos detentores do poder em domesticar a religião com o objetivo de legitimar suas práticas, sempre surgiram os que se negaram a esse papel (p. 213,214). "Todas as religiões humanas são janelas para a vastidão do transcendente: abra cada uma dessas janelas, e o brilho do poder político revelar-se-á um assunto desprezível" (p. 214). Cumpre às instituições religiosas lembrar ao povo que há um sentido transcendente da vida; isto é essencial (p. 217). A visão do transcendente afeta todo o nosso hoje existencial (p. 224,225). Precisamos, portanto, redescobrir o sobrenatural, o qual nos dará uma nova percepção da realidade, possibilitando "uma confron-

[4] Termo criado por Leibniz (1646-1716) em 1710, servindo como título de sua obra, *Ensaios de teodicéia sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal* (1710).

tação com a época em que se vive numa perspectiva que a transcende (p. 226).

5. "A construção social da realidade"

O homem não foi criado para viver sozinho, isolado, mas em sociedade. Nas Sagradas Escrituras, encontra-se o testemunho de Deus a este respeito referindo-se a Adão: "Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea" (Gn 2.18).

Aristóteles (384-322 a.C.) estava correto ao afirmar que o homem é um ser social.[5] Do mesmo modo asseverou Calvino (1509-1564): "O homem foi formado para ser um animal social."[6] O homem, de fato, foi criado por Deus para viver em companhia de seus semelhantes, mantendo uma relação de idéias, valores e sentimentos. Neste sentido, concordo com a afirmação de que o homem "nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade".[7] Assim sendo, o homem não nasce membro da sociedade. "A sociedade existia antes que o indivíduo nascesse, e continuará a existir após a sua morte. Mais ainda, é dentro da sociedade, como resultado de processos sociais, que o indivíduo se torna uma pessoa, que ele atinge uma personalidade e se aferra a ela, e que ele leva adiante os vários projetos que constituem a sua vida. O homem não pode existir independentemente da sociedade".[8]

"O indivíduo isolado é uma ficção".[9] A trajetória do processo de ingresso na sociedade envolve três elementos: a *exteriorização*, a

[5] Aristóteles. *A Ética,* I.7.6. e *A Política*, I.1.9. Do mesmo modo, LEIBNIZ, G.W. *Novos Ensaios*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. XIX), III.1.1. p.167.

[6] CALVIN, John. *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis,* Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1981 (Reprinted), Vol. I, (Gn 2.18), p.128. Em outro lugar: "O homem é um animal social de natureza, conseqüentemente, propende por instinto natural a promover e conservar esta sociedade e, por isso, observamos que existem na mente de todos os homens impressões universais não só de uma certa probidade, como também de uma ordem civil" (CALVINO, João. *As Institutas,* II.2.13).

[7] BERGER. Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade,* p.172.

[8] BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado:* Elementos Para Uma Teoria Sociológica Da Religião. São Paulo: Paulinas, 1985, p.15. Vd. também, KRECH, David & CRUTCHFIELD, Richard S. *Elementos de Psicologia*. São Paulo: Pioneira, 1963, Vol. II, p.363.

[9] KRECH, David & CRUTCHFIELD, Richard S. *Op.cit.* , p.364.

objetivação e a *interiorização*.[10] Este caminho social é chamado de "Socialização" e pode ser definido como "o processo pelo qual uma pessoa internaliza as normas do grupo em que vive, de modo que surja um 'eu' distinto, único para um dado indivíduo".[11]

Seguindo o pensamento de Berger e Luckmann, devemos entender que a realidade é construída socialmente,[12] como fruto da necessidade biológica do homem de exteriorizar-se.[13] Ao exteriorizar-se, o homem constrói o mundo, projetando na realidade os seus próprios significados.[14]

Para o homem "comum", o real é o mesmo que é conhecido.[15] Não existe o problema epistemológico, a realidade é conforme eu a percebo. "Entretanto, só se torna real para mim no pleno sentido da palavra quando o encontro pessoalmente",[16] tornando-se, então, subjetivamente real para mim.[17] Portanto, a realidade só me é patente à medida que faz parte do meu universo de conhecimento ou de consciente exclusão;[18] a ignorância ignorada da "realidade" não é.

Deste modo, "A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um corpo coerente."[19] Nesta interpretação, os homens constroem os "esquemas tipificadores" através dos quais os outros são enquadrados e, por isso mesmo, avaliados.[20] Assim, o meu "real" adquire um status aferidor: "A realidade da vida

[10] Cf. BERGER, P.L. *Op. cit.*,,p.16ss; BERGER, P.L. & LUCKMANN, T. *Op. cit.,* p.173ss.
[11] HORTON, Paul B. & HUNT, Chester L. *Sociologia.* São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980, p.77. Em termos mais simples: "O processo de assimilação dos indivíduos aos grupos sociais" (Socialização: In: BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993, p.516).Vejam-se também: GIANI, L. A. *Sociologia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Livros do mundo Inteiro, 1973, p.43-44; COULSON, M.A. & RIDDELL, D.S. *Introdução Crítica à Sociologia.* 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.107ss; ROCHER, Guy. *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença (1986), Vol. II, p.12ss.
[12] BERGER, P. & LUCKMANN, T. *Op. cit.,* p.11.
[13] Idem, p.76-77.
[14] Idem, p.142.
[15] Idem, p.12.
[16] Idem, p.47.
[17] Idem, p.103.
[18] Vd. MARÍAS, Julián. *Introdução à Filosofia.* 2.ed. rev. São Paulo: Duas Cidades, 1966, p.133ss.
[19] BERGER. P. & LUCKMANN, T. *Op.cit.,* p. 35.
[20] Idem, p. 49-50.

cotidiana é admitida como sendo a realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença".[21] "Sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante."[22] Dentro desta realidade, o mundo é estruturado em sua dinâmica espacial e temporal, tendo o seu "próprio padrão do tempo, que é acessível intersubjetivamente."[23] No entanto, devemos entender que "a realidade da vida cotidiana sempre aparece como uma zona clara atrás da qual há um fundo de obscuridade. Assim como certas zonas da realidade são iluminadas outras permanecem na sombra. Não posso conhecer tudo que há para conhecer a respeito desta realidade."[24]

Como a sociedade é composta de homens, por isso mesmo é que ele não é apenas um espectador passivo, ou um calouro social que em meio aos trotes sociais, tenta se "enturmar"; ele é, na realidade, o seu agente; agente de formação e de transformação. A sociedade é um produto humano, mesmo que paradoxalmente, em muitos momentos, possa nos parecer desumana: O mundo desumano é produto da raça humana. A dialética do fenômeno social se manifesta nesta correlação: ao mesmo tempo em que a sociedade com os seus valores, agendas e praxes, é uma construção humana, esta construção "retroage continuamente sobre o seu produtor".[25] E ele, por sua vez, a aperfeiçoa. Daí a palavra de Paulo, falando de transformação (μεταμορφόομαι),[26] não de acomodação (συσχηματίζομαι)[27] aos valores deste mundo (Rm 12.2).

Luckmann e Berger parecem acordes com o princípio de J. P. Sartre (1905-1980),[28] de que não existe uma natureza humana ontológica; o homem é formado por si mesmo na sociedade. A liberdade do homem traz em seu bojo a angústia, resultante da responsa-

[21] BERGER, P. & LUCKMANN, T. *Op.cit.,* p. 40.
[22] Idem, p. 38.
[23] Idem, p. 44.
[24] Idem, p. 66. Veja-se também a p. 68.
[25] BERGER, P. *Op.cit.,* p. 15.
[26] Mt 17.2; Mc 9.2; 2Co 3.18.
[27] O imperfeito precedido de uma negativa, indica que a ação costumeira deve ser interrompida ou descontinuada, se moldando a um novo modelo (além daqui aparece apenas em 1Pe 1.14).
[28] Vd. SARTRE, J.P. *O Existencialismo é um Humanismo.* São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, Vol. XLV), 1973.

bilidade de se fazer a si mesmo no ato da escolha;[29] deste modo, prevalece a expressão de Sartre: "A existência precede a essência".[30] Assim, os autores acrescentam: "O processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente",[31] portanto, o homem torna-se homem (ser humano), na sociedade;[32] assim, não existe uma natureza humana previamente estabelecida; neste caso, o homem é o construtor de si mesmo dentro de um processo social.[33] Observe que a afirmação da inexistência de uma "natureza humana", fere frontalmente os ensinamentos bíblicos a respeito da criação do homem, como possuidor da imagem e semelhança de Deus, bem como um princípio que parece lógico. Se não há natureza humana e "a existência precede a essência", o que então, determina a essência da minha existência que me permite escolher ser "eu" e não "outro"? O meu "projeto" de ser é resultante da essência do meu existir, que me conduz diante da dialética social, a eleger o meu ideal como um "projeto" de ser. A própria existência da possibilidade da escolha, determina a essência de um ser livre. Agora, um existencialista, poderia perguntar: se por outro lado, a *essência precede a existência*, por que a sociedade não é composta de "soldadinhos de chumbo", provenientes de uma mesma forma, denominada de "essência humana"? A resposta é simples: porque Deus criou o homem como um ser essencial dotado da capacidade de escolha, de construir a sua existência conforme lhe aprouvesse, daí a variedade da "existência humana", dentro da liberdade inerente à sua essência.[34] Parece-me correta a observação de Veith, de que "o existencialismo oferece a base lógica para o relativismo contemporâneo."[35]

[29] Sartre mostra que o peso da responsabilidade da escolha, traz consigo o sentimento de angústia: "O existencialista não tem pejo em declarar que o homem é angústia. Significa isso: o homem ligado por um compromisso e que se dá conta de que não é apenas aquele que escolhe ser, mas de que é também um legislador pronto a escolher, ao mesmo tempo que a si próprio, a humanidade inteira, não poderia escapar ao sentimento da sua total e profunda responsabilidade" (*Ibidem.,* p.13).
[30] SARTRE, J.P. *Op.cit.,* p.11.
[31] P. Berger & T. Luckmann. *Op.cit.,* p.71.
[32] Durkheim acentua que "o homem não é humano senão porque vive em sociedade" [DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, São Paulo: (s.d.) p.35].
[33] BERGER, P. & LUCKMANN, T. *Op.cit.,* p.72,74,75.
[34] Aqui estamos nos referindo à "liberdade metafísica" do homem.
[35] VEITH JR, Gene Edward.*Tempos Pós-Modernos*.São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999, p.31.

Acompanhando o pensamento de Luckmann e Berger, concordamos que o isolamento social impossibilita o homem de se desenvolver como homem, visto que ele isolado também não produz um ambiente humano. "A humanidade específica do homem e sua sociabilidade estão inextricavelmente entrelaçadas. O *Homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*",[36] portanto, a ordem social só existe como uma construção do labor humano.

Como não poderia deixar de ser, na construção do social, os homens criam as suas instituições, as quais têm "sempre uma história da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida."[37]

O mundo transmitido pelos pais à criança, assume para ela um caráter de realidade histórica objetiva, portanto, um mundo institucional é experimentado como realidade objetiva, que já existia antes do seu nascimento e permanecerá após a sua morte. Desta forma, as instituições como criações humanas, fruto de sua exteriorização, são transmitidas sempre como algo objetivo e indubitavelmente real.[38] O que precisa ser entendido, é que "o mundo institucional é a atividade humana objetivada, e isso em cada instituição particular, ou seja, apesar da objetividade que marca o mundo social na experiência humana ele não adquire por isso um *status* ontológico à parte da atividade humana que o introduziu."[39] Em suma: "a sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social. Torna-se desde já evidente que qualquer análise do mundo social que deixe de lado algum destes três momentos será uma análise distorcida."[40]

Como construtor do mundo social, o homem sente a necessidade de legitimá-lo por meio da sua explicação a fim de justificá-lo às gerações mais jovens, que serão assim socializadas.[41] A nossa com-

[36] BERGER, P. & LUCKMANN, T. *Op.cit.,* p. 75.
[37] Idem, p. 79-80.
[38] Idem, p. 86-87, 182.
[39] Idem, p. 87.
[40] Idem, p. 87-88. Vd. p. 173.
[41] Idem, p. 88, 89, 122, 126ss.

preensão do mundo encontra a sua origem no outro e ela permanece porque continua sendo afirmada pelos outros.[42] Estas práticas necessitam ser legitimadas, criando "estruturas de plausibilidade" reforçando práticas necessárias e inibindo outras indesejáveis.[43] No entanto, no mundo moderno há uma guerra de estruturas de plausibilidades rivais que em sua luta terminam por enfraquecer-se mutuamente.[44] A legitimação, sob o manto da "necessidade real", surge como uma necessidade do desejo de transmissão das objetivações da ordem institucional, a uma nova geração, fazendo isso por meio de um processo de "explicação" e "justificação".[45] Nenhum domínio contenta-se com uma pura obediência exterior; ele deseja sempre despertar nos seus membros a fé em sua legitimidade.[46] Portanto, o que podemos depreender, é que a "lógica das Instituições" não está nelas, mas nas explicações de sua realidade,[47] daí a necessidade do conhecimento desse mundo, visto que o indivíduo bem socializado justifica o seu mundo como sendo funcional.[48] "O conhecimento situa-se no coração da dialética fundamental da sociedade."[49] A legitimação[50] diz ao indivíduo porque deve fazer isto ou aquilo e também, porque as coisas são o que são; desta forma, nas instituições, o "conhecimento" precede os "valores".[51]

A socialização faz com que o indivíduo interiorize "a realidade social" — que lhe é transmitida como "realidade objetiva" —, e ao mesmo tempo, a perpetue pela sua exteriorização.[52] "Estar na sociedade significa participar da dialética da sociedade."[53] A interiorização

[42] Cf. BERGER, Peter L. *Rumor de Anjos:* a Sociedade Moderna e a Redescoberta do Sobrenatural, 2.ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 65-66.
[43] Cf. BERGER, Peter L. *Op.cit.,* p. 69-70.
[44] BERGER, Cf. Peter L. *Op.cit.,* p. 78-79.
[45] BERGER, P. & LUCKMANN, T. *Op.cit.,* p.128; Vd. p. 66-69.
[46] FREUND, Julien. *A Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 1980, p. 173.
[47] BERGER, P. & LUCKMANN, T. *Op.cit.,* p. 91.
[48] Idem, p. 92.
[49] Idem, p. 94.
[50] Quanto aos três tipos de "Domínios Legítimos" tratados por Weber: a) *Domínio Legal*: A Supremacia da Lei; b) *Domínio Tradicional*: A Supremacia da Tradição; c) *Domínio Carismático*: A Supremacia do Líder, Vd. WEBER, Max. *Economia y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva*. México: Fundo de Cultura Económica, 1944, I, 3.1. § 2ss.
[51] BERGER, P. & LUCKMANN, T. *Op.cit.,* p. 129.
[52] Idem, p. 94-95.
[53] Idem, p. 173.

constitui o fundamento para a compreensão do outro como meu semelhante, e para a apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido, ingressando assim, na sociedade.[54] A socialização é "a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância (...) A socialização secundária é qualquer processo subseqüente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade."[55] A socialização termina quando o conceito "objetivo" e "inevitável" do outro foi assimilado pela consciência do indivíduo; no entanto ela nunca é um dado acabado.[56] "A socialização secundária é a interiorização de 'submundos' institucionais ou baseados em instituições (...) é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho."[57] É mais fácil desintegrar a socialização secundária do que a primária, porque aquela não envolve necessariamente emoções, enquanto esta é carregada de sentimentos.[58]

Os valores sociais são criados pelo próprio homem, mas ao mesmo tempo em que ele constrói a realidade social, sente-se seu escravo, interiorizando — nem sempre conscientemente —, o que ele ajudou a construir e contribui para perpetuar. Em outras palavras: a chamada "realidade objetiva" adquire na visão do homem socializado, a condição de "verdade", passando a fazer parte da sua "consciência subjetiva": as coisas são assim porque são; não poderiam ser diferentes, porque o real esgota toda e qualquer possibilidade.

É justamente aqui onde se encontra um caminho fértil para a manipulação do "real" e do "concreto"; a formação da "opinião", que assume o sabor de "dogma", norteando toda a nossa cosmovisão, a nossa percepção e, conseqüentemente, a interpretação da realidade.

[54] BERGER, P. & LUCKMANN, T. *Op.cit.,* p. 174,175.
[55] Idem, p. 175.
[56] Idem, p. 181,184,195-196.
[57] Idem, p. 184-185.
[58] Idem, p. 188,190,191,227.

Anotações finais

O que acontece com demasiada freqüência é que alguns ideólogos vendem uma *imagem* do mundo supostamente objetiva ou, com mais perspicácia, dizendo-se subjetiva a fim de adquirir por uma certa teimosia dos seus ouvintes, um tom objetivo, para que por meio da *interiorização*, amiúde inconsciente, ajudemos a construir, pelo nosso comportamento e valores, algo que julgamos ter aprendido do "real". Assim, contribuímos para tornar *real* o *ideal (algo que estava apenas em nível de idéia)*, pensando ingenuamente, que tínhamos nos atualizado, "assimilando o real". No caso, fomos o agente inocente na construção do real, que nem sempre é apreciável ou desejado.

Note que, numa sociedade onde a realidade é socialmente construída, não há lugar para absolutos; tudo torna-se relativo. Deste modo, tudo é possível dentro dos significados conferidos pelas pessoas individualmente. Acontece, que o homem em sua finitude envolto no paradoxo de sua animalidade e prodigialidade, tão bem descrito por Pascal (1623-1662)[59] precisa de um referencial para si fora de si mesmo e da sociedade na qual está inserido. Nesta altura, parece-nos oportuno o comentário de Lloyd-Jones (1899-1981), quando observa que Jesus Cristo viveu séculos depois de um período de exuberância intelectual, marcado pelos maiores luminares do pensamento grego — Sócrates, Platão e Aristóteles —, no entanto, diante de um auditório de formação modesta e em geral de recursos débeis, Jesus diz: "Vós sois a luz do mundo" (Mt 5.14).[60] Na realidade, e isto é extremamente estimulante, a igreja como povo de Deus é desafiada em sua própria existência e testemunho a ser o sal da terra e a luz do mundo; e isso ela faz, não pelo acúmulo de conhecimento — que sem dúvida por meio da história tem revelado de modo indelével a "graça comum" de Deus —, nem pela acomodação aos valores hodiernos buscando uma maior popularidade, mas

[59] "É perigoso fazer ver demais ao homem quanto ele é igual aos animais, sem lhe mostrar a sua grandeza. É ainda perigoso fazer-lhe ver demais a sua grandeza sem a sua baixeza. É ainda mais perigoso deixá-lo ignorar uma e outra. Mas é muito vantajoso representar-lhe ambas" [PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. XVI), 1973, V1.418. p.139].

[60] D.M. Lloyd-Jones. *Estudos no Sermão do Monte*. São Paulo: FIEL., 1984, p.151.

no discernimento dado por Deus para agir no mundo, com a sabedoria do alto, aquela que dá sentido e utilidade eficaz ao conhecimento. Sem a sabedoria concedida por Deus, o conhecimento humano toma-se motivo de pretensão frívola ou um fardo que nos permite ver mais claramente aspectos da realidade sem, contudo, ter a solução definitiva. O Iluminismo, sobre muitos aspectos, trouxe não a luz, mas as trevas.[61] Ele propôs uma autonomia que jamais poderia ser alcançada, visto que a genuína "autonomia" exige a coragem da "teonomia", a submissão aos princípios de Deus expressos em sua Palavra. Sem o discernimento concedido por Deus, não temos condições de avaliar a nossa época e apresentar a resposta cristã ao desespero do homem sem Deus e sem valores definidos. Os valores reais não são simplesmente socialmente construídos, antes provém do Deus transcendente e pessoal que revela-se e relaciona-se conosco.

[61] "No tocante ao reino de Deus e a tudo quanto se acha relacionado à vida espiritual, a luz da razão humana difere pouquíssimo das trevas; pois, antes de ser-lhe mostrado o caminho, ela é extinta; e sua perspicácia não é mais digna que a cegueira, pois quando vai em busca do resultado, ele não existe. Pois os princípios verdadeiros são como as centelhas; essas, porém, são apagadas pela depravação da natureza antes que sejam postas em seu verdadeiro uso." [CALVINO, João. *Efésios*. São Paulo: Paracletos, 1998, (Ef 4.17), p.134-135].

Artigos e Sermões dos alunos



ARTIGO

Pensamentos bioéticos romano e reformado: existe diferença?

Sem. Fernando Jorge Maia Abraão

Cirurgião-Dentista pela Faculdade de Odontologia
da Universidade de São Paulo - SP

Pós-graduado em Anatomia Cirúrgica da
Face Humana (ICB-III USP)

Pós-graduado em Odontologia Hospitalar
pelo Hospital do Servidor Público Estadual

Especialista em Cirurgia e Traumatologia
Buco-Maxilo-Faciais (CTBMF)

Mestre em Deontologia e Odontologia Legal
pela FOUSP

Aluno do 3º ano noturno do Seminário JMC

Pensamentos bioéticos romano e reformado: existe diferença?

RESUMO

Uma breve introdução à Bioética é apresentada. Duas linhas de pensamento cristão hierárquico personalista recebem destaque: a *Católica Romana* e a *Reformada*. Suas semelhanças, entretanto, não devem ocultar as diferenças que, aqui, são sumariadas.

PALAVRAS-CHAVE

Bioética; Reforma; Ética Hierárquica; Modelo Personalista.

ABSTRACT

A brief introduction on Bioethics is presented in this article. Two different hierarchal personalist Christian strands are highlighted here. First the Roman Catholic and second the Reformed views. However, their similarities should not be used to conceal their differences, which are summarized here.

KEYWORDS

Bioethics; Reform; Hierarchal Ethics; Personalist Model.

Introdução

Por motivos que escapam ao escopo do presente artigo, o pensamento bioético vem sendo mais intensamente trabalhado entre os romanistas que entre os reformados. Os primeiros não apenas pesquisam de maneira mais veemente, mas, manifestam-se diante da sociedade com grande coragem e vigor.

Reconhecendo o seu atraso, os cristãos reformados têm pesquisado a literatura filosófica católica e encontrado vários pontos de contato daquela com a sua confissão. Questiona-se, entretanto, se há limites para a absorção, por parte dos reformados, dos conceitos elaborados e das condutas implementadas sob o aval papal.

Este artigo se propõe a responder, ainda que parcialmente, à questão acima apresentada, assim como estimular a pesquisa séria e engajada, que promova posicionamentos fundamentados na Escritura e ações condizentes com a fé professada por um povo comissionado a salgar e iluminar o mundo.

1. Questões básicas

As pessoas, oprimidas pelo corre-corre diário, têm se esquecido das questões básicas da existência do ser (ontológicas) e, em conseqüência disso, têm agravado "uma crise de caráter espiritual, de orientação, de sabedoria e de moral".[1] As questões *como* e *por que* não são enfrentadas adequadamente, de forma que as soluções aos dilemas da vida têm sido buscadas naquilo que parece fornecer os melhores e mais rápidos resultados. Há uma procura por "soluções definitivas (...) em campos onde elas não podem estar: na economia, na tecnologia, nas ciências, nos movimentos ecológicos ou revolucionários".[2] Os dilemas da existência têm ficado do lado de fora do ser, superficializando os pensamentos e desvalorizando os componentes da relação EU-MUNDO-TU, o grande problema a ser destrinchado pela Filosofia.[3]

[1] LAUAND, L. J. (Org.) *Ética:* questões fundamentais. (Coleção Raízes). São Paulo: EDIX, 1997, p.6.
[2] LAUAND, L. J. *Op. cit*.. p.6.
[3] COSTA, H. M. P. *O cristão e a filosofia*. In: Brasil Presbiteriano, abr./1985, p.6.

1.1. O homem em relação

A ética existe nessa relação, estudando a "conduta ideal (...) o conhecimento do bem e do mal [e] o conhecimento da sabedoria da vida".[4] Considerado o estudo da conduta sob o ponto de vista *explicativo*, o cientista observa as ações comuns das pessoas e as leis que limitam e direcionam estas ações meramente para compreendê-las, nunca para alterá-las, correndo o risco de transformar a prática moral em princípio moral,[5] ou o normal em norma.[6] Já sob o ponto de vista *normativo*, o cientista estudará as mesmas ações para limitá-las e direcioná-las, buscando declaradamente a sua alteração pelo uso da razão expressa por meio da norma ou lei. É o que C. S. Lewis denominou de desmancha-prazeres[7]. É do mesmo autor a conclusão:

> "A moral parece, então, relacionar-se com três coisas. Primeiro, com a justiça e a harmonia entre os homens. Segundo, com o que se poderia chamar de uma arrumação e harmonização das coisas no interior de cada um. Terceiro, com o objetivo geral da vida humana como um todo, com o fim para o qual o homem foi criado".[8]

1.2. Ética aplicada

Em 1971, o oncologista V. R. Potter, influenciado por Pierre Teilhard de Chardin[9], propôs uma reflexão ética *aplicada*[10] ao ambiente das ciências biológicas. Ele justificou essa aplicação por considerar que nelas havia uma lacuna e uma ênfase desproporcionais: o destaque estava nos desenvolvimentos científico e tecnológico, o

[4] DURANT, W. *A história da filosofia.* São Paulo: Nova Cultural, 2000, p.27.
[5] HOLMES, A. F. *Ética:* as decisões morais à luz da Bíblia. 2.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2000, p.18.
[6] SPROUL, R.C. *Discípulos hoje*. São Paulo: Cultura Cristã, 1998, p. 209-218.
[7] LEWIS, C.S. *Cristianismo puro e simples*. 5.ed. São Paulo: ABU Editora, 1997, p.38.
[8] LEWIS, C.S.. *Op.cit*., p.18.
[9] Pierre Teilhard de Chardin: Francês, jesuíta, paleontologista, nascido em 1881. Sob influências darwinistas buscou reinterpretar a Teologia cristã em termos evolucionistas. Suas obras principais são: *O Fenômeno do Homem*, *Le Milieu Divin* e *O Futuro do Homem*, todas de publicação póstuma (morte em 1955) (Lane, T. *Pensamento cristão:* da reforma à modernidade. 2.ed. São Paulo: Abba Press, 2000, p.174-6).
[10] RUSS, J. *Pensamento ético contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 1999, p.136.

qual passava a prescindir da valorização da vida (humana, social, ambiental, etc.). Potter denominou esta teorização de Bioética.[11]

2. Alternativas éticas e modelos bioéticos

Se a ética, frente às várias linhas de pensamento que tomaram lugar na História da Filosofia, tem sido discutida de muitas maneiras[12], o mesmo se dá com a bioética. Alternativas éticas como a *existencialista* (que nega a existência de normas a serem seguidas e valoriza a liberdade individual), a *utilitarista* (que admite a dor e o prazer como "senhores", devendo, sempre que possível, a primeira ser evitada e o segundo buscado) e os *absolutismos* (*não-conflitante*, *ideal* e *hierárquico*, que admitem a existência de normas absolutas cujo descumprimento implica em erro, salvo em condições especiais sob a alternativa hierárquica, isto é, quando em conflito, os absolutos devem ser cumpridos sob hierarquia: uma norma superior cumprida exime de culpa quanto ao descumprimento de norma inferior somente *se* estas estiverem em conflito) são algumas das identificadas no *sistema ético alternativo*[13] que está estreitamente relacionado com o modo predominante de classificação da bioética em *modelos*[14], ou seja: modelo *liberal-radical*, que segue a alternativa existencialista; modelo *pragmático*, que segue a alternativa utilitarista; modelo *principialista*, que segue a alternativa absolutista não-conflitante (os absolutos não entram em conflito); e o modelo *personalista* (formalmente proposto pelo romanismo e centrado no ser humano e em sua dignidade), que segue a alternativa absolutista hierárquica.

Todas estas alternativas e modelos têm virtudes a serem ressaltadas. De fato, a liberdade do indivíduo, a utilidade do ato, a diretriz legal e o respeito à pessoa humana têm importância

[11] POTTER, V. R. *Bioethics:* bridge to the future. Englewood Clifts, New Jersey: Prentice Hall, 1971, 205p.
[12] FEINBERG, J. S. & FEINBERG, P. D. *Ethics for a brave new world*. Wheaton: Crossway Books, 1993.
[13] GEISLER, N. *Ética cristã:* alternativas e questões contemporâneas. São Paulo: Vida Nova, 1984.
[14] SGRECCIA, E. *Manual de bioética:* fundamentos e ética biomédica. São Paulo: Loyola, 1996.

inquestionável. O problema está no valor que estes aspectos recebem pelos partidários de suas alternativas e modelos. O desequilíbrio entre liberdade, utilidade, lei e dignidade da pessoa tem gerado boa parte das discussões bioéticas. Haverá um modelo equilibrado e confiável?

2.1. *Coram Deo*

A resposta sugerida no presente artigo aponta para a necessidade de recordar os pensamentos da Reforma em sua expressão latina *coram Deo*[15], de forma que o equilíbrio se dará conforme e diante de Deus. Em suma:

> ... na perspectiva epistemológica cristã, o ser humano se coloca diante de Deus em inteireza: corpo e alma, o conjunto da mente, vontade e emoção que a Escritura chama de coração. Toda ação racional envolve volição e emoção, e toda ação emocional envolve vontade e razão – sempre *coram Deo*![16]

3. Vida para a glória de Deus

Qual é o padrão? Vemos na Escritura que Jesus cumpriu toda a lei[17] e, mesmo com as proibições desta a respeito do contato com cadáveres (Lv 21.11; Nm 6.6-12 e 19.11-13), tocou em esquife (Lc 7.14) e ordenou a alguns mortos que se *levantassem*, desconsiderando a penalidade de imundície e manifestando a vida pela ressurreição de alguns que haviam estado mortos. Atitudes assim conduziram ao entendimento da lei quanto a busca do *benefício do vivo* em detrimento das restrições sócio-religiosas tradicionais, sempre com a finalidade máxima de glorificar a Deus (1Co 10.31). Para a glória de Deus o homem deveria expressar o seu amor em todas as suas atitudes (Mt 22.37-40).

[15] *Coram Deo*: tudo o que todos pensam e fazem é pensado e feito diante de Deus.
[16] GOMES, D. C. *Fides et Cientia:* indo além da discussão de fatos. In: *Fides Reformata,* São Paulo, v.II, n.2, 142-3, jul./dez. 1997.
[17] *"Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir"* (Mt 5.1-20).

3.1. Ética hierárquica

Compreende-se, a partir do exposto, a hierarquização realizada por Jesus: toda a lei é importante e deve ser rigorosamente cumprida, mas, quando em conflito, há norma mais importante que outras, cuja realização dá *isenção* do cumprimento das normas menores. Isto fica claro para os cristãos, pois sabem que Jesus *não* foi considerado imundo. Antes, pelo contrário, ele é o justo a quem não foi atribuída falta alguma, o que permitiu a sua função sacerdotal (Rm 3.26; Hb 4.15).

Essa hierarquia de valores é seguida por duas vertentes do modelo bioético personalista propostas pelo autor em outro trabalho[18]: *Modelo Personalista Romano* e *Modelo Personalista Reformado*.

Para o personalismo (em ambas as correntes) a pessoa é a união entre o corpo e o espírito, uma unidade psicossomática[19] ou "[unitotalidade] que representa o seu valor objetivo, pelo qual a subjetividade se responsabiliza, e não pode deixar de fazê-lo, quer em relação à própria pessoa, quer em relação à pessoa do outro".[20] O *outro* deixa de ser um limite pouco provável para a liberdade do *eu* e passa a ser objeto de sua responsabilidade.

3.2. Personalismo romano

O modelo *Romano*, segundo Silva, um de seus intérpretes:

> ... tem a sua raiz metafísica na vontade do Criador. O amor é a lei moral que deve orientar a ação da pessoa porque, ao mesmo tempo, corresponde à sua identidade mais profunda e expressa a vontade daquele que a trouxe e a mantém na existência.[21]
>
> Ele valoriza a pessoa humana, destacando-a como finalidade da normatização ética e da prática moral.

[18] MAIA ABRAÃO, F. J. *Contribuição ao estudo da correlação entre alternativas éticas e os modelos bioéticos e sua aplicabilidade na reflexão da relação profissional-paciente.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: FOUSP, 2002. 96p.
[19] HOEKEMA, A. *Criados à imagem de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999, p.240.
[20] SGRECCIA, E. *Op. cit.,* p.80.
[21] SILVA, P. C. *A ética personalista de Karol Wojtyla*. Aparecida: Ed. Santuário, 2001, p.109.

> ... a norma personalista compromete [o agente] na busca do bem do ser pessoal. Existem muitos bens que podem ser hierarquizados conforme o critério do quanto servem à pessoa. (...) A *solução negativa* quanto ao primeiro significado da palavra *usar* é *não usar* o ser humano-pessoa. Quem ama não usa e quem usa não ama. A solução positiva é *amar*.[22]

O principal proponente desse personalismo, Karol Wojtyla, ao explicar a palavra *usar*, considerou que "significa servir-se de qualquer coisa como instrumento [...] servir-se de um objeto de ação como meio para um fim visado pelo sujeito agente".[23] Importa *amar* ao próximo ao invés de *fazer uso dele* para o que quer que seja.

Aparentemente, nada há que comprometa a posição romana. No entanto, sob um olhar mais aprofundado verifica-se a centralidade da pessoa humana e a ênfase em suas capacidades dignificantes diante de seus semelhantes e do Criador. Novamente Wojtyla: "a grande maioria da humanidade atual é, de alguma maneira, consciente de que não só Deus é e será justo a respeito do homem, mas que, também, *o homem pode* ser justo ou injusto a respeito de Deus".[24] E, como afirma Silva: "O homem não fica privado da capacidade de amar porque *ele tende, naturalmente, para o bem*. (...) A capacidade de amar, na pessoa, está vinculada ao livre-arbítrio".[25] Fica mais clara a influência de Tomás de Aquino, talvez o maior filósofo católico do segundo milênio d.C., que sintetiza a capacidade humana, resultado da imagem de Deus:

> ... a imagem de Deus no homem poderá ser vista de três maneiras. Primeiramente, enquanto *o homem tem uma aptidão natural* para conhecer e amar a Deus, aptidão que reside na natureza da alma espiritual, comum a todos os homens. Segundo, enquanto o homem conhece e ama atual ou habitualmente a Deus, embora de maneira

[22] SILVA, P. C. *Op. cit.,* p.97-8 (itálicos no original).
[23] WOJTYLA, K. *Amor e responsabilidade.* São Paulo: Loyola, 1982, p.23.
[24] WOJTYLA, K. *Mi visión Del hombre.* 2.ed. Madrid: Ediciones Palabra, 1977, p.109. (itálicos meus)
[25] SILVA, P.C. *Op. cit.,*. p.98. (itálicos meus)

> imperfeita. Trata-se então a imagem por conformidade de graça. Terceiro, enquanto o homem conhece e ama a Deus atual e perfeitamente. Tem-se então a imagem segundo a semelhança da glória. (...) *A primeira dessas imagens se encontra em todos os homens*, a segunda nos justos somente, e a terceira somente nos bem-aventurados. [26]

3.3. Personalismo reformado

A corrente *Reformada* tem características que a singularizam, com diferenças relativas à *romana* que estão além do que pode ser classificado como *sutis*. Gouvêa diz que:

> ... o pensador reformado não pode mais agüentar os pressupostos platônicos, aristotélicos, tomistas, cartesianos, kantianos, ou de qualquer outra espécie espúria que serviram e servem de sustentação para a ponderação teórica. O pensador reformado tornou-se epistemologicamente consciente, e exige um novo fundamento que se mostre de acordo com a sua fé. [27]

Qual seria este *novo* fundamento? Continua o mesmo autor: "Num tempo em que o paganismo se agiganta e a cristandade se fragmenta, se corrompe, e se emascula, surgem (...) uma nova apologética e (...) uma nova filosofia reformada, fundamentada na Escritura, erguida sobre os cânones calvinistas.[28]

Veja o que contém estes cânones:

3.3.1. Escritura e regras calvinistas: causa e conseqüência

Calvino (1509-1564) considerava indisputável a primazia da Revelação frente a qualquer outra manifestação, inclusive a Filosofia especulativa. Dizia ele que "nós devemos permanecer satisfeitos com a declaração inspirada, sabendo que esta convence muito mais do que a nossa mente é capaz de compreender".[29]

[26] AQUINO, Tomás. *Suma Teológica*. v. II, livro I, questão 93, art. 4. São Paulo: Loyola, 2002. (itálicos meus)
[27] GOUVÊA, R. Q. *Calvinistas também pensam:* uma introdução à filosofia reformada. In: *Fides Reformata*, São Paulo, v.I, n. 1, p.49-50, jan./jun. 1996.
[28] GOUVÊA, R.Q. *Op. cit.* p.51.

E quanto a dignidade humana? O pensamento *Reformado* é expresso por Calvino quando comenta o texto de Gênesis 1.26, reconhecendo a bondade divina mesmo sobre a criatura humana desfigurada pelo pecado. Em outro comentário, sobre o Salmo 8, a centralidade divina é enfatizada mesmo quando há o reconhecimento da sua imagem na pessoa humana por Deus dignificada.[30]

A respeito de Gênesis 1.26, o reformador comenta:

> Mas agora, embora alguns traços obscuros daquela imagem ainda remanesçam em nós, eles estão tão viciados e desabilitados que podem ser considerados como realmente destruídos. Pois, além da deformidade que surge desagradável aos olhos, este mal é acrescentado, digo, nenhuma parte está livre da infecção do pecado.[31]

Com isto está dito que sob tão pronunciado vício na natureza humana, a imagem divina, antes plena, é agora apenas remanescente. Em outro de seus comentários bíblicos, agora sobre Efésios 2.1-3, Calvino afirma que o apóstolo

> ... não diz apenas que os homens correm risco de morrerem; mas ele declara que esta é uma morte real e presente sob a qual os homens estão encerrados. Como a morte espiritual nada mais é que a alienação da alma em relação a Deus, nós somos todos nascidos homens mortos, até que sejamos feitos participantes da vida de Cristo.[32]

Fica reconhecida a incapacidade humana em relação a Deus. Este ser humano pecador, mesmo sendo digno da morte diante de Deus, deve receber de seus semelhantes toda a manifestação de amor em consideração a um parâmetro especial:

[29] CALVIN, John. *Commentary on the gospel according to John*. Grand Rapids: Baker Book House, 1998, p.20.
[30] CALVINO, João. *Comentário ao livro dos Salmos.* São Paulo: Parakletos, 1999, p.156.
[31] CALVIN, John. *Commentary on Gênesis*. Grand Rapids: Baker Book House, 1998, p.46.
[32] CALVINO, João. *Comentário à Escritura Sagrada*: livro de Efésios. São Paulo: Parakletos, 1998, p.27.

> Não devemos levar em conta o que os homens merecem por si mesmos, mas considerar a imagem de Deus em todos os homens, à qual devemos toda honra e amor (...) Portanto, qualquer que seja o homem que você encontre e que necessite de sua ajuda, você não tem motivo algum para recusar-se a ajudá-lo (...) Diga: 'ele é desprezível e indigno'; mas o Senhor o mostra ser alguém a quem ele dignou-se a dar a beleza da sua imagem (...) Diga que ele não merece nem mesmo o seu mínimo esforço a seu favor; mas a imagem de Deus, a qual o recomenda a você, é digna de você dar-se a si mesmo e todas as suas posses".[33]

4. Um sumário final

Assim, considere:

a) O ser humano é um meio de glorificação do Deus verdadeiro[34], mesmo quando *aparenta* ser a finalidade das coisas. A humanidade não é o centro de convergência das ações, pensamentos e contingências do mundo. Tampouco pode a humanidade ser a origem da norma ética. O pensamento Reformado tem seu fundamento na Escritura, a qual diz que Deus é o dono, o consumador e a finalidade de todas as coisas (Rm 11.36).

b) O ser humano é naturalmente inapto para conhecer e amar a Deus e ao seu próximo. A Escritura diz que não existe uma pessoa sequer que busque a Deus ou que faça o bem (Rm 3.10-18).

c) O ser humano tende naturalmente para o mal, seguindo a sua condição de morte espiritual, vivendo em delitos e pecados (Ef 2.1-3).

d) O ser humano é incapaz de livre arbítrio.[35] Em sua situação atual, a humanidade sem Cristo é capaz das mais variadas escolhas, algumas com aparência de bem (Mt 23.23), mas nenhuma delas é meritória ou virtuosa diante de Deus (Pv 30.12; Is 64.6; Lc 18.18-27).

[33] CALVINO, João. *Institutas da religião cristã* (Livro III, 7.6). São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1989, p.176.
[34] Confissão de Fé de Westminster. Edição Especial. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991, p. 165.

Há, portanto, diferenças importantes e fundamentais entre as variedades hierárquicas personalistas bioéticas. O parâmetro do modelo Reformado não é, como vimos, a pessoa humana em sua dignidade inalienável. O ser humano não é digno em si mesmo, mas apenas porque Deus o fez digno ao depositar nele a sua imagem. O ser de Deus, sempre merecedor de honra, tem a sua dignidade reconhecida pela honra prestada à sua imagem (arruinada) no homem. É a Deus que a honra é devida, mesmo quando prestada ao seu espiritualmente incapaz semelhante criado. Não é a ação nem a essência do homem o que norteia a ética e o respeito à dignidade humana. Não existe a busca de um respeito que se fundamente em princípios relativos à liberdade de escolha (autonomia da vontade), ou à beneficência, à não maleficência, à justiça, à quantidade de prazer ou dor, à valorização social ou à subjetividade. Tudo isso tem sua importância, norte e equilíbrio no Criador, que gera o respeito à imagem criada e baliza as suas condutas pela Escritura por ele revelada.

[35] Confissão de Fé de Westminster, cap. 9.

SERMÃO

Princípios Bíblicos para Projetos Pessoais

Tiago 4.13-17

Sermão pregado no Seminário, em classe.

Wanderson Luiz da Silva Souza

Aluno do 3º ano noturno do Seminário JMC

INTRODUÇÃO

Sempre que chegamos no último dia do ano paramos para avaliar nossa vida. Avaliamos a analisamos o que passou e foi bom, e o que passou e não foi tão bom.

Geralmente as pessoas pensam nos projetos que fizeram no ano passado, para ver se de fato conseguiram alcançá-los como o planejado e esperado. É uma espécie de balanço pessoal. Quando chega o final do ano, as empresas passam alguns dias fazendo o balanço financeiro, para avaliar como foi o desempenho do ano passado em relação ao ano corrente.

Assim também acontece conosco. Observamos e apontamos tudo o que sonhamos e projetamos, e então, fazemos novos sonhos e projetos para o próximo ano.

Muitos são os projetos pessoais de cada um de nós. Alguns planejam o casamento: escolhem a melhor data, o local, os convites, a roupa dos noivos, a festa, e até mesmo o lugar para onde vão viajar nas núpcias.

Outros planejam o futuro profissional. Pesquisam cursos e especializações para que possam entrar no mercado de trabalho. Ou até mesmo a faculdade que irão fazer, almejando um estágio e um emprego promissor.

Há alguns irmãos e irmãs que planejam a compra da casa própria. Já estão vendo imobiliárias, consórcios, financiamentos. Tudo isso, por que têm o objetivo de, no próximo ano, não mais pagar o aluguel.

Há também pessoas que pensam em adquirir seu primeiro carro. Estas estão comprando jornais especializados em carros. Sempre quando passam em frente de uma dessas revendedoras de automóveis param e pesquisam o preço.

Outros irmãos, porém, pensam na possibilidade de ter o primeiro filho. Estes começam a cogitar o nome da criança se for menino ou menina. Enfim, todos nós fazemos planos e sonhos, pois, a vida não tem graça se nós não os tivermos. E é justamente sobre este assunto que Tiago está tratando nos versículos que nós acabamos de ler.

E para entendermos melhor este assunto, é necessário tratar um pouco do que levou Tiago a escrever esta carta.

O autor desta carta é Tiago, um dos irmãos do Senhor Jesus. Os seus destinatários são os judeus convertidos que estão dispersos na região da Palestina. Podemos ler isso em Tiago 1.1: "Tiago, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo, às doze tribos que se encontram na Dispersão, saudações".

Tiago escreveu a carta para animar os cristãos que foram alvo de muitas perseguições; para exortar os crentes à viverem a vida cristã prática; e para exortar os crentes ricos e soberbos, pois estes levavam alguns problemas para a comunidade cristã.

A temática da soberba de alguns está presente em todos os capítulos da epístola. No capítulo 1, Tiago fala da insignificância dos ricos. No capítulo 2, Tiago fala contra a acepção de pessoas praticadas por alguns crentes soberbos. Já no capítulo 3, Tiago exorta os crentes a buscarem a sabedoria que vem do alto, que vem de Deus, e não a sabedoria deste mundo. No último capítulo, Tiago fala que os ricos não deveriam confiar em sua abundância de bens, pois esses eram comidos pala traça.

E justamente neste contexto, onde há muita soberba, presunção e arrogância por parte de alguns crentes, que está inserido o capítulo 4. E o texto que nós lemos é uma exortação contra aqueles que planejavam o "Dia de Amanhã", de forma jactanciosa sem buscar a vontade de Deus. Eles pensavam que poderiam fazer planos e projetos pessoais, confiando em si mesmos, deixando de lado a vontade de Deus para suas vidas.

Pensando no fato de nós estarmos a poucas horas do ano-novo, e que neste período fazemos projetos e sonhos para as nossas vidas é que hoje seremos instruídos pela Palavra de Deus sobre o tema: Princípios bíblicos para projetos pessoais.

Primeiramente, gostaria de enfatizar que...

1. NOSSOS PROJETOS PESSOAIS PRECISAM CONSIDERAR A VONTADE DE DEUS.

Os versículos 13 e 15 do texto afirmam: "Atendei, agora, vós que dizeis: Hoje ou amanhã, iremos para a cidade tal, e lá passaremos um ano, e negociaremos, e teremos lucros. Em vez disso, devíeis dizer: ***Se o Senhor quiser,*** não só viveremos, como também faremos isto ou aquilo" (grifos meus).

Tiago chama a atenção dos crentes. Eles faziam muitos planos. Visualizavam um sucesso com muito lucro, mas não consideravam a vontade de Deus. Para eles, somente as suas vontades bastavam para que tudo desse certo.

No versículo 13, Tiago fala como eles agiam e pensavam e, no versículo 15, ele repreende e ensina os crentes como devem ser seus objetivos e planos pessoais. "Se o Senhor quiser" é o que ele fala para aqueles crentes soberbos.

Eles não consideravam a vontade Deus. Seus planos eram frutos de seus desejos pessoais, mas não da vontade do Senhor. Eles viviam como se eles fossem soberanos e Deus um mero coadjuvante. Num filme ou numa novela, sempre tem o protagonista e o coadjuvante. O protagonista é o personagem principal, em que toda trama se desenvolve; sem ele a história não existe. Já o coadjuvante é o ator que contracena com o ator principal. Sua importância é menor, seu papel fica em segundo plano.

Era assim que os crentes a quem Tiago escreveu esta carta se comportavam. Suas vontades, desejos, sonhos e planos, eram o mais importante. Todavia, a vontade de Deus era colocada em segundo plano.

Irmãos, nós pecamos quando planejamos sem ter em nossa mente o que Tiago ensinou: "Se Deus quiser". Tiago não ensina que é errado projetar e sonhar. O erro que ele tentava corrigir era a soberba desses irmãos que acreditavam que poderiam fazer planos sem considerar a vontade divina. Eles estavam "destronando a Deus", isto é, não consideravam a soberania de Deus. E isso é um grave pecado.

Muitos crentes estão machucados e decepcionados com Deus, por que investiram tempo e dinheiro, mas não tiveram êxito. Ora, Deus não é culpado disso. Antes eles tivessem sido cuidadosos e não arrogantes em pensar que poderiam fazer o que quisessem, sem levar em conta que Deus é soberano e que só teriam êxito em seus planos se Deus quisesse.

O texto de Provérbios 3.5-8 ensina: "Confia no Senhor de todo o teu coração e ***não te estribes no teu próprio entendimento***. Reconhece-o em todos os teus caminhos, e ele endireitará as tuas veredas. ***Não sejas sábio aos teus próprios olhos***; teme ao Senhor e

aparta-te do mal; será isto saúde para o teu corpo e refrigério, para os teus ossos".

Este provérbio é muito relevante para nós que gostamos de projetos. Ele nos ensina que o homem não deve confiar em si, mas em Deus. Aqui somos exortados a não nos "estribarmos" no nosso entendimento. Mas o que significa "estribar"?

Há alguns anos eu trabalhei em um depósito de gás. E era muito comum ver os "gaizeros" pendurados numa barra de ferro que era soldada na carroceria do caminhão de gás. Esta barra de ferro é chamada de "estribo", ou seja, um lugar de apoio.

Quando Deus fala para confiarmos nele e não nos estribarmos em nosso entendimento, vem à minha mente a figura do "gaizero", que se estribava, ou seja, se apoiava naquele ferro. O estribo é um lugar de apoio, um lugar que traz certa segurança.

Não é o nosso entendimento, ou a nossa sabedoria, ou as nossas posses, que podem ser algo seguro para que nós confiemos. Devemos confiar em Deus e buscar a vontade dele para nossos planos e projetos pessoais.

"O coração do homem ***traça o seu caminho***, mas o Senhor lhe dirige os passos". É isso que ensina Provérbios 16.9. Tudo o que fazemos ou que planejamos não pode fugir da vontade e do governo soberano de Deus na terra.

O ensino de Tiago vai contra esta moderna Teologia da Confissão Positiva, em que a pessoa "determina" e "profetiza" algo e tudo acontece.

Essa teologia é fruto de uma soberba como a desses irmãos, pois não considera a vontade de Deus. Não há para eles o "Se Deus quiser". Para eles só existem as suas vontades. Eles não subordinam suas vontades à vontade de Deus. Pelo contrário, é a vontade de Deus que deve atender os seus planos e desejos. Chegam ao absurdo de afirmar que o crente que orando diz: "Se Deus quiser" – é um crente sem fé. Mas não é isso que Tiago ensina. Tiago esclarece que buscar a vontade Deus é um ato de subordinação e humildade.

Mais do que dizer "vou fazer", "vou realizar", devemos dizer: "Se o Senhor quiser, não só viveremos, como também faremos isto ou aquilo".

Esse rico ensino vem acompanhado de outro importante...

2. AO FAZERMOS PROJETOS DEVEMOS RECONHECER A NOSSA FRAGILIDADE

O versículo 14 diz: "Vós não sabeis o que sucederá amanhã. Que é a vossa vida? Sois, apenas, como neblina que aparece por instante e logo se dissipa."

Tiago fala àqueles irmãos soberbos sobre a brevidade da vida. Tiago afirma que não sabemos o que pode acontecer amanhã. E isso é um fato. Nenhum mortal pode ter total certeza sobre o que lhe acontecerá no futuro.

O dia de amanhã é uma incógnita, pois não temos ciência do que nos sobrevirá. Podemos estar vivos, ou mortos, doentes ou com saúde, alegres ou tristes; enfim, estamos limitados ao "Agora". Provérbios 27.1 registra: "Não te glories do dia de amanhã, porque não sabes o que trará à luz".

De fato, no dia de amanhã não sabemos o que acontecerá. Mas Tiago faz uma pergunta: "Que é a vossa vida?". E logo ele mesmo responde: "Sois, apenas, como **neblina** que aparece por instante e **logo se dissipa**". Ele usa a figura da neblina, do vapor, para mostrar que hoje estamos aqui, mas amanhã podemos não estar. Esta palavra "neblina" pode ser traduzida por fumaça ou vapor.

A fumaça e o vapor são figuras de uma transitoriedade de nossa existência. Agora, neste momento pode haver uma grande fumaça ou vapor, mas é só bater um vento e a fumaça é desfeita. Da mesma forma com a neblina, que está sobre um campo ou um vale, e com o calor do sol logo é desfeita. A neblina é algo instável; agora ela está presente, mas sem percebermos, ela desaparece.

Tiago mostra outra figura da transitoriedade da vida humana, principalmente dos que são soberbos. No capítulo 1, versículos 9 a 11, lemos: "O irmão, porém, de condição humilde glorie-se na sua dignidade, e o rico, **na sua insignificância**, porque ele **passará como a flor da erva**. Porque o sol se levanta com seu ardente calor, e a erva seca, e a sua flor cai, e desaparece a formosura do seu aspecto; assim também se murchará o rico em seus caminhos" .

Tiago usa a figura de uma erva que é frágil e não pode suportar o sol e seu calor. Assim como o sol tem efeitos para que a flor murche, assim somos nós: frágeis e instáveis.

Antes de planejarmos, devemos considerar nossa fragilidade e reconhecer que o êxito de nossos projetos não vem de nós mesmos, mas de Deus. Podemos muito bem estar aqui hoje; muito firmes e fortes, mas em poucos minutos podemos deixar de existir.

Já aconteceu com você de conversar com uma pessoa ou mesmo ver uma pessoa conhecida e, em poucos minutos, vem a noticia que esta pessoa morreu? Comigo já aconteceu. E eu posso dizer que é uma sensação estranha, que me fez sentir pequeno e frágil. Que me fez sentir humilhado por não saber o que acontecerá com a minha pessoa daqui a pouco.

No Salmo 39.4-6 está escrito: "Dá-me a conhecer, Senhor, o meu fim e qual a soma dos meus dias, para que eu reconheça a minha fragilidade. Deste aos meus dias o comprimento de alguns palmos; à tua presença, o prazo da minha vida é nada. Na verdade, todo homem, por mais firme que esteja, é pura vaidade. Com efeito, passa o homem como uma sombra; em vão se inquieta; amontoa tesouros e não sabe quem os levará".

Este Salmo ensina que o homem não está tão firme e tão seguro como aparenta. O Salmo fala sobre gente que enriquece e que quando morre não levará nada do que conquistou.

Para lembrar a brevidade de nossas vidas menciono o que aconteceu nas praias paradisíacas do Oriente, há alguns meses: um Tsunami. Naqueles países havia milhares de pessoas, muitos nativos e diversos turistas que passavam alguns dias de descanso. As pessoas que ali aproveitavam suas férias não pensavam em ondas gigantes, ou em grandes correrias de pessoas para se salvarem. De repente, sem que percebessem, muitos foram "engolidos" por aquelas ondas gigantescas.

Naquela noite, obtive informações pela televisão e internet, que nove mil pessoas morreram com as grandes ondas. Eu fiquei assustado. Mas aos poucos os números foram aumentando para 15 mil, 30 mil, 50 mil, 100 mil, 150 mil, 250 mil pessoas. Esta grande

manifestação da natureza nos deixa perplexos e nos revela que somos de fato muito pequenos e frágeis.

Ora, se nós somos e estamos nesta condição, então não podemos dizer: "Hoje ou amanhã, iremos para a cidade tal, e lá passaremos um ano, e negociaremos, e teremos lucros". Não sabemos o que pode acontecer conosco nos próximos minutos, por isso, não podemos dizer o que faremos ou deixaremos de fazer.

Além desses dois importantes princípios temos um outro princípio para nossos planos e projetos.

3. FAZER PROJETOS SEM CONSIDERAR A VONTADE DE DEUS É ARROGÂNCIA E PECADO

Os versículos 16 e 17 afirmam: "Agora, entretanto, vos **jactais** das vossas **arrogantes pretensões**. Toda jactância semelhante a essa é maligna. Portanto, aquele que sabe que **deve fazer o bem e não o faz nisso está pecando**".

Tiago faz uma importante observação sobre a conduta desses irmãos que planejam, sem considerar a vontade de Deus que é soberano sobre todas as coisas na terra. Ele chama esses irmãos de jactanciosos. E o que vem a ser jactância? Jactância é orgulho, soberba, empáfia, altivez, vanglória.

Fala que as pretensões desses crentes eram arrogantes e malignas. Por isso, irmãos, devemos tomar todo cuidado para não sermos soberbos em nossas pretensões. Deus considera todas as pessoas que tentam viver uma vida sem levar em conta a sua vontade como cheias de arrogância. Mas a arrogância é um grave pecado, pois, com ela, ficamos ensimesmados, e Deus fica em segundo plano.

Quando um crente transforma-se numa pessoa arrogante para com Deus, é como se ele dissesse que Deus é desnecessário. E, infelizmente, muitos cristãos só olham para as suas habilidades, condições financeiras, inteligência, força e influência. Acham que estas virtudes que o próprio Deus lhes concedeu, são suficientes para viver a vida e concretizar seus planos, sem honrar a Deus.

Isso é uma arrogância, pois quando nos consideramos autosuficientes, olhamos para nós mesmos e esquecemos que Deus é governador e soberano sobre nossas vidas.

Em Tiago 4.10 está escrito: "Humilhai-vos na presença do Senhor, e ele vos exaltará".

Tiago ensina aos cristãos a não viverem uma vida soberba, mas se humilharem na presença de Deus. A vida do cristão deve ser pautada pela humildade e não pela arrogância. Ser humilde não é viver com dificuldades financeiras ou vestir roupa rasgada. Ser humilde é viver dependendo de Deus. Por isso o Senhor Jesus ensinou, conforme registra Mateus 5.3: "Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o reino dos céus".

Viver humildemente e buscar a vontade de Deus é a forma como devemos nos comportar. Deus ama pessoas humildes, pois a jactância sempre é uma forma de tentar tirar a glória de Deus. Como escreveu Tiago (4.6): "**Deus resiste aos soberbos**, mas dá graça aos humildes". Ou como escreveu o apóstolo Pedro: "Rogo igualmente aos jovens: sede submissos aos que são mais velhos; outrossim, no trato de uns com os outros, **cingi-vos todos de humildade**, porque Deus resiste aos soberbos, contudo, aos humildes concede a sua graça" (1Pe 5.5).

Nesses textos percebe-se como Deus se relaciona com os humildes e com os soberbos. Com os soberbos, Deus resiste, ou seja, Deus não lhes atende. Mas com os humildes, Deus concede sua graça.

No texto de Pedro a ordem é: "cingi-vos todos de humildade". Ele usa a figura de um cinto. Isso nos ensina que a humildade deve ser para nós como um cinto que nos envolve.

Tiago também esclarece que toda jactância semelhante a essa é maligna, o que mostra o caráter pecaminoso da arrogância contra Deus. Ele ensina que a jactância é má. Sempre que esta palavra aparece no Novo Testamento, está relacionada com as obras más dos homens ou dos demônios. Tiago ensina que qualquer atitude soberba e arrogante é um pecado contra Deus. É por isso que Deus resiste aos soberbos. Na verdade, Deus, com essa "resistência" com a qual faz frente aos soberbos, mostra que é contra este pecado.

A postura do humilde é reconhecer que tudo vem de Deus. Este sabe que nada que adquire ou consegue na vida vem de si mesmo, mas das mãos dadivosas do Senhor. O humilde reconhece que as bênçãos são dádivas divinas e não fruto de sua força ou competên-

cia. Já os soberbos e arrogantes entendem que seus planos e êxitos são frutos da sua força e competência, como se Deus não tivesse nada a ver com os seus sucessos. Em Deuteronômio 8.17,18 somos severamente exortados a não sermos jactanciosos e soberbos: "Não digas, pois, no teu coração: A minha força e o poder do meu braço me adquiriram estas riquezas. Antes, te lembrarás do Senhor, teu Deus, porque é ele o que te dá força para adquirires riquezas; para confirmar a sua aliança, que, sob juramento, prometeu a teus pais, como hoje se vê".

Moisés ensina o povo a reconhecer que tudo o que eles têm, vem das mãos de Deus. Ele exorta o povo a fugir de toda soberba. Os irmãos a quem Tiago faz referência eram soberbos; achavam que poderiam planejar seu futuro e também o seu sucesso, sem buscar e entender qual é a vontade de Deus. Tal atitude é má, é pecado contra Deus. Tiago fala sobre o pecado da omissão no versículo 17: "Portanto, aquele que sabe que **deve fazer o bem e não o faz nisso está pecando**".

Mas qual é esse pecado? Qual é o bem que se não for feito é pecado? O pecado é justamente o de fazer planos e projetos sem dizer: "Se o Senhor quiser, não só viveremos, como também faremos isto ou aquilo".

No versículo 16 ele considera esta atitude como algo maligno. Depois que exortou os crentes soberbos que esta postura é errada, chamando-a de maligna, ele diz que já sabemos o que é o bem e que se não fizermos isso, pecamos.

O pecado da omissão que Tiago relata, é que uma vez cientes de que temos que considerar e buscar a vontade Deus, cometemos pecado se assim não procedermos. A Palavra "portanto" que encontra-se no início do versículo 17, sugere que Tiago conclui e aplica o assunto das arrogantes pretensões.

Não podemos apenas saber que algo é errado e continuar no pecado. Uma vez que fomos informados de um ato nosso que desagrada a Deus, devemos abandoná-lo imediatamente e buscar fazer o que é correto.

Deus não nos terá por inocentes se deixarmos de fazer o que lhe agrada. Devemos ter o cuidado de quando dissermos: "**Se o**

Senhor quiser, não só viveremos, como também faremos isto ou aquilo" — não seja algo da boca para fora ou apenas como uma mera forma de expressão, mas que possa ser feito com atitude de humildade, sabendo que Deus é soberano.

Quando falarmos: "Se Deus quiser", que não seja um chavão aprendido em nossas igrejas, mas que seja fruto de nossa sincera consideração do controle que Deus tem sobre nossas vidas.

Devemos tomar esses cuidados para não cairmos no erro de afrontarmos a Deus que é o Senhor e Governador da História.

CONCLUSÃO

Hoje aprendemos princípios importantes para fazermos nossos projetos pessoais:

1) Nossos projetos pessoais precisam considerar a vontade Deus.
2) Ao fazermos projetos devemos reconhecer a nossa fragilidade.
3) Fazer projetos sem considerar a vontade de Deus é arrogância e pecado.

Como mencionado anteriormente, o final do ano é tempo de reflexão. As pessoas páram, pensam, e avaliam como foi o ano se finda. Quais foram as nossas conquistas pessoais? Quais foram os sonhos e projetos ainda não realizados?

É uma época para avaliar o que fizemos de certo e errado. É uma época para planejarmos e sonharmos de novo. Muito provavelmente as agendas possuem anotações do que pretendemos fazer e realizar no próximo ano.

Nestes planos e projetos que já estão apontados consideramos a vontade de Deus? Será que pensamos que a vontade de Deus é maior que as nossas vontades? Ou será que fizemos planos e projetos sem pensar que tudo se realizará não pela nossa força, ou sabedoria, ou outra virtude que temos, e não pela vontade soberana de Deus?

Há muitas pessoas que, sem perceber, tornam-se arrogantes e presunçosas diante de Deus, pois não oraram e nem pensaram na possibilidade de Deus ter planos diferentes.

Será que, quando fizemos os apontamentos de nossos sonhos para o próximo ano, consideramos a nossa fragilidade e instabilidade? Deus quer que fujamos de todo o tipo de arrogância, mas que com humildade peçamos a ele sua graça, misericórdia e direção.

Se você fez algum projeto pessoal para o próximo ano sem considerar estas questões, então você pecou. Você se tornou soberbo, por não olhar para a sua limitação, e por não olhar também para a soberania de Deus.

Se você agiu assim, confesse seu pecado ao Senhor. Peça a ele misericórdia e direção para os seus planos. Arrependa-se. Inicie tudo de novo. Não permita que suas habilidades façam de você uma pessoa que considera Deus desnecessário para suas conquistas e planos pessoais.

Não coloque Deus de lado como se fosse um mero coadjuvante na história da sua vida. Seja ele engrandecido em nossas vidas e nos humilhemos diante da sua poderosa e onipotente mão.

Que o Senhor nos perdoe, nos ajude e nos guie. Sejamos fiéis a Deus e busquemos sua vontade para nossas vidas. Amém.

Revista Teologia Para Vida
Projeto Gráfico e Capa – Idéia Dois Design
Formato – 16 x 23 cm
Tipologia – Arrus BT
Papel – Off-set 90g e Couchê 90g
Tiragem – 2.000 exemplares
Impressão – Gráfica Imprensa da Fé
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

“Dar-vos-ei pastores segundo o meu coração, que vos apascentem com conhecimento e com inteligência.”
(Jr 3.15)